

WILLIAM BARBOSA VALADÃO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)  
NA PERSPECTIVA DOS MODOS DE VIDA DE SEUS BENEFICIÁRIOS,  
VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2019**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

V136p  
2019 Valadão, William Barbosa, 1978-  
O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na  
perspectiva dos modos de vida de seus beneficiários, Viçosa-MG  
/ William Barbosa Valadão. – Viçosa, MG, 2019.  
xiv, 124 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Júnia Marise Matos de Sousa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 98-106.

1. Camponeses - Aspectos sociais. 2. Agricultura familiar.  
3. Política social. 4. Planejamento social. 5. Programa Nacional  
de Alimentação Escolar (Brasil). I. Universidade Federal de  
Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de  
Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 305.5633

WILLIAM BARBOSA VALADÃO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
(PNAE) NA PERSPECTIVA DOS MODOS DE VIDA DE SEUS  
BENEFICIÁRIOS, VIÇOSA-MG**

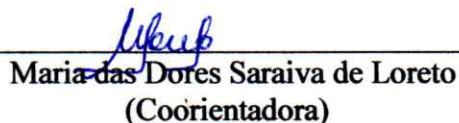
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2019.



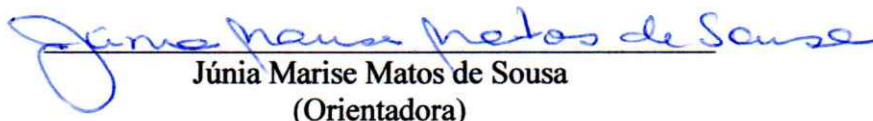
---

Bethania Medeiros Geremias



---

Maria das Dores Saraiva de Loreto  
(Coorientadora)



---

Júnia Marise Matos de Sousa  
(Orientadora)

*Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial minha esposa Michelle e minha filha Mariana, por toda paciência e companheirismo nessa jornada, bem como a todos que participaram direta ou indiretamente na construção desta pesquisa, como os agricultores familiares do município de Viçosa/MG, cuja a participação e contribuição foram alicerces para a edificação deste estudo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade da vida e da realização deste sonho. A minha esposa Michelle e minha filha Mariana, companheiras de vida, amores eternos, nada seria sem vocês.

Aos meus pais Antônio (in memoriam) e Agostinha, exemplos de luta e retidão.

Aos meus irmãos Junio e Cintia (in memoriam) pelo apoio e por sempre estarem presentes ao meu lado.

Aos meus sobrinhos Jessica, Carolina, Breno e Carlos Miguel, meus filhos de coração.

Aos meus sogros Miguel (in memoriam) e Dirce, por me darem o maior presente da minha vida “Michelle”.

Aos amigos conquistados durante essa jornada acadêmica e que tanto contribuíram para o meu desenvolvimento.

A todos os meus familiares que mesmo longe, não deixaram de acreditar e incentivar.

A minha orientadora Profa. Júnia Marise Matos de Sousa, por compartilhar seu conhecimento e me orientar nessa jornada.

A minha co-orientadora Profa. Maria das Dores Saraiva de Loreto, pelos ensinamentos e contribuições.

A todos do DED/PPGED, professores, técnicos, terceirizados, por todo empenho e dedicação.

À Profa Bethania Medeiros Geremias, pelas contribuições na minha banca final de defesa da dissertação.

À Economista Doméstica Natália Lopes, pelas contribuições no seminário de defesa, e pelo tempo junto na equipe NIEASA.

Ao graduando em Serviço Social Caique Eduardo da Silva, pelo apoio nos trabalhos de campo.

À Emater Viçosa-MG, em especial Verinha, pela receptividade e contribuição para este estudo.

À Prefeitura municipal de Viçosa-MG por sempre estar de portas abertas atendendo todas as demandas solicitadas nesse estudo, em especial Gilmar do Setor de Merenda Escolar, um exemplo de profissionalismo.

A todos os agricultores que participaram dessa pesquisa, pelo acolhimento. Espero realmente que com esse estudo eu possa de alguma forma dar voz às suas histórias de vidas e seus anseios. Pois acredito não existir o saber científico, sem conhecer e respeitar os saberes populares.

À Universidade Federal de Viçosa, pela excelência em ensino, pesquisa e extensão.

À CAPES pelo auxílio financeiro.

Muito obrigado a todos vocês, este estudo é nosso.

## **BIOGRAFIA**

William Barbosa Valadão, filho de Antônio Machado Valadão e Agostinha Rosa Barbosa Valadão, nasceu em 20 de agosto de 1978, em Ribeirão Preto, São Paulo.

Cursou o ensino fundamental na Escola Estadual Américo Sales Oliveira e ensino médio na Escola Estadual Plínio Berardo, ambas em Jardinópolis/SP.

Graduou-se em Tecnologia em Processos Gerenciais pela Univiçosa em 2016 e especializou-se MBA em Gestão de Empresas e Desenvolvimento de Líderes em 2018, também pela Univiçosa.

Durante a formação acadêmica, envolveu-se em projetos como o PRADIME/UFV, Empresa Simulada/Univiçosa, Bioenergia/UFV e membro do grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Estudos Agrários e Soberania Alimentar (NIEASA/CNPQ).

Em março de 2017 iniciou o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa na linha de pesquisa Famílias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>x</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>xi</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xiii</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>1</b>
<b>1. INTRODUÇÃO: A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM .....</b>	<b>1</b>
1.1 Contextualização do Problema e sua Justificativa.....	6
1.2 Objetivos .....	9
1.2.1 Objetivos Específicos .....	10
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>10</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL .....</b>	<b>10</b>
2.1 Camponato, Pequena Produção e Agricultura Familiar: diferentes termos para uma mesma categoria? .....	10
2.2 Considerações sobre a terminologia “Modo de Vida”.....	14
2.3 Programas Sociais voltados à Agricultura Familiar e o PNAE.....	23
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>26</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL .....</b>	<b>26</b>
3.1 Caracterização da Pesquisa .....	26
3.2 Local de Estudo e Sujeitos da Pesquisa .....	28
3.3 Variáveis de análise e procedimentos de coleta de dados .....	28
3.4 Procedimentos para a análise das informações.....	30
3.5 Aspectos Éticos da Pesquisa .....	31
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>32</b>
<b>4. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE EM VIÇOSA-MG .....</b>	<b>32</b>
4.1 Considerações sobre a estrutura operacional do PNAE em Viçosa-MG .....	34
4.1.1 Questões envolvendo o fluxo de informações institucionais MG .....	39
4.1.2 O PNAE no contexto do Ciclo da Política Pública .....	41
4.1.3 As potencialidades e os limites do PNAE em Viçosa-MG.....	46
4.1.3.1 Potencialidades apontadas pelos entrevistados .....	46
4.1.3.1.1 Sustentabilidade Ecológica .....	47
4.1.3.1.2 Sustentabilidade Cultural .....	51
4.1.3.1.3 Sustentabilidade Econômica e Política .....	54
4.1.3.1.4 Sustentabilidade Social .....	60

4.1.3.2 Limitações apresentadas pelos entrevistados .....	63
4.1.3.2.1 Logística .....	63
4.1.3.2.2 Atraso nos pagamentos .....	65
4.1.3.2.3 Dificuldade no cumprimento dos contratos .....	66
4.1.3.2.4 Transparência nos processos.....	68
4.1.3.2.5 Dificuldades externas ao programa .....	70
4.2 Os Agricultores participantes do PNAE em Viçosa-MG .....	71
4.2.1 Tipos de alimentos e valores negociados pelo PNAE em Viçosa-MG.....	73
4.2.2 Aquisições da agricultura familiar .....	75
4.3 Como os agricultores entrevistados se identificam .....	77
4.3.1 Camponeses ou agricultores familiares? .....	77
4.4. Caracterização do Modo de Vida dos beneficiários do PNAE.....	84
4.4.1 A luta por acesso à terra .....	84
4.4.2 Preservação das tradições de cultivo .....	86
4.4.3 Condições da terra, meios de aquisição e mão de obra .....	90
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>95</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>107</b>
APÊNDICE A- Roteiro de entrevista gestor municipal .....	107
APÊNDICE B –Roteiro de entrevista agente EMATER.....	109
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista agricultor.....	112
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)....	116
<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>
ANEXO 1 – Autorização para realização da pesquisa na EMATER-MG.....	119
ANEXO 2 – Autorização para realização da pesquisa na prefeitura municipal de VIÇOSA-MG.....	120
ANEXO 3 – Informações SIGPC.....	121
ANEXO 4 – Respostas FNDE.....	122

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Funcionamento do PNAE em Viçosa-MG.....	35
Figura 02: Sete fases do Ciclo de Políticas Públicas.....	41
Figura 03: Como os entrevistados se identificam em relação às terminologias agricultor familiar e camponês.....	80
Figura 04: Participação dos agricultores em movimentos sociais.....	85
Figura 05: Preservação da tradição de cultivo.....	87
Figura 06: Tamanho da propriedade dos entrevistados.....	90
Figura 07: Representação do módulo fiscal para o município de Viçosa-MG.....	91
Figura 08: Aquisição da propriedade.....	91
Figura 09: Mão de obra empregada.....	93

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Função e Gênero dos gestores entrevistados.....	34
Tabela 02: Perfil dos agricultores entrevistados.....	72
Tabela 03: Variedades de Produtos adquiridos da Agricultura Familiar por semestre nos anos de 2017 e 2018.....	74
Tabela 04: Informações do FNDE sobre aquisições da Agricultura Familiar em Viçosa-MG.....	75

## LISTA DE SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>ASSOV</b>	Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa
<b>BPF</b>	Boas Práticas de Fabricação
<b>CAE</b>	Conselho de Alimentação Escolar
<b>CEASA</b>	Centrais Estaduais de Abastecimento
<b>CECANES</b>	Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
<b>CGPAE</b>	Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>CNAE</b>	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
<b>CNME</b>	Campanha Nacional de Merenda Escolar
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
<b>CONSEA</b>	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão
<b>DCNT</b>	Doenças Crônicas não Transmissíveis
<b>DIDAF</b>	Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
<b>EAN</b>	Educação Alimentar e Nutricional
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EMATER/MG</b>	Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural de Minas Gerais
<b>FAO</b>	Food and Agriculture Organization
<b>FETRA-SUL</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores
<b>MST</b>	Movimento dos Sem Terra
<b>PDDE</b>	Programa Dinheiro Direto na Escola
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PAGAAF</b>	Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNATE</b>	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
<b>PPGED</b>	Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>SAN</b>	Segurança Alimentar e Nutricional
<b>SIGPC</b>	Sistema de Gestão de Prestação de Contas
<b>SMs</b>	Secretarias Municipais
<b>UFV</b>	Universidade Federal de Viçosa
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## RESUMO

VALADÃO, William Barbosa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2019. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos modos de vida de seus beneficiários, Viçosa-MG.** Orientadora: Júnia Marise Matos de Sousa. Coorientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Na última década, a agricultura familiar tem recebido atenção das políticas públicas agrárias devido à sua importância para a produção de alimentos e para a manutenção da população do campo. Por meio dessas políticas, foram desenvolvidos programas voltados ao fortalecimento da Agricultura Familiar, dentre os quais destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE estabelece que os alimentos oferecidos aos estudantes das escolas públicas sejam adquiridos preferencialmente de agricultores familiares locais, a fim de valorizar a qualidade e as características regionais dos produtos, bem como ampliar os mercados institucionais para os agricultores familiares. Contudo, em tais políticas, o termo Agricultura Familiar é usado para designar de igual maneira diferentes classes de agricultores que apresentam características bastante diversificadas quanto ao modo de produção e de relação com a terra; enfim, quanto ao modo de vida. Entre essa diversidade de classes denominadas como Agricultura Familiar está o campesinato, que tem por base o cultivo para o autoconsumo, a mão de obra familiar, sendo que o excedente de produção é comercializado, evitando o desperdício e gerando renda. Esta classe, que historicamente lutou contra a estrutura agrária latifundiária e reivindicou seu espaço na sociedade através do acesso à terra, passa, então, a ser contemplada por políticas públicas, que antes só incentivavam uma produção voltada à tecnologia e ao mercado, desestimulando a preservação das características do campesinato. Diante da problemática em questão, o PNAE foi selecionado como alvo desta investigação, por ser uma política pública voltada à Agricultura Familiar, mas que não demanda investimentos massivos em produção. A presente proposta teve como objetivo geral analisar o PNAE em Viçosa, Minas Gerais, buscando compreender os modos de vida de seus beneficiários, bem como as contribuições do programa para a preservação das características do campesinato, considerando as percepções dos atores envolvidos no programa, neste município. O público-alvo deste estudo inclui gestores municipais, extensionistas da Emater local e os agricultores participantes do PNAE em âmbito municipal. A metodologia se desenvolveu por meio de uma abordagem prioritariamente qualitativa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, observações participantes e análise documental. Os resultados,

examinados a partir da análise de conteúdo, mostrou que a operacionalização do PNAE no município de Viçosa-MG, no que se refere ao ciclo das políticas públicas, a fase de implementação apresentou-se como *top-down*, visto que, mesmo sendo contemplado pela política, o Conselho de Alimentação Escolar - CAE do município, mostrou-se limitado em suas atividades, uma vez que, a carência de estrutura gera dificuldades no acompanhamento adequado às escolas. Ainda, a falta de um fluxo de informações confiáveis e em tempo hábil, tornou-se um limitante para a avaliação do programa, pois o FNDE, ao apresentar apenas dados preliminares sobre os valores adquiridos da agricultura familiar, dificulta a compreensão das divergências entre os percentuais dessas aquisições apresentados pelo site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e os informados pelos gestores entrevistados. Quanto aos agricultores entrevistados, observou-se avanços econômicos e sociais proporcionados pelo referido programa, contudo, as limitações logísticas se apresentaram como um grande gargalo para todos os entrevistados. Ainda, quanto aos agricultores, notou-se que a nomenclatura “camponês” é vista com receio, sendo que mais da metade dos agricultores entrevistados não se reconhece como tal. Porém, o modo de vida dos agricultores entrevistados, confirmaram a preservação das características camponesas, no que se refere à relação familiar com a terra e a manutenção das tradições de cultivo. Os achados desta pesquisa podem contribuir para a geração de novos conhecimentos e para a efetivação de programas que visam o fortalecimento da agricultura familiar local, especialmente no que tange à preservação das características do campesinato.

## ABSTRACT

VALADÃO, William Barbosa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2019. **The Brazilian National School Feeding Program - NSFP in the perspective of its beneficiaries' way of life, Viçosa-MG.** Advisor: Júnia Marise Matos de Sousa. Co-advisor: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

In the last decade, family farming has received special attention from the agricultural public policies due to its importance for food production as well as for the maintenance of the rural population. Through those policies, several programs focused on fostering Family Farming were developed, among which the Brazilian National School Feeding Program - NSFP is a prominent one. NSFP determines that the food offered to students in public schools have to be purchased preferably from local family farmers, not only to favor and promote the quality and regional characteristics of the products, but also to broaden institutional markets for the family farmers. In such policies, however, the term Family Farming is used broadly to refer equally to different types of farmers that present considerably diverse characteristics regarding their mode of production and how they relate with the land; that means, their way of life. Among these diverse classes named Family Farming, the peasantry is the one that cultivates through family labor mainly for on-farm consumption, and their remainder production is sold, avoiding waste but also generating income. This class, which has historically fought against the agrarian system of large landholdings and has also claimed its space in society through the access to land, started being include in public policies that once used to encourage only the production focused on technology and the market, discouraging the preservation of peasantry characteristics. In view of these issues, NSFP was selected as the object of this investigation because it is a public policy focused on Family Farming but does not demand massive investment in production. The present proposal had as the main objective to analyze NSFP in Viçosa, Minas Gerais, aiming to understand its beneficiaries' way of life and the contributions of the program to the preservation of characteristics of the peasantry, considering the perceptions of those involved in the program in that city. The target audience of this study includes municipal administrators, local rural extension workers from Emater and the farmers who participate in NSFP in municipal level. The methodology consisted primarily of a qualitative approach through semi-structured interviews participant observations and document analysis. The results, reviewed through content analysis, has shown that the operations of NSFP in the city of Viçosa, MG, regarding the cycle of public

policies in its implementation phase presented as top-down. That means, even if it was covered by this public policy, the School Feeding Council – SFC of the city was limiting in its activities, once the lack of structure presents difficulties for suitably monitor schools. Moreover, the lack of reliable information and adequate time have become limiting to an evaluation of the program, once the National Funding for Education Development – NFED, when presenting only preliminary data on the values acquired by family farming, hinders the comprehension of the inconsistency of those acquisitions’ percentage presented on NFED’s website when compared to the numbers informed by the administrators interviewed. Regarding the farmers interviewed, economic and social advances enabled by the program could be seen. However, logistic limitations have presented as an obstacle to all the interviewees. Furthermore, the nomenclature peasant seems to be seen with some concern once more than half of the farmers interviewed do not recognize themselves as such. Despite that, the way of life of the farmers interviewed confirmed the preservation of the peasantry characteristics concerning its familiar relation with the land and the maintenance of traditional cultivation methods. The findings of this research may contribute to the generation of more knowledge and to the establishment of programs that aim at strengthening local family farming, especially with regards to the preservation of peasantry characteristics.

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO: A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM

O estudo aqui apresentado tem seu interesse voltado para a questão agrária, especialmente sobre as contribuições que os programas sociais agrários, desenvolvidos por meio de políticas públicas voltados à Agricultura Familiar, podem trazer para a preservação das características do campesinato. A pesquisa procurou refletir especialmente sobre as contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os agricultores em Viçosa-MG. Para isso, estudou-se as atividades econômicas e sociais envolvidas entre tais agricultores e o referido programa, a fim de responder à seguinte questão: qual a percepção dos atores participantes do PNAE em Viçosa-MG sobre as implicações desse programa na preservação das características camponesas?

Na história agrícola do Brasil, o campesinato sempre foi marcado por movimentos e por lutas pelo acesso à terra e pela manutenção de um modo de vida baseado na produção para a subsistência, na valorização das tradições no cultivo e nas relações de respeito com o meio ambiente. As lutas dos camponeses culminaram na criação de políticas sociais agrárias que, além de buscar atender parte dos anseios desses camponeses, também buscou conciliar as demandas mercadológicas do setor agrícola, tendo em vista os interesses do capitalismo agrário. Uma vez que as diretrizes que nortearam os projetos e as ações definidas por essas políticas foram orientadas e financiadas pelo Banco Mundial, alguns conflitos sobre as estratégias de reprodução da agricultura familiar nos moldes de mercado foram gerados. Um desses conflitos pode ser observado no abrangente uso do termo Agricultura Familiar para contemplar os possíveis beneficiários dessas políticas.

Sabe-se que o termo Agricultura Familiar é usado desde as origens do campesinato para demonstrar que a família, proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Esse termo, a partir das políticas, passou também a compreender diferentes maneiras de interação entre terra, trabalho e família, mas sem definir as particularidades dessas relações. Com isso, observa-se que embora o campesinato seja contemplado por alguns programas sociais, a valorização e o incentivo de suas características ainda se mantêm distante do foco de interesse dessas políticas. Estas, geralmente, visam o

desenvolvimento tecnológico, a otimização da produção e sua comercialização, o que levaria o camponês a se transformar em um pequeno produtor do agronegócio.

Entre os diversos programas voltados à Agricultura Familiar, este trabalho interessou-se pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), visando compreender, a partir da percepção dos agricultores participantes do programa e de informações e documentos colhidos na Prefeitura Municipal de Viçosa-MG e na Emater local, as contribuições do referido programa na preservação das características do campesinato no município, dentro de uma categoria legalmente pertencente ao conceito de Agricultura Familiar.

A escolha do PNAE e a motivação para a pesquisa surgiram, inicialmente, pela experiência do pesquisador em um programa de extensão, denominado Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - PRADIME, no qual, na qualidade de bolsista de extensão, teve a oportunidade de atuar junto aos dirigentes de educação de vários municípios de Minas Gerais, na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. No PRADIME foi possível perceber que esses dirigentes lidam constantemente com aspectos diversificados da gestão, que vão além do planejamento e da avaliação do sistema educacional, abarcando também o financiamento e a gestão orçamentária e pessoal, a infraestrutura física e a logística de suprimentos, dentre os quais a alimentação escolar.

Entre os muitos programas geridos pelos dirigentes, houve um interesse especial pelo PNAE, dada a formação acadêmica do pesquisador em Processos Gerenciais, e por ser estudante do Curso de Agronegócio/UFV, entre 2013 e 2015. Nas experiências iniciais do pesquisador, foi possível perceber que o modelo operacional do PNAE pode, indiretamente, incentivar a policultura e a produção de alimentos do dia a dia, já que as demandas da alimentação escolar demonstram não combinar com as produções em escala voltadas à monocultura. Ainda, a logística de fornecimento dos alimentos parece ser inviável aos grandes produtores, já que necessita da entrega de pequenas quantidades de gêneros alimentícios em diferentes estabelecimentos educacionais do município. Juntamente a estes fatores, o interesse pelo PNAE se consolida quando, ao iniciar suas atividades no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia Doméstica/UFV, o pesquisador teve a oportunidade de conhecer pesquisas referentes ao PNAE feitas nesse departamento, aguçando ainda mais o interesse em analisar aspectos ainda não pesquisados. Como exemplo disso, possíveis dificuldades do município de Viçosa, no estado de Minas Gerais, em atingir a meta legal de aquisição mínima

de 30% estabelecido pelo Artigo 14, da Lei Federal 11.947/09, bem como saber se de fato o PNAE paga pela produção o valor praticado no mercado, independentemente de escalas produtivas. Também, por sua constituição não fomentar investimentos diretos que levem à tecnificação da produção, já que não libera crédito e financiamento aos agricultores. Todas essas condições, em uma análise inicial, levou a acreditar que o PNAE pudesse incentivar a manutenção do campesinato tradicional. Essas características despertaram o interesse em investigar se o PNAE, diferentemente dos demais programas de fortalecimento da Agricultura Familiar que enfatizam o capitalismo agrário, pode ser um programa que atenda ao campesinato e a sua manutenção, como modo de vida. Importa mencionar que nesse contexto o termo “modo de vida” pode ser entendido, a partir das proposições de Chambers e Conway (1992), como as capacitações, os ativos e as atividades; ou seja, como as capacidades, aptidões e habilidades; os recursos sociais e materiais; além das maneiras necessárias para garantir os meios de vida do campesinato e a sua reprodução social.

Destaca-se que o programa, de acordo com Belik e Chaim (2009), foi criado na década de 1950, inicialmente voltado apenas para estudantes brasileiros que viviam em situação de pobreza, visando a redução da deficiência nutricional. Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a alimentação escolar passou a ser um direito, como apontado no Artigo 208, ao afirmar que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando, no ensino fundamental, a partir de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988). Esse dispositivo legal, levou o PNAE a ter uma abrangência nacional.

Adiante, em 1994, a Lei nº 8.913 estabeleceu a descentralização dos recursos da merenda escolar (BRASIL, 1994), repassando aos estados e municípios a responsabilidade pela gestão dos recursos destinados à alimentação dos estudantes, bem como a elaboração dos cardápios. Segundo Belik e Chaim (2009, p. 597), a descentralização dos recursos possibilitou que os alimentos destinados à merenda fossem adquiridos com base nos hábitos locais, e abriu “a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local nesse mercado institucional”.

Finalmente, em 2009, a Lei nº 11.947 (BRASIL, 2009), ao determinar as diretrizes da alimentação escolar, orientou que os gêneros alimentícios fossem adquiridos “preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais”,

estabelecendo, para isso, um percentual mínimo de 30% dos repasses financeiros do PNAE, vinculando legalmente o programa com a Agricultura Familiar.

Atualmente, o PNAE está presente em todos os municípios brasileiros e se configura “como um dos maiores programas de atendimento universal na área da educação”, (BELIK; CHAIM, 2009, p. 598). No âmbito da segurança alimentar dos estudantes brasileiros, sua eficácia tem sido fortemente comprovada por pesquisas acadêmicas, desenvolvidas especialmente por Peixinho (2013) e Turpin (2008), bem como pelos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No entanto, como uma política de fomento aos agricultores familiares, sobretudo daqueles que vivem no modelo de campesinato, tal eficácia ainda não foi plenamente estabelecida.

Neste entendimento, entre os diversos indicadores que permitem avaliar a eficácia social das políticas públicas destacam-se aqueles relacionados à inclusão dos grupos aos quais se destinam tais políticas. Entretanto, poucos são os trabalhos que analisam as repercussões dos programas de fomento da Agricultura Familiar na preservação das características do campesinato, embora tenha sido justamente essa classe que lutou para o desenvolvimento de políticas agrícolas sociais. Também são poucos os estudos que discutem sobre tais programas levando em consideração os conceitos de agricultor familiar e camponês a partir da conflitualidade dos paradigmas do capitalismo agrário e o da questão agrária.

Não foram encontradas pesquisas que tratassem especificamente dessas temáticas, embora possa ser destacado o estudo de Felício (2006), que aborda o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e questiona o processo de formação do campesinato nos últimos vinte anos, discutindo os termos campesinato e Agricultura Familiar. Neste trabalho, o autor discorre sobre os termos agricultor familiar e camponês sob paradigmas distintos, o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária. Ao resgatar teorias científicas, políticas e de outras áreas do conhecimento, o autor concluiu que:

Os conceitos de agricultor familiar e de camponês são concebidos pelos dois paradigmas de forma distinta. Para o paradigma do capitalismo agrário a diferença entre eles está em dois aspectos: a) o camponês é sinônimo de atraso, é resquício do feudalismo, da barbárie e, por isso, tende a desaparecer com o avanço do capitalismo se transformando em agricultor familiar; b) o agricultor familiar é importante e necessário, pois, de alguma forma, ele faz parte do agronegócio. Para o paradigma da questão agrária não há diferença entre agricultor familiar e camponês, pois, ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar por característica, pois, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de

produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Contudo, o seu futuro está na superação do trabalho familiar. É preciso inventar o trabalho familiar-cooperativo e aprender a não abominar o mercado. (FELÍCIO, 2006, p. 217).

Por sua vez, para Abramovay (1998), a Agricultura Familiar é uma atividade cuja a produção é totalmente integrada ao mercado e ao capitalismo, sem apresentar contradições ao modelo; enquanto o campesinato se constitui como um modo de vida, onde a produção apresenta relações incompletas com o mercado, justamente devido às suas contradições com o modelo capitalista. Ainda para o autor, no paradigma da política agrária, não há diferença entre os termos campesinato e Agricultura Familiar “pois, ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar por característica, pois, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (ABRAMOVAY, 1998, p. 217).

Ademais, tem-se o trabalho de Witkowski e Felício (2016), que discute sobre a questão agrária do ponto de vista do avanço do capital sobre a agricultura. Os autores afirmam que o capital gera profundas transformações sobre os meios de produção, e que essas transformações se manifestam em duas formas de fazer agricultura: no campesinato e no empresarial. Para eles, essas duas formas são bastante distintas quanto ao uso dos recursos naturais e humanos e, quanto à ocupação dos territórios, e que frente a “economia mercantilista-produtivista” (p. 245), o campesinato tem desenvolvido estratégias de resistência para coexistir junto ao sistema capitalista, sem perder a sua essência de produção tradicional, mantendo o seu caráter policultor e valorizando o bem viver em detrimento ao lucro. Finalmente, os pesquisadores defendem a necessidade de pesquisas que investiguem “os desdobramentos entre o capital e o campesinato num contexto de luta de classes”, e que verifiquem como “o capital continua se desenvolvendo na agricultura e qual a função e a importância do campesinato com o seu jeito próprio de fazer agricultura” (WITKOWSKI; FELÍCIO, 2016, p. 233), concepções que se alinham à nossa visão sobre o campesinato e que foram discutidas ao longo deste estudo.

Portanto, ao se considerar que o PNAE assume importante papel para a promoção do desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar e na produção de alimentos no Brasil, julga-se necessário também compreender se sua efetivação nos municípios tem favorecido as diferentes classes de agricultores compreendidos como familiares, dentre os

quais aqueles que se enquadram no campesinato. Reconhece-se que os princípios e as diretrizes do programa, segundo a legislação de 2009, são recentes e, portanto, sua plena efetividade ainda não foi estabelecida, sobretudo no que tange à real inserção do campesinato, permitindo sua manutenção, sem que se faça necessário abandonar suas raízes e se emaranhar no modelo capitalista, tornando-se um pequeno representante do agronegócio. O fato é corroborado por Rezende et al. (2012), ao discutirem teoricamente algumas propostas de avaliação da efetividade das políticas sociais para agricultores familiares, propondo, assim, o desenvolvimento de pesquisas de campo para avaliar tais resultados.

Diante disso, acredita-se que o desenvolvimento desta pesquisa, além das questões de ordem política e econômica, também abarcou as de cunho social e, por isso, seus resultados podem contribuir para melhor compreensão da efetividade das ações do PNAE, especialmente quanto as suas contribuições para a preservação das características do campesinato inseridos no contexto de Agricultura Familiar.

### **1.1 Contextualização do Problema e sua Justificativa**

A temática se justifica por sua relevância política, econômica e social. Do ponto de vista político, se justifica pois é na formação da agenda política que são definidas as estratégias de criação e desenvolvimento das políticas públicas, nesse caso, a política pública pode ser entendida como o processo pelo qual os governos promovem mudanças na realidade social por meio de programas e ações, conforme descrito por Souza (2006). Nesse sentido, para Secchi (2010), os programas públicos são desenvolvidos para atender as necessidades identificadas na sociedade, cujo o objetivo é proporcionar o bem comum. Assim, para esses autores, o motivo para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Assim, dada a incipiência dessa determinação legal, julga-se necessário compreender nesse estudo, se o Artigo 14 da Lei Federal 11.947/09 tem sido devidamente atendido no município de Viçosa-MG, a fim de favorecer a Agricultura Familiar na preservação das características do campesinato, de acordo com a percepção dos atores envolvidos nesse programa. Reconhece-se que os princípios e as diretrizes do programa são recentes e, portanto, sua efetividade ainda não foi estabelecida. Diante disso, um dos objetivos definidos

neste estudo é descrever, com base no Ciclo das políticas públicas proposto por Secchi (2010), o PNAE enquanto política pública voltada aos agricultores familiares no município de Viçosa-MG, de forma a compreender, especificamente, a fase de implementação das diretrizes do Artigo 14, da Lei Federal 11.947/09, no referido município.

Neste sentido, no aspecto econômico, pode contribuir para ampliar o entendimento sobre questões referentes aos processos produtivos e de reprodução social inerentes à Agricultura Familiar, considerada uma das principais atividades no cenário econômico brasileiro. Segundo o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, a Agricultura Familiar vai ao encontro das demandas de produção diversificada de alimentos, que são fundamentais para o atendimento das necessidades nutricionais da população, cuja agricultura empresarial e patronal, pautada na exportação e nas “*commodities*”, não é capaz de sanar (ANANIAS, 2016). Atualmente, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% da produção dos alimentos consumidos no mercado interno e pelo emprego de 74% da mão de obra no campo, como apontado por Faro (2014). Nesse entendimento, as atividades advindas da Agricultura Familiar não estão restritas à subsistência, mas, se constituem empreendimentos econômicos que focam na geração de bem-viver, de dignidade e de renda ao agricultor.

Por outro lado, a pesquisa também encontrou justificativa na necessidade de ampliar os estudos que se interessem por questões que possam contribuir para fortalecer o campesinato, como modo de vida, na perspectiva de fomentar sua participação no mercado institucional e no desenvolvimento rural, a partir de suas características históricas.

Se, pelo viés econômico, a Agricultura Familiar tem demonstrado enorme potencial de desenvolvimento, no aspecto social, para a academia, os avanços ainda são pequenos, especialmente quanto à valorização do campesinato. Para esses, a desigualdade de renda ainda persiste e se constitui em um sério fator de exclusão social, o que, muitas vezes, lhes confere condições similares à da população urbana de baixa renda, no que concerne às dificuldades de acesso aos bens e aos serviços, especialmente aos relacionados à alimentação, moradia, educação, saúde, cultura e lazer. Por esse aspecto, a pesquisa também se destaca por investigar se as políticas públicas de desenvolvimento da Agricultura Familiar, com seus programas direcionados à inserção aos mercados institucionais, permitem a inclusão e a

preservação das características do campesinato. Entre os programas existentes, o PNAE foi eleito pela amplitude de seus objetivos, cujo o foco é o alimento e não a sua escala produtiva.

Segundo informações do portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>1</sup>, o PNAE atua na redução da deficiência nutricional dos estudantes brasileiros e, ao mesmo tempo, na inserção da Agricultura Familiar nos mercados institucionais, por meio da compra direta de sua produção para o abastecimento da alimentação escolar. O funcionamento do programa, com a dispensa de licitação e a prática de preços finais, facilita e estimula a comercialização dos produtos, proporcionando uma melhor remuneração aos agricultores. Na última década, alguns pesquisadores, como Basaldi (2009), Belik e Chaim (2009) e Turpin (2008), desenvolveram estudos sobre o PNAE a partir de diferentes aspectos, indicando sua importância para a nutrição dos estudantes e para a Agricultura Familiar. Por sua vez, no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da UFV, até o ano de 2017, o PNAE foi estudado de maneira indireta nas seguintes produções: Silva (2012) analisou o consumo alimentar de crianças atendidas em instituições de educação infantil, quanto à qualidade da alimentação e à geração de resíduos orgânicos, considerando-se os hábitos de consumo das famílias. A autora concluiu que para que ocorra um consumo alimentar variado e sem desperdício nas instituições de ensino infantil é necessário o desenvolvimento de parcerias com as famílias. Vieira (2014) pesquisou a influência da família e da escola sobre o consumo de alimentos com alto teor de açúcar, gordura e sódio, entre crianças de 7 a 9 anos de idade, demonstrando que a família e a escola devem compartilhar dos mesmos ideais em relação à educação alimentar das crianças, sendo fundamental o desenvolvimento de parceria entre elas. Tem-se também a pesquisa de Bastos (2017), que avaliou a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF) no município de Coimbra-MG, inserido no PNAE. Os resultados indicaram que operacionalização do PAGAAF apresentou benefícios socioeconômicos aos agricultores familiares, embora seus resultados tenham apontado uma baixa participação desses agricultores ao projeto.

Diante disso, este estudo se diferencia dos trabalhos já desenvolvidos e, por isso, poderá trazer contribuições para o PPGED, ampliando as investigações na linha de pesquisa **“Famílias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social”**. Também pode ajudar

---

1 Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>

na compreensão da efetividade do programa, considerando que seus resultados e efeitos em relação aos camponeses e ao conjunto das políticas públicas ainda não se encontram bem elucidados pela literatura da área. Faltam referenciais que avaliem suas implicações para a preservação das características do campesinato, nos diferentes municípios brasileiros, o que justifica nosso interesse sobre a temática. Isso porque, como já mencionado, embora a luta dos camponeses tenha sido o fator estimulador de criação de políticas públicas agrárias voltadas à inserção social e ao acesso à terra e aos mercados pela Agricultura Familiar, o campesinato ainda se apresenta como coadjuvante nessas políticas, quando observado que a maioria delas está voltada para o incremento produtivo, e não para a preservação das características do campesinato tradicional.

Ainda, nosso foco também se volta para o município de Viçosa-MG. Este, assim como a maioria dos municípios brasileiros, possui uma base econômica agrícola, cujo principal modelo é a Agricultura Familiar. Segundo informações do censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), a cidade conta com 13.210 hectares de área rural, composta por 1099 propriedades agrícolas, das quais a maior parte é caracterizada como estabelecimento familiar. Portanto, aos achados da pesquisa, além da geração de conhecimento de cunho teórico, também possui condições para contribuir para a efetivação de processos, que proporcionem o fortalecimento das ações do programa no município, com vistas ao desenvolvimento equilibrado e sustentado dos agricultores locais, no que tange às dimensões econômicas e sociais, com a consequente melhoria das condições de vida e a preservação das características de campesinato.

## **1.2 OBJETIVOS**

A presente proposta teve como objetivo geral analisar o PNAE em Viçosa-MG, buscando compreender o modo de vida de seus beneficiários, bem como suas implicações na preservação das características do campesinato sob o olhar dos atores envolvidos no programa.

### **1.2.1 Objetivos Específicos:**

- Compreender o ciclo político do Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE), examinando a sua implementação e funcionamento, além de seus limites e potencialidades na percepção dos atores envolvidos;
- Descrever o perfil dos agricultores de Viçosa-MG atendidos pelo PNAE, identificando como esses agricultores se auto denominam quanto às terminologias “Agricultura Familiar” e “Camponês”;
- Identificar as características dos modos de vida dos beneficiários do PNAE, examinando se os mesmos se relacionam com a preservação das características do campesinato.

## **CAPÍTULO II**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL**

Para a construção dos direcionamentos teóricos e conceituais da pesquisa, optou-se pela seleção de categorias analíticas representativas das temáticas em discussão. Inicialmente foi apresentada uma discussão sobre os Programas Sociais voltados à Agricultura Familiar e sobre o PNAE, seus conceitos e definições. Posteriormente, apontou-se a trajetória do campesinato até a sua denominação, como Agricultura Familiar, em termos teóricos e conceituais; em seguida, abordou-se uma breve discussão sobre a terminologia “modo de vida” e sua aplicação nos estudos sobre campesinato, valendo-se dessa terminologia nesse estudo como característica fundamental do campesinato.

#### **2.1 Programas Sociais voltados à Agricultura Familiar e o PNAE**

Como já mencionado, as situações de extrema debilidade e invisibilidade social dos pequenos agricultores desencadearam movimentos de reivindicação pela implementação de políticas agrícolas, que promovessem a Agricultura Familiar e o desenvolvimento rural. Nesse

contexto, foi instituído o PRONAF<sup>2</sup>, em 1995, que foi criado para auxiliar os agricultores familiares diretamente na sua produção, de maneira que pudessem permanecer no meio rural. Por meio de crédito a juros subsidiados, vislumbrou-se que o programa poderia promover a ampliação da capacidade produtiva, a conseqüente geração de novos empregos e o aumento na renda das famílias, propiciando uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares e sua permanência no campo.

Nessa conjuntura, diversos programas foram elaborados objetivando a promoção da agricultura familiar a partir das múltiplas funções que lhe são conferidas, contemplando, portanto, aspectos de valorização econômica, social, ambiental e de segurança alimentar. Entre tais programas merece destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tem como objetivo a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e, também, é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável.

O Programa teve sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar. Porém, por falta de recursos financeiros, o mesmo só teve seu início de maneira efetiva na década de 1950, quando foi estruturado um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública e centralizada. Na época, era realizado um planejamento geral dos cardápios, adquiria-se os gêneros alimentícios por licitação e realizava a sua distribuição em todo o território nacional. Nos anos de 1955 e 1956, foram assinados decretos que instituíram a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), subordinado ao Ministério da Educação e tendo como intenção promover um atendimento em âmbito nacional. Em 1965, houve uma

---

2 Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

Disponível

em:

<[http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas\\_publicas\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf)>

alteração do nome da campanha para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), onde surgiu um grande número de programas financiados pelos Estados Unidos e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU); no ano de 1976, ocorreu uma nova mudança no programa e o mesmo foi denominado como Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Posteriormente, no ano de 1994, por meio da Lei nº 8.913, houve a descentralização dos recursos para execução do Programa, mediante a celebração de convênios com os municípios e estados, aos quais delegou-se competência para esse atendimento. A consolidação da descentralização se deu com a Medida Provisória nº 1.784, de 1998, em que, além do repasse direto a todos os municípios, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios.

Em seguida, entre os anos de 2000 a 2013, aconteceram diversos avanços no PNAE por meio de medidas provisórias e leis, que destacaram a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados exclusivamente em produtos básicos, respeitando-se os hábitos alimentares regionais, e fomentando o desenvolvimento da economia local. Outra grande conquista foi a instituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em cada município brasileiro, além da exigência da presença do nutricionista, como Responsável Técnico pelo Programa. Mais um marco que merece destaque, a partir de 2006, foi o estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – CECANES, que são unidades que merecem destaque nas capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa, extensão do programa para a rede pública de educação básica e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE fossem investidos na aquisição de produtos da Agricultura Familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em relação aos recursos financeiros, o PNAE transfere “per capita” diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar.

No ano de 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao dedicar uma Seção às ações de EAN. Essa medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência do Plano de SAN, do Plano Nacional Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT).

No que se refere à relação do programa com a Agricultura Familiar, segundo Belik e Chaim (2009) e Peixinho (2013), o PNAE começa a estabelecer relação com a Agricultura Familiar a partir da Lei n. 8913/1994 (BRASIL, 1994), que possibilitou a descentralização da administração da alimentação para as escolas, permitindo que os produtos advindos dos pequenos produtores agrícolas e pecuários pudessem ser adquiridos por esse mercado institucional.

Mas foi somente na última década que, conforme argumentam Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014, p.207), “se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional”, com a promulgação da Lei n. 11.947/2009 (BRASIL, 2009), que estabeleceu como uma das diretrizes da alimentação escolar:

o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2009).

Ainda, o Artigo 14 da referida lei, dispõe que:

do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009).

Para fins de implementação do disposto no Artigo 14, da Lei nº 11.947, a Resolução 38 do FNDE (BRASIL, 2009), estabeleceu que a aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar ocorresse por meio das Chamadas Públicas, em substituição aos processos de licitação. De fato, as Chamadas Públicas facilitam a comercialização dos produtos advindos da Agricultura Familiar. Mas, para serem efetivas, precisam ser amplamente

divulgadas e contemplar todas as informações necessárias aos agricultores familiares locais, como, por exemplo, tipo, quantidade e qualidade dos produtos, bem como o período e local de entrega.

De acordo com a cartilha disponibilizada pelo FNDE e intitulada “O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar” (s/d, p. 05)<sup>3</sup>, as disposições da referida lei garantem uma série de vantagens, tais como:

alimentação saudável e adequada; o respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis; controle social; segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável, o que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente. Do ponto de vista da produção, é uma importante alternativa no combate à pobreza rural; na garantia da segurança alimentar; na geração de renda e agregação de valor; na sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. (FNDE, s/d, p. 05).

Nesse contexto, o PNAE além de promover a qualidade nutricional nas escolas, também fomenta o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares participantes do programa. Diante disso, o estudo buscou analisar o PNAE, a questão do acesso à terra e de como a categoria de análise “Agricultura Familiar” se destaca no processo de acesso e permanência no campo, com base no Plano Nacional de Reforma Agrária e no Pronaf, com reflexos no campesinato, como modo de vida.

## **2.2 Campesinato e Agricultura Familiar: diferentes termos para uma mesma categoria?**

Ao abordar a Agricultura Familiar faz-se necessária a compreensão de que esse conceito nem sempre é usado para categorizar um grupo de produtores rurais, mas envolve questões referentes ao funcionamento de modelos políticos e sociais e de produção agrícola. Portanto, antes de discorrer sobre o conceito de Agricultura Familiar, procurou-se apresentar a trajetória histórica que levou a tal denominação, tomando como base os conceitos de campesinato e de pequena propriedade, bem como os diferentes paradigmas envolvendo a questão agrária e o capitalismo agrário.

---

3 Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5196-cartilha-o-encontro-da-agricultura-familiar-com-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em 05 de nov. 2017.

Essa trajetória histórica se faz importante, pois, do ponto de vista da questão agrária, de acordo com Van der Ploeg (2008, p. 134), o campesinato faz referência a como o homem do campo integra a natureza às suas práticas agrícolas, em um processo de “co-produção”, que envolve o uso tanto da “perícia artesanal”, quanto das “tecnologias baseadas em suas habilidades”. Esse processo traz implícito que a produção agrícola, a propriedade e o trabalho se manifestam de geração em geração, de uma maneira fortemente vinculada à família.

Para Oliveira (2006), o campesinato:

se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine. (OLIVEIRA, 2006, p. 16).

Neste contexto, com base nos autores supracitados, pode-se inferir que o campesinato se caracteriza como um modo de produção familiar cujos saberes tradicionais, relativos ao cultivo e ao uso dos alimentos, são passados de geração em geração, de modo que a produção é voltada para o consumo familiar, enquanto seu excedente pode ser comercializado a fim de gerar renda e manter a permanência da família no campo e o fortalecimento da solidariedade entre a comunidade.

Ademais, Marques (2008) afirma que o campesinato pode ser definido, como “uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor” (p. 59), o que abarca as amplas constituições sociais que se estabelecem a partir das diferentes relações de trabalho e de acesso à terra. A autora corrobora os elementos básicos para a caracterização do camponês, propostos por Shanin (1980), em que a propriedade rural familiar é a unidade básica para organização social e econômica, o trabalho é familiar e a agricultura é a principal atividade de geração de renda. Portanto, ambos concordam que o campesinato trata de um modo de reprodução de vida que tem uma relação mútua com a produção e com a terra, em que a autonomia do trabalho e o trabalho familiar são os elementos diferenciais.

Por sua vez, o termo ‘pequena produção’, que passou a ser usado a partir da década de 1970, como alternativa ao de camponês, faz referência às questões operacionais da produção agrícola e, segundo Marques (2008, p. 60), “é usado para representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante”.

Essa nomenclatura remete ao aspecto fundiário, o qual, no Brasil, historicamente se definiu como eixo fundamental da agricultura desde a colonização portuguesa. Para Wanderley (1999), o campesinato brasileiro:

[...] reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. (WANDERLEY, 1999, p. 39).

O fato é corroborado por Sousa (2009), ao discutir sobre a questão agrária no Brasil, tendo por base processos históricos, políticos, sociais e econômicos. A pesquisadora argumenta que a colonização embasou a formação das propriedades brasileiras a partir do latifúndio, o que gerou a concentração das terras por uma minoria e levou à exclusão de uma massa de trabalhadores rurais. Diante das dificuldades de acesso à terra, esses trabalhadores serviram de mão de obra barata para as grandes propriedades ou migraram para as cidades, de ambas as maneiras vivendo diferentes situações de exclusão social. Mediante a essas exclusões, esses trabalhadores se mobilizaram em uma luta “no campo e na cidade, para garantir o direito à terra, o direito à vida com dignidade.” (p. 314).

Tendo em vista essa estrutura latifundiária, para Savoldi e Cunha (2010, p. 30-31), citando Guimarães (1981), a pequena propriedade surge no Brasil a partir das “lutas dos trabalhadores libertos, moradores agregados, intrusos ou posseiros”, pelo direito do cultivo de subsistência, ainda que nas piores terras nos arredores dos latifúndios, fortalecendo-se com o declínio do sistema escravista e o conseqüente enfraquecimento do monopólio latifundiário da terra. Ainda para os autores, as pequenas propriedades ganham importância a partir das crises econômicas, como a do Café, que impactou no “fracionamento das terras por parte dos grandes latifúndios”, associadas ao crescimento dos centros urbanos, encarregando, a essas pequenas propriedades, a incumbência “pelo abastecimento das cidades, que demandavam alimentos em quantidades cada vez maiores e, para tal, valendo-se de mão de obra predominantemente familiar”.

Ademais, para Martins (1986), os termos ‘campesinato’ e ‘pequena propriedade’ envolvem concepções políticas que expressam as situações de luta de uma classe de trabalhadores do campo. Essas lutas estão enraizadas numa concepção histórica de confrontos

contrários a um sistema agrícola monopolista latifundiário, bem como por um “lugar social geográfico [...] na estrutura da sociedade” (p. 22-23).

Oliveira (1994), em seu livro intitulado “A geografia das lutas do campo”, faz uma retrospectiva histórica discutindo, desde a colonização, as lutas dos indígenas e dos quilombolas pela terra, destacando os confrontos de Canudos e Contestado, as lutas dos colonos nas fazendas de café, a luta de Trombas e Formoso, as lutas pela terra no Paraná e a formação das Ligas Camponesas. O autor discute a questão agrária na Ditadura Militar, demonstrando a violência dos conflitos, com altos índices de mortalidade entre os trabalhadores rurais. Tendo por referência o período compreendido entre 1964 e 1986, discute inicialmente, sobre a desestruturação dos movimentos camponeses pelo governo; depois correlaciona as principais áreas de conflito de terra com as áreas de desenvolvimento dos projetos agropecuários; e, finalmente, apresenta a contínua violência da Nova República. O autor destaca também a importância dos indígenas, dos peões, dos bóias-frias e dos acampados, como personagens que resistiram e lutaram pelas transformações que ocorreram no campo.

Ainda, Sousa (2009) afirma que as lutas dos camponeses brasileiros pelo acesso à terra representa “o início de uma nova caminhada rumo a sobrevivência e reprodução familiar”, já que essas lutas também buscaram condições favoráveis para que a terra conquistada garantisse a sua manutenção com qualidade de vida.

Nesse sentido, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) defende que o campesinato, como enquadramento social, não se estabelece pelos limites entre o campo e a cidade, mas por um modelo agrícola que se difere do modelo de produção capitalista, ao afirmar que:

O projeto da agricultura camponesa, dos pequenos agricultores, é um projeto voltado a atender as necessidades do povo do campo e da cidade. Sua orientação é totalmente diferente daquela do agronegócio que vê na agricultura um jeito de só de ganhar dinheiro, pouco se importando com a natureza e com as pessoas”. (MPA, 2009, p. 8).

Por outro lado, do ponto de vista do capitalismo agrário, as concepções são diferentes. Segundo Abramovay (1998, p. 211) o termo pequena produção é usado erroneamente como sinônimo para designar tanto os camponeses, “para os quais o desenvolvimento capitalista significa a fatal desestruturação”, quanto os agricultores profissionais, que formam “a base

fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea”.

Para o autor, sob essa nomenclatura também imprecisa encontra-se o termo Agricultura Familiar, que tem sido usado pelo Estado para representar genericamente os camponeses, com seus modelos de subsistências, e os agricultores altamente integrados aos mercados, capazes “de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais” (ABRAMOVAY, p. 19).

Ainda sobre essa imprecisão terminológica no cenário brasileiro, Neves (2001) discute que o termo Agricultura Familiar remonta da década de 90 e seu uso abrangente foi resultado da tentativa de se atender, em uma mesma categoria, as demandas de diferentes classes de agricultores por reconhecimento social, econômico e político; do Estado, para a elaboração de políticas públicas voltadas aos agricultores com potencial econômico; e dos setores da academia científica, interessados nos estudos dessas temáticas.

Esse fato é corroborado por Freitas et al. (2012), ao discutirem que o termo Agricultura Familiar, com a conotação de categoria social e política, passou a ser usado entre o final década de 1980 e início de 1990, sendo decorrente de diversas mudanças da sociedade brasileira e do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Ao realizarem um recorte histórico sobre o desenvolvimento rural no Brasil, os autores destacam que as reivindicações sindicais por “causas trabalhistas, apoio às demandas por terras, crédito, políticas agrícolas e previdência social rural [...] passaram a compor a pauta de congressos e manifestações” (p. 1582), pressionando o Estado a incluir tais reivindicações na agenda política. Como resultado, foram observadas ações no âmbito da reforma agrária, da criação de projetos de assentamento e de programas de fortalecimento da agricultura familiar. Associado a isso, “os estudos acadêmicos que emergiram nesta época ajudaram a compor os contornos desta ‘nova’ categoria que se contrapunha à ‘agricultura patronal’ e ao ‘agronegócio’.” (p. 1582). Segundo os autores, as pesquisas acadêmicas culminaram na definição das características abarcadas pelo termo Agricultura Familiar, que foi validado em um relatório sobre um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - *Food and Agriculture Organization* (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conforme exposto pela FAO; (INCRA, 1996, apud FREITAS et al. 2012). O relatório definiu a Agricultura Familiar a partir de três características:

(i) a gestão das unidades produtivas e os investimentos eram realizados por indivíduos que mantinham laços consanguíneos (familiares); (ii) a força de trabalho empregada na atividade produtiva seria igualmente dos membros da família; (iii) a propriedade dos meios de produção deveria pertencer à família. (FREITAS et al., 2102, p. 1583)

Portanto, para Lunardi e Santos (2000, p. 04), a Agricultura Familiar passa, então, a ser concebida, no sentido capitalista, como um “segmento produtivo e social da sociedade rural”, diferenciando-se dos termos até então empregados como agricultura de “pequena produção” ou de “produção camponesa”. Os autores, pautados em Ribeiro (1997), acreditam que o conceito melhor qualificou os agricultores do ponto de vista político, cultural e econômico, por agregar as características culturais da agricultura camponesa e as produtivas do pequeno agricultor.

Para fins oficiais, a Lei nº 11.326/2006 estabelece que, no Brasil:

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Picolotto (2014) advoga que o termo passou a abarcar significados, que não se limitam àqueles relacionados aos modelos de produção agrícola, mas, representam também uma identidade política de determinados grupos de agricultores.

Ainda no sentido mercadológico, para Cunha (2015, p. 26), a denominação Agricultura Familiar pertence a um projeto político que faz parte de um processo conhecido como “focalização da política pública”, em que foi reconhecida a necessidade de separação dos focos de intervenção das políticas agrárias em diferentes contextos, que, até em então, eram concebidos como únicos. Nesse sentido, os agricultores, que comumente estavam às margens dos interesses do setor agrícola, passam então a ser valorizados por sua importância no abastecimento do mercado interno de alimentos. Pesquisadores, como Rezende et al. (2012) e Aires e Salamoni (2013), destacam que no período compreendido entre as décadas de 50 e 90, a agricultura brasileira teve como prioridade o desenvolvimento do processo de modernização, o que beneficiou as grandes propriedades e as lavouras empresariais de exportação, excluindo os pequenos agricultores rurais. Para Queiroz (2009), a falta de acesso

ao crédito, às técnicas modernas de produção e à formalização legal sobre as terras, impossibilitou a inserção dos pequenos agricultores nos mercados, ocasionando uma profunda precariedade em seus modo de vida. Diante de condições de sobrevivência, por vezes miseráveis, muitos abandonaram o campo e migraram para os espaços urbanos e as referidas políticas atuam na reversão dessa exclusão.

Ponderando que a conceitualização da Agricultura Familiar talvez seja muito abrangente e não adequada para definir as diferentes identidades dos grupos que a compõe, nem mesmo padrões operacionais plurais, Abramovay (1998) defende que a Agricultura Familiar deve ser entendida como “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (p. 3). Para ele, o termo engloba três atributos básicos, que são gestão, propriedade e trabalho. O autor não diferencia as múltiplas representações sociais, e alega que o conceito, para fins de atribuição de crédito, atende todas as categorias envolvidas.

Por outro lado, Neves (2007) critica fortemente tal denominação, alegando que:

os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como agricultores familiares não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Nos termos desses emaranhados de sentidos, advogo eu, agricultor familiar é categoria sócio-profissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de termo de mobilização política. Da mesma forma, deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses, querem assim ser socialmente reconhecidos. (NEVES, 2007, p. 232-233).

O autor supracitado corrobora que a conceitualização da Agricultura Familiar diz respeito a um projeto político e mercadológico que buscou, por meio de políticas públicas agrárias, integrar os agricultores que estavam em situações de vulnerabilidade econômica e social aos mercados e aos processos produtivos modernos, sem, para isso, manter as bases do campesinato. Também para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG (1999, p. 41), no âmbito dessas políticas, “o objetivo agora não é simplesmente apoiar uma agricultura de subsistência ou de resistência na terra, mas sim de promover o desenvolvimento econômico do trabalhador e da trabalhadora”. Ademais, para o MPA, essas políticas geralmente enfatizam a visão capitalista da agricultura, pois incentivam que os pequenos produtores devem se tornar modernos para atender às demandas do mercado e do consumismo capitalista. Por vezes, incentivam a produção de monoculturas, usos de

agroquímicos ou produção orgânica “pra quem tem muito dinheiro”. Neste conceito, os camponeses perdem sua “autonomia, sua cultura, conhecimentos e valores trazidos por gerações” ( p. 9-11).

Por sua vez, Wanderley (1999) considera que o agricultor familiar, mesmo que inserido ao mercado, “[...] guarda ainda muito de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com as suas próprias forças” (p. 52). Ainda para Wanderley (1999), ao refletir sobre o termo Agricultura Familiar, e no que essa terminologia se difere do campesinato tradicional, aponta que ao primeiro é atribuído a necessidade de interação entre propriedade, trabalho e família, mas não se define as particularidades dessa relação. Com isso, a autora menciona que o campesinato tradicional está englobado no termo Agricultura Familiar, como um dos modelos sociais dessa categoria, visto que seus traços persistem na Agricultura Familiar, seja pela necessidade de se adaptar às demandas da agricultura moderna, ou ainda, pelas dificuldades ao longo do tempo enfrentadas, como a incessante luta pelo acesso a terra e a inserção aos mercados. Nesse sentido, a pesquisadora parte do conceito de Agricultura Familiar, “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p. 23). Assim, a agricultura camponesa tradicional apresenta-se como uma das formas sociais de Agricultura Familiar, visto que estruturalmente exhibe a relação entre propriedade, trabalho e família, como proposto pelo conceito apresentado. Vale observar que a propriedade aqui expressa diz respeito ao uso da terra, seja por título, posse, arrendamento, meieiro, acampados, entre outras condições. Difere-se então, no que diz respeito aos seus objetivos produtivo, econômico, bem como, sua relação com o externo à propriedade. Ainda para a autora, o objetivo do camponês é uma agricultura centrada na capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, na subsistência imediata e na reprodução da família pelas gerações subsequentes, ressaltando os processos camponeses tradicionais, a Policultura-pecuária.

Ainda no âmbito das políticas agrárias, para Marques (2008, p. 59) o reconhecimento do campesinato dentro da categoria Agricultura Familiar:

não implica na negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas

diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao ‘descampesinamento’, ora à sua reprodução enquanto camponês. (MARQUES, 2008, p. 59).

Também sobre diferenças e semelhanças entre duas organizações que compreendem pessoas que desenvolvem o trabalho familiar no campo, Fernandes (2005), no contexto da *Via Campesina* e da *Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRA-SUL*, apresenta dois pontos essenciais que as aproximam: “a luta contra as políticas neoliberais e contra o capitalismo; e a construção do socialismo” (p. 2). O autor afirma que os estudos teóricos não veem um futuro para a manutenção do campesinato se ele não migrar para a agricultura familiar, acreditando na sua extinção. No entanto, ele ressalta que a *Via Campesina* tem seus ideais e que alguns deles não são contemplados pela Agricultura Familiar, o que torna essa migração conflitante. Portanto, considera que:

será preciso muito esforço dos teóricos da agricultura familiar para convencer os camponeses organizados na Via Campesina, que sua luta não tem futuro. Que, fatalmente, vão se transformar em agricultores familiares. Resta conhecer como os denominados agricultores familiares discutirão a luta pelo socialismo, se a lógica do pensamento que originou o conceito que eles materializaram não tem essa perspectiva. (FERNANDES, p. 7, 2002).

Portanto, a partir desse breve recorte histórico, constata-se que as palavras de Moura (1986) ainda se mostram atuais ao afirmar que “o campesinato é sempre um polo oprimido de qualquer sociedade” (p. 10). Para o autor, o trabalhador camponês brasileiro teve suas origens marcadas pela subordinação aos donos de terra e do poder, e pela exploração desde os produtos, trabalho e dinheiro, por meio de “tributos entregue ao dono da terra, seja através dos preços depreciados que o comerciante comprador de sua colheita impõe, ou ainda pela expropriação de sua terra pelo grande proprietário. (p. 14). Atualmente, a expropriação do camponês também se dá, muitas vezes, no próprio campesinato, quando este, amparado em políticas de investimentos, se submete às demandas capitalistas que distorcem seus princípios em detrimento ao atendimento das demandas do mercado.

Com isso, acredita-se na necessidade de investimentos que priorizem a preservação das características do campesinato, por meio de programas agrários criados especificamente para atender aos seus princípios, e que sejam voltados para estimular a policultura, o consumo, a segurança alimentar, a permanência da família no campo, a valorização dos saberes e das tradições e o aumento da renda pela comercialização do excedente produzido, sem transformá-los em meros fornecedores do agronegócio. Isso porque acredita-se que tais

investimentos se caracterizam como instrumento de legitimação do campesinato, enquanto categoria social, reconhecendo também sua fundamental importância no abastecimento nacional de alimentos.

### 2.3 Considerações sobre modo de vida

O interesse deste estudo em investigar o campesinato valendo-se do modo de vida de um grupo de agricultores legalmente denominados como agricultores familiares, nos leva à necessidade de se abordar o termo “modo de vida”, como uma categoria analítica, na compreensão da reprodução social, uma vez que ele tem como característica base a relação familiar com a terra, os costumes e tradições passados de geração em geração. No entanto, algumas limitações se apresentam sobre essa terminologia, que se iniciam pelo uso do termo, quando em tradução para a Língua Portuguesa, dos conceitos franceses “*genre de vie*” (meio de vida); “*style de vie*” (estilo de vida) e “*mode de vie*” (modo de vida), como discutido por Braga et al. (2017). Para os autores, nos estudos franceses, tais terminologias apresentam concepções teóricas diferentes; enquanto nos estudos brasileiros, o termo “modo de vida” tem sido aplicado como sinônimos dos mesmos sem as devidas categorizações, generalizando os conceitos como se as diferentes concepções estivessem implícitas ao leitor. Nesse sentido, Braga et al. (2017) ainda observam que é comum, em pesquisas na área das Ciências Humanas, a utilização pouco criteriosa de categorias analíticas que não são definidas, reforçando a necessidade de uma concepção clara sobre o termo “modo de vida”, evitando relacioná-lo como sinônimo de estilo de vida ou meio de vida. No âmbito da tradução, os pesquisadores defendem que o termo “modo de vida” seja equivalente ao “*mode de vie*”, em francês, e, para isso, citam a definição de Foucault (1981):

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética (FOUCAULT, 1981, p. 3).

No âmbito da saúde coletiva, Gonçalves (2004, p. 18), citando Dytz e Rocha (2002), define o termo “modo de vida” como relativo “às necessidades básicas para a subsistência, tais como habitação, saneamento e outros fatores ambientais, garantidas diretamente mediante o nível dos rendimentos das pessoas e indiretamente por políticas públicas que asseguram a

distribuição de serviços coletivos entre a população”. O autor (p. 18) afirma que o termo também se articula com “condições de vida”, que diz respeito “aos numerosos determinantes e condicionantes gerais da vida da sociedade como um todo, enquanto os processos particulares dos diferentes grupos e suas relações com os outros”; e com “estilo de vida”, que se refere às “singularidades inerentes à pessoa e a pequenos grupos, como a família e a roda de amigos, a habitação e seu entorno, o local de trabalho, seus hábitos, normas e valores”.

No que tange ao ambiente rural, Chambers e Conway (1992), afirmam que o termo “modo de vida” compreende as capacitações, que seriam capacidade, aptidão e habilidade; os ativos, que são os recursos sociais e materiais; e as atividades, que se referem às maneiras necessárias para garantir os meios de vida e a sua reprodução social. Os autores defendem que, nesse contexto, os “modos de vida” devem ser sustentáveis e, para isso, precisam:

- (a) suportar as crises e choques mantendo ou elevando as suas capacidades e ativos;
- (b) prover a oportunidade de que as próximas gerações tenham acesso a um meio de vida sustentável e ainda;
- (c) contribuir com benefícios para outros meios de vida em nível local e global no curto e no longo prazo. (CHAMBERS; CONWAY, 1992, apud RIBEIRO, 2009, p. 71).

Nesse entendimento, Ribeiro (2009) realizou um estudo sobre o modo de vida dos pecuaristas familiares, que produziam bovinocultura de corte em pequenas áreas da região Campanha, no Rio Grande do Sul, utilizando o conceito de modo de vida e os estilos de agricultura para analisar a realidade encontrada. O autor realizou entrevistas com esses pecuaristas a fim de compreender suas origens e as suas estratégias produtivas. Os resultados demonstraram que:

os pecuaristas norteiam as suas atividades e as suas estratégias a partir de um modo de vida que definem para si e para suas famílias, que envolvem cinco características: a bovinocultura de corte como a principal atividade agrícola, praticada sobre pastagens naturais e com baixo uso de insumos externos sendo os bovinos considerados como mercadoria de reserva. Isto acarreta estratégias como as altas lotações de animais por hectare, a diversificação “por dentro” da atividade (cria e recria) e vendas de animais apenas quando há necessidades financeiras; a autonomia em relação ao mercado estabelecendo estratégias de comercialização a partir das necessidades da família e não na busca de melhores preços, além de distância dos endividamentos; o uso principal da mão-de-obra da família associada com uma troca de serviços com os vizinhos em uma relação de reciprocidade que permite enfrentar os momentos de maior demanda por mão-de-obra; a grande quantidade e a grande importância que tem a aposentadoria rural para os pecuaristas familiares; a presença do autoconsumo de maneira significativa representada não pelo consumo de vegetais, mas pelo consumo de carne bovina e, principalmente ovina (RIBEIRO, 2009, s/p, adaptado).

O autor concluiu que esses pecuaristas mantêm um modo de vida que contribui econômica, social e ambientalmente com processos de desenvolvimento rural que são compreendidos de maneira mais ampla do que apenas o crescimento da economia.

No que se refere ao campesinato, Marques (2008), citando Shanin (1979), afirma que ele envolve um modo de vida que o caracteriza como uma classe social com padrões e relações sociais distintas, “que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada, e se levanta em momentos de crise” (p. 59). Essa resistência camponesa é corroborada por Bombardi (2003), ao defender que os elementos característicos do universo camponês estão fundamentados no plano econômico, no plano político “da luta camponesa pela terra”, e, no plano moral “ordem moral camponesa”.

Ainda amparada nessa concepção, Rosa (2012) discute sobre o campesinato, como modo de vida, tendo por base o conceito de Bordie de *habitus*. O autor inicia seu ensaio apresentando um breve relato do contexto rural brasileiro, contrapondo o modo de vida capitalista com o camponês. Em seguida, define o campesinato como:

um conjunto de elementos que, no decorrer do tempo, foram se agregando e formando um jeito de ser e de viver, um jeito de relacionar-se com a terra, algo que para alguns pode até ter um tom de romantismo, de arcaísmo. Onde a terra é um elemento que transcende as fronteiras de compreensão desta relação entre humanidade e natureza, pois explicita a diversidade de vida, de comida na mesa e na terra, mas também de expropriação e miséria, quando concentrada nas mãos de alguns poucos. E que, por vezes, o camponês não tem clareza de onde termina a terra e onde começa o seu ser, sendo e se vendo ao mesmo tempo como terra e indivíduo. (ROSA, 2012, p. 99).

Ademais, Rosa (2012) destaca que o campesinato como modo de vida tem como fundamental o fato de as famílias camponesas não buscarem estratégias capitalistas para o desenvolvimento de suas atividades, mantendo um regime de economia familiar em detrimento da economia de mercado. Com base nesse pressuposto, o camponês tem um vínculo tão forte com a terra “que jamais, mesmo na distância, podem ser desintegrados, pois é um modo de vida” (p. 106).

Diante do exposto, trataremos o “modo de vida camponês” por meio de categorias que demonstrem a luta pelo acesso à terra e pelo autoconsumo; as relações entre os membros da família e da comunidade envolvida, prezando pela conservação das tradições e dos costumes; e o uso consciente dos recursos disponíveis, sejam eles materiais e naturais, demonstrando

que é possível viver da terra sem estar plenamente voltado à comercialização e à obtenção de lucro.

Ademais, este estudo procurou analisar o modo de vida, característica fundamental do camponês, com base nas definições dessa terminologia, dada pelos próprios agricultores familiares de Viçosa-MG entrevistados neste estudo, ao definirem suas atividades como um modo de vida que consiste na: agricultura como a principal atividade, o uso de pequenas áreas (em média 10 hectares); na diversidade de produção (policultura); baixo uso de agroquímicos e baixa tecnificação. Nesse sentido, demandam estratégias como a diversificação dos pontos de comercialização, evitando perdas de produtos, bem como, a busca por políticas de inclusão aos mercados institucionais como forma de suprir as demandas financeiras da família, além do uso da mão-de-obra familiar muitas vezes associada à troca de serviços com os vizinhos em uma relação de cooperação, principalmente, nos momentos de maior demanda por mão-de-obra;

## **CAPÍTULO III**

### **3. OS CAMINHOS DA PESQUISA**

No que se refere aos caminhos percorridos neste estudo, foi feita, inicialmente, a caracterização da pesquisa, seguida pela descrição do local e dos sujeitos dessa pesquisa, das variáveis de análise e procedimentos de coleta de dados e dos procedimentos para a análise dos dados e, por fim, os aspectos éticos.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

É de amplo conhecimento que a pesquisa científica tem por base três princípios, sendo eles o Filosófico, o Teórico e o Metodológico. A partir destes princípios, chega-se então ao que vem a ser a pesquisa científica, considerada um campo do conhecimento onde os pesquisadores estão inseridos.

Neste estudo, como pressuposto filosófico, foi eleita a perspectiva fenomenológica, método no qual se busca conhecer o fenômeno a partir das vivências e experiências dos

sujeitos envolvidos, como abordado por Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (2002). Os autores relatam que a fenomenologia não é explicada apenas por leis casuais, o que também não quer dizer que os fenômenos aleatórios não obedeçam a algum tipo de lei. Na visão deles, as leis estatísticas possuem um fator limitante, pois possibilitam previsões apenas para um todo, criando assim um número grande de acontecimentos singulares e aleatórios.

Na perspectiva teórica, que engloba os aspectos relacionados às definições e conceitos, esta pesquisa selecionou algumas categorias de análise e autores relevantes, quais sejam: *Agricultura Familiar e Campesinato*, por autores, como; Abramovay (1998), Cunha (2015), Neves (2001), Marques (2008), Martins (1986), Oliveira (1994; 2006), Sousa (2009), Wanderley (1999), Rezende et al. (2012) e Van der Ploeg (2008, 2009); *Modo de Vida*, por autores, como Braga et al. (2017), Gonçalves (2004), Ribeiro (2009) e Rosa (2012); e *PNAE*, por autores como Belik e Chaim (2009), Peixinho (2013), Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) e Turpim (2008).

Como perspectiva metodológica, o trabalho se desenvolveu pela conjugação de elementos quantitativos e qualitativos para a construção das informações. A escolha pela abordagem qualitativa foi pautada em Richardson (2010, p. 80), ao indicar seu uso em pesquisas que buscam “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Já a abordagem quantitativa, ainda segundo Richardson (2010), caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas, com objetivo de garantir a precisão, reduzindo distorções.

No que tange ao estudo de campo, pautou-se também em Gil (2011, p. 57), que orienta seu emprego em contextos que buscam estudar determinada comunidade “em termos de estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes”. Portanto, considera-se que esse delineamento foi adequado aos objetivos da pesquisa, que foram prioritariamente voltados para a compreensão de ações, motivações, percepções, valores e atitudes que permeiam as relações entre o PNAE, os gestores municipais, os agentes de extensão rural da Emater local e os agricultores de Viçosa-MG.

Ainda, Minayo (2009) descreve que a abordagem qualitativa responde a assuntos muito pessoais, pois envolve um mundo de significados, a saber: crenças, valores, história de vida e, com essas questões, procura-se responder os objetivos específicos propostos.

### **3.2 Local e sujeitos da pesquisa**

A pesquisa teve como campo empírico os estabelecimentos rurais classificados, segundo a legislação vigente, como de Agricultura Familiar em Viçosa-MG, e os espaços envolvidos na gestão do PNAE, como as Secretarias Municipais (SMs) e a Empresa de Assistência Técnica Rural (Emater) da cidade. O público alvo foi composto por 15 (quinze) agricultores que comercializam seus produtos para o PNAE, e por 8 (oito) profissionais que atuam na gestão e fiscalização do programa em Viçosa, sendo 1 (um) da Emater, 6 (seis) da Prefeitura Municipal e 1 (um) do CAE.

A seleção dos agricultores para a composição da amostra foi baseada no critério de amostragem do tipo intencional não probabilística que, de acordo com Barbetta (2012), é uma técnica que busca, entre os elementos de uma população, uma amostra que a represente razoavelmente. Em nosso estudo a partir dos dados fornecidos pela Emater local, de um total de 29 agricultores ativos no fornecimento ao PNAE em Viçosa-MG, foi conseguido êxito no contato e no aceite de participação de 15 (quinze) agricultores. Quanto aos gestores, selecionamos os responsáveis por cada órgão envolvido diretamente na execução do programa no município, bem como um representante da Emater local.

### **3.3 Variáveis de análise e procedimentos de coleta de dados**

No período de agosto de 2017 a novembro de 2018, foram realizadas visitas aos setores da administração municipal envolvidos no programa, como a Secretaria de Educação, a Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Finanças e o Departamento de Merenda Escolar. Tais visitas objetivaram a coleta de informações relevantes a respeito da operacionalização e comercialização do programa, objeto de estudo. Ainda, visitou-se a Emater com a finalidade de identificar os agricultores participantes do programa, coletando-se informações sobre eles. Finalmente, entrou-se em contato com os

agricultores participantes do PNAE, com o objetivo de convidá-los para participar da pesquisa.

Com relação à coleta de dados, no período de maio a outubro de 2018, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida, observações participantes e análise documental. As entrevistas semi-estruturadas - realizadas com os gestores municipais (apêndice A), com os agentes da Emater (apêndice B) e com os agricultores (apêndice C) - foram utilizadas por ser um método de coleta que amplia o entendimento das questões estudadas, uma vez que possibilita não somente a realização de perguntas previamente elaboradas, mas também a adaptação das mesmas, dando liberdade para novos questionamentos não previstos pelo pesquisador.

Especificamente, com relação aos gestores municipais, as questões se reportaram à operacionalização do programa no município, à capacitação dos agentes envolvidos, bem como aos limites e potencialidades do referido programa na perspectiva desses gestores. Com respeito aos agentes da Emater, pretendeu-se indagá-los sobre a relevância do modo de vida desses agricultores, como característica fundamental do campesinato, as atividades que fomentam essas características e o entendimento dos mesmos no que diz respeito ao PNAE e ao campesinato. No que se refere aos agricultores, foram investigadas as suas percepções sobre o PNAE e sobre o campesinato, como modo de vida, questões econômicas e sociais, além do perfil pessoal e familiar dos mesmos. Importa mencionar que as questões econômicas compreenderam o modo de produção, de comercialização e de renda. Por outro lado, nas questões sociais foram abordadas as relações sociais (familiares e comunitária) e a inclusão social pela melhoria da qualidade de vida desses agricultores, tomando como conceito de qualidade de vida as características dadas pelos próprios agricultores. As entrevistas com os gestores do programa foram realizadas nas instituições envolvidas (Emater e SMs) e com os agricultores no estabelecimento rural onde é realizada a produção.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Por isso, esse procedimento de análise oferece material para generalização sociológica, descrição de época e também possibilita levantar questões novas de diversos níveis.

Nas entrevistas foram abordadas, como ponto de partida, questões referente à ideia de campesinato e sua manutenção ao longo do tempo, na perspectiva do agricultor envolvido no programa, com o intuito de identificar o seu processo de criação, limites e potencialidades até

a realidade atual. Com o objetivo de nortear a história a partir do ponto de interesse, foi utilizado um roteiro com questões básicas a serem discutidas, que incluem desde o interesse e motivação do modo de vida de campesinato, sua interface com as políticas públicas, aspirações e expectativas.

As entrevistas semi-estruturadas e as histórias de vida foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise.

Com relação à observação participante, ela foi eleita por permitir a integração do pesquisador ao ambiente dos participantes e, com isso, a compreensão de seus comportamentos, suas vivências e suas interações com o contexto social (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2012). O instrumento usado durante a observação foi o diário de campo, no qual foram registradas as experiências, impressões e situações vivenciadas pelo pesquisador durante a coleta dos dados da pesquisa.

Para melhor entendimento das informações coletadas, também foi realizada uma análise documental dos acervos, banco de dados e documentos, que continham informações acerca da organização do programa no município, como os Contratos de Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar, de maneira a agregar conhecimentos que pudessem contribuir para a compreensão das características operacionais do PNAE em Viçosa-MG. Foi considerado o período de 2017 a 2018 para a análise dos contratos, bem como as informações do FNDE sobre as aquisições da agricultura familiar de 2011 a 2016. Tal período foi pautado no tempo de participação do município no programa.

Enfim, na análise dos dados, procurou-se identificar as implicações do PNAE para a preservação das características do campesinato na Agricultura Familiar em Viçosa-MG, a partir da operacionalização do programa no município, dos modos de cultivo, consumo e comercialização da produção dos agricultores participantes, das relações sociais entre familiares e comunidade, bem como de suas tradições e costumes.

### **3.4 Procedimentos para a análise dos dados**

O tratamento dos dados foi pautado na análise de conteúdo, no qual, segundo Bardin (1979) citado por Deslandes, Gomes e Minayo (2012, p. 82), é uma técnica voltada “para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifestado na comunicação”.

As entrevistas e histórias de vida foram transcritas e analisadas em conjunto com as demais informações coletadas. As informações foram agrupadas em categorias, de modo a ressaltar padrões, temas e conceitos. Devido à multifuncionalidade da Agricultura Familiar, como já foi mencionado, foram, a priori, consideradas categorias de análise econômica e social. Objetivando discutir as potencialidades do referido programa na perspectiva da sustentabilidade ecológica, cultural, econômica, política e social.

A interpretação envolveu a atribuição de significados às análises, explicitando os padrões encontrados e procurando por correlações entre as dimensões descritivas.

Assim, as informações coletadas nas entrevistas, nas observações de campo e nos documentos, passaram por um processo de seleção, simplificação, abstração e transformação. Em seguida, foram organizados de maneira que possam ser identificados os padrões, as possíveis explicações, as configurações e os fluxos de causa, que foram discutidos com base na literatura da área.

Foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: a operacionalização do PNAE em Viçosa-MG; categorização dos tipos de alimentos e valores negociados pelo PNAE em Viçosa-MG; as aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar; fluxo de informações institucionais; caracterização dos agricultores participantes do PNAE em Viçosa-MG; denominação como camponeses ou agricultores familiares; questões relacionadas a luta por acesso à terra; formas de preservação das tradições de cultivo; caracterização da terra, como tamanho, meios de aquisição e mão de obra utilizada; além das potencialidades e os limites do PNAE em Viçosa-MG, na percepção dos atores.

### **3.5 Aspectos éticos da pesquisa**

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado no apêndice E, definido na resolução CNS 466/2012, sendo composto de dois passos: primeiramente foi realizado o cadastro dos pesquisadores na Plataforma Brasil e, posteriormente, a submissão do projeto de pesquisa com as respectivas documentações obrigatórias exigidas.

Para tanto, foi firmado um Termo de Parceria com a Emater - Unidade Regional Viçosa (URV) e com a Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, com o objetivo de garantir o compromisso firmado na realização da pesquisa e coleta dos dados documentais, bem como o auxílio na realização da pesquisa com os agricultores envolvidos no PNAE, como disponível no Anexo 1.

É importante destacar que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) garante aos participantes o sigilo para o uso dos dados e a escolha de participar ou não da pesquisa a qualquer momento de sua realização, conforme explicitado no apêndice D.

## CAPÍTULO IV

### 4. A Operacionalização do PNAE em Viçosa-MG

De acordo com as informações do FNDE<sup>4</sup>, o formato institucional do PNAE envolve a participação de diversos órgãos, conforme as seguintes competências:

**Governo Federal, por meio do FNDE** – Responsável pela definição das regras do programa. É aqui que se inicia o processo de financiamento e execução da alimentação escolar.

**Entidades Executoras (EEx)** – Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as escolas federais, que se responsabilizam pelo desenvolvimento de todas as condições para que o PNAE seja executado de acordo com o que a legislação determina.

**Unidade Executora (UEX)** – Sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à escola, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas. As Unidades Executoras podem ser chamadas de “Caixa Escolar”, “Associação de Pais e Mestres”, “Círculo de Pais e Mestres” ou “Unidade Executora”. Representam a comunidade educativa.

**Conselho de Alimentação Escolar** – Responsável pelo controle social do PNAE, isto é, por acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo, a execução financeira e a tarefa de avaliação da prestação de contas das EEx e emissão do Parecer Conclusivo.

**Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União** – Órgãos de fiscalização do governo federal.

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.fn.de.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> - acesso em 28/11/2018

**Ministério Público Federal** – Em parceria com o FNDE, recebe e investiga as denúncias de má gestão do programa.

**Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios** – Responsáveis pela inspeção sanitária, por atestar a qualidade dos produtos utilizados na alimentação ofertada e por articular a produção da agricultura familiar com o PNAE.

**Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionistas** – Fiscalizam a atuação desses profissionais.

O PNAE foi implementado no município de Viçosa-MG, em 2011, sendo que, nos anos da coleta das informações deste estudo, 2017 e 2018, atendeu 5747 alunos matriculados em 35 estabelecimentos educacionais, entre escolas e creches da rede pública de ensino. No que se refere à relação do PNAE com a agricultura familiar, o programa conta com 29 agricultores familiares ativos e, segundo o histórico de Viçosa, relatado pelo agente de merenda escolar, esse número sofreu pouca alteração desde a sua implementação. Para que os agricultores possam participar do programa é necessário cumprir as condicionantes previstas nacionalmente, entre elas possuir a Declaração de Aptidão (DAP), que é um documento de identificação do agricultor familiar, sendo que essa declaração é feita pela Emater do município.

Quanto aos atores envolvidos e entrevistados neste estudo, tivemos a participação de 8 (oito) gestores, sendo 6 (seis) municipais, além de 1 (um) representante da Emater local e 1 (um) representante do CAE. Ainda quanto aos gestores, dos 8 (oito) participantes, 2 (dois) eram secretários municipais, 1 (uma) nutricionista, 1 (um) coordenador do setor de merenda escolar, 1 (uma) chefe do Departamento de material, compra e licitações, 1 (uma) chefe do Departamento de convênios e prestação de contas, 1 (uma) extensionista rural da Emater local e 1 (uma) representante do CAE. Em virtude das considerações éticas, para fins de preservação da identidade dos participantes, eles serão denominados por número conforme representado na tabela 1:

**Tabela 1: Função e Gênero dos gestores entrevistados do PNAE, Viçosa-MG, 2018.**

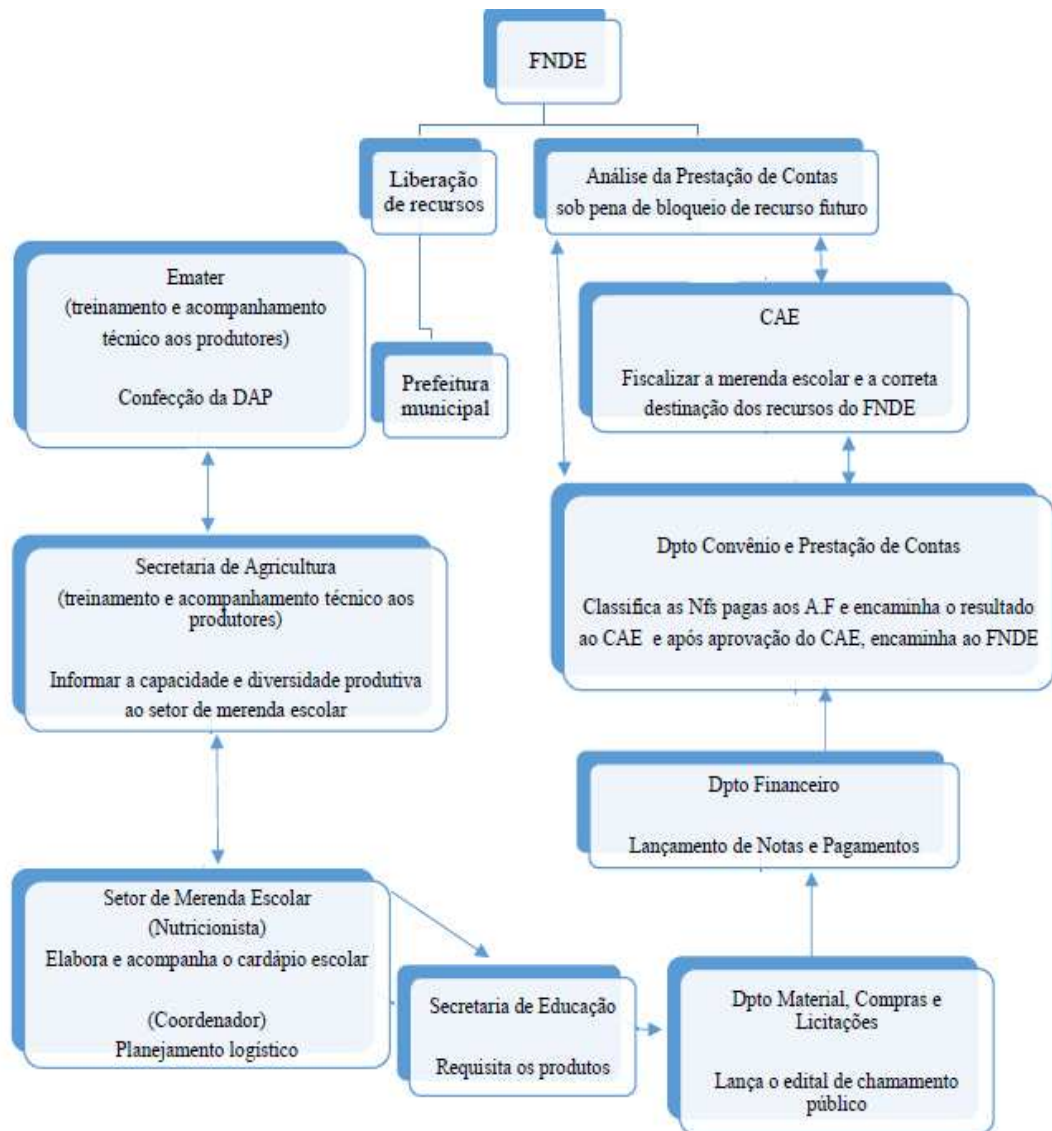
<b>Identificação no estudo</b>	<b>Função</b>	<b>Gênero</b>
<b>Gestora 1</b>	Nutricionista	Mulher
<b>Gestora 2</b>	Secretária de Educação	Mulher
<b>Gestor 3</b>	Secretário de Agricultura	Homem
<b>Gestora 4</b>	Extensionista Emater	Mulher
<b>Gestora 5</b>	Presidente do CAE	Mulher
<b>Gestor 6</b>	Coordenador Merenda Escolar	Homem
<b>Gestora 7</b>	Chefe Dpto Material, Compras e licitações	Mulher
<b>Gestora 8</b>	Chefe Dpto Convênios e Prestação de Contas	Mulher

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

#### **4.1 Considerações sobre a estrutura operacional do PNAE em Viçosa-MG**

Quanto à operacionalização do programa, o município segue as orientações do FNDE, que determina a estrutura participativa ilustrada na figura 1:

**Figura 1: Funcionamento do PNAE, em Viçosa-MG, 2018.**



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

Nessa estrutura, tem-se como órgão responsável pela execução do PNAE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, que, segundo informações disponíveis no site, é uma autarquia federal criada, conforme a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969. É responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação-MEC, e pelos repasses de dinheiro para a educação básica, que são divididos em constitucionais, automáticos e voluntários (convênios).

O FNDE atua transferindo os recursos financeiros aos municípios, bem como acompanhando e fiscalizando os resultados e demandas definidas por lei.

A Secretaria de Educação é responsável por solicitar as compras, bem como acompanhar todo o processo, desde a compra até o fornecimento das refeições aos estudantes. O Setor de Merenda Escolar, vinculado à secretaria de Educação, conta com duas nutricionistas e um coordenador. As Nutricionistas do município elaboram o cardápio, de acordo com as exigências nutricionais definidas pelo FNDE, considerando as características culturais e a capacidade de produção local. Também acompanham as merendeiras na produção das refeições nas escolas, fornecendo orientações e treinamentos quanto as boas práticas de manipulação e fabricação. São elas que estabelecem as quantidades a serem licitadas, decisões essas que são tomadas com base nos relatórios de capacidade produtiva dos agricultores envolvidos, que é elaborado pela Secretaria de Agricultura em conjunto com a Emater, conforme relatado pelo Gestor 06:

*a requisição de compra é feito por mim. A [Gestora 1] me passa o que vai comprar naquele semestre né? Isso funciona na parte da empresa e produtor. Ali a gente calcula cada empresa, ela me passa pra mim por semana, aí eu calculo quantas semanas que vai dar naquele semestre né? Geralmente o primeiro semestre dá vinte e uma semanas e no segundo dezoito semanas. Aí eu multiplico pela quantidade de semanas e dá um total. Ali, geralmente, a gente acaba sempre com uma margem um pouquinho acima né (Gestor 06).*

O coordenador do Setor de Merenda Escolar é responsável por encaminhar as quantidades dos produtos a serem licitados ao Departamento de Material, Compras e Licitações, bem como pela articulação logística, definindo as rotas e o fracionamento das quantidades a serem entregues nas escolas.

Sobre o papel da Emater, observando a execução do PNAE no município, verificou-se que a Emater local auxilia na mobilização dos agricultores, especialmente na confecção da DAP. Além disso, promove reuniões com os agricultores para acompanhar o processo produtivo, auxiliar em possíveis dificuldades para atender às demandas desses agricultores, objetivando a otimização da produção, como apontado tanto pelos gestores, quanto pelos agricultores:

*agora o extensionista está na reunião lá na secretaria da agricultura para ver que tratamento pode ser dado a esses agricultores por conta dos intemperes da natureza...e no município que, as vezes, tem um produtor aqui que tem condição mais não tem interesse de entregar no PNAE, então, o que pode ser feito (Gestora 4).*

*isso eu devo pra [...] da Emater. Ela foi lá no meio do mato me buscar, ela foi lá, até brinquei com ela outro dia, quando tivemos em Rio Pomba naquele encontro que teve lá sexta feira(Agricultor 3).*

*a Emater tá sempre apoiando (Agricultor 7).*

*eles [funcionários da Emater] me ensinaram, ajudaram, procuraram pessoas que sabiam pra ajuda também, então né, eu não tive problema nenhum pra entrar (Agricultora 09).*

*o pessoal da Emater eles deram um apoio muito bom, eles sempre deram um apoio muito bom então facilitou bastante (Agricultora 12).*

A partir dos excertos supracitados é possível perceber que, tanto na concepção dos agricultores quanto na opinião dos gestores, a Emater do município tem cumprido seu papel junto ao programa, uma vez que, segundo as orientações legais dessa instituição, divulgadas em seu site<sup>5</sup>, sua diretriz está pautada na promoção da extensão rural junto aos agricultores familiares, promovendo melhorias na produção, sustentabilidade e inclusão social.

O acompanhamento e o fomento do desenvolvimento produtivo também é realizado pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que conta com um agrônomo contratado para acompanhar a capacidade produtiva dos agricultores, o que também ajuda a evitar possíveis fraudes nas chamadas públicas, conforme relatos do Gestor 03:

*A secretaria de agropecuária ela entra na participação de mobilização dos produtores juntamente com a Emater, aqui local, onde faz a mobilização dos produtores. Acompanhamento técnico é feito dentro da secretaria de agropecuária. Tem um departamento chamado de departamento de agropecuária e agricultura, que faz os trabalhos com os engenheiros e com os nossos técnicos envolvidos a campo, como produzir, as formas de produção dos produtores, o acompanhamento da propriedade, da questão de plantio... preparo e plantio e colheita desses produtos. Também a programação pra que a gente possa dentro do cronograma de entrega dos produtos não ter falhas ao longo do seu contrato (Gestor 03).*

---

<sup>5</sup> [http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site\\_tpl\\_paginas\\_internas&id=2#.XFCXGIxKJIU](http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=2#.XFCXGIxKJIU)

A estratégia adotada na interação entre Emater, prefeitura e agricultores mostra-se de grande importância, visto que possibilita o melhor aproveitamento dos recursos. A definição de processos possibilita que a Emater e a Secretaria de Agricultura, ao acompanhar de perto os agricultores, compreendam seus limites e potencialidades, permitindo uma abordagem técnica menos invasiva e, conseqüentemente, mais assertiva. O mesmo acontece entre as escolas e o setor de merenda escolar, onde a nutricionista, em contato com a Emater e com a Secretaria de Agricultura, toma ciência das reais possibilidades de oferta desses agricultores, adequando as variedades possíveis de serem ofertadas às necessidades nutricionais dos alunos e, também, sugerem novas variedades de cultivo.

Nesse sentido, o planejamento e seus processos possibilitam que a Emater cumpra seu papel de assistência técnica e de extensão rural, e que a prefeitura, por meio de suas secretarias, ofereça aos alunos uma alimentação que cumpra as exigências nutricionais definidas pelo FNDE, bem como proporcione aos agricultores a inserção econômica, valorizando o cultivo de produtos regionais de costume local. Assim, para os agricultores, são mantidas as tradições de cultivo, o suporte técnico quando necessário, como também a garantia de compra de sua produção com preços de varejo, ou seja, sem o intermediário.

Os procedimentos adotados no planejamento das aquisições dos gêneros alimentícios via PNAE vão ao encontro do defendido por Oliveira (2006), ao apontar que o planejamento é um processo decisório, que deve ser amparado por informações confiáveis, bem como na capacidade de articulação e compreensão dos atores envolvidos, condição que gera confiança e, conseqüentemente, aprendizado, proporcionando o aprimoramento das decisões futuras.

Por sua vez, o Departamento de Materiais, Compras e Licitações é responsável por realizar as licitações e as chamadas públicas, assim dito pelo Gestora 07:

*a função do departamento é processar todos os dados colhidos pela secretaria de educação e da Agricultura né? E formalizar os contratos com os agricultores. Chega o pedido, tem a requisição de compras, o projeto né da venda dos Agricultores e a gente lança o edital de chamamento público, que é onde a Emater, que é a unidade articuladora, ajuda os agricultores de quais são os plantios que ele tem para poder participar do chamamento público (Gestora 07).*

O Departamento de financeiro é responsável por lançar as notas fiscais e fazer os pagamentos, enquanto o Departamento de Convênios e Prestação de Contas é responsável

pela prestação de contas de convênios federais e estaduais. No caso do PNAE, o convênio se dá em âmbito federal, conforme relatos da Gestora 08:

*Fazer as prestações de contas de convênios federais e estaduais. No caso aí no âmbito federal o PNAE, PNATE e PDDE... Assim que é feito o pagamento dos empenhos, eles vem até aqui pra prestação de contas pra que seja lançado no sistema. Então é dividido da seguinte forma: no próprio sistema ali você tem que identificar o que que é pessoa jurídica, o que que é industrializado e o que que é de agricultura familiar, os produtos de agricultura. Tem o de associação dos produtores, que é o único caso que entra o CNPJ na agricultura familiar e ali se identifica qual que é o percentual de agricultura familiar no próprio sistema lá, e assim que você marca a opção de agricultura familiar tem que informar o DAP (Gestora 08).*

O Conselho de Alimentação Escolar - CAE é responsável por fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE ao município, observando o cumprimento dos 30% mínimos de aquisição da agricultura familiar, bem como zelar pela qualidade dos produtos adquiridos, como mencionado na fala da Gestora 05:

*a função é acompanhar né, os recursos que vem do FNDE pro município pra alimentação escolar nas escolas do município. A gente trabalha com o município, a gente tem abertura pra trabalhar com as escolas do Estado também, mas, por enquanto a gente tá só com as escolas do município. Aí assessora, fiscaliza né, avalia prestação de contas... essas coisas (Gestora 05).*

Diante do observado, pode-se inferir que o PNAE envolve uma gestão compartilhada que, quando bem articulada entre os setores responsáveis, pode possibilitar melhores resultados. Em nosso estudo, o setor que apresentou maior dificuldade no cumprimento de suas atribuições foi o CAE, visto sua falta de estrutura.

#### **4.1.1 Questões envolvendo o fluxo de informações institucionais**

A partir da compreensão da estrutura organizacional do PNAE, procurou-se entender como as informações são prestadas ao público. Ao consultar os dados disponíveis pelo FNDE, verificou-se que o sistema lança apenas informações provisórias sobre os percentuais

adquiridos da Agricultura Familiar no município, o que dificultou as análises deste estudo, bem como da avaliação dessa política pelos próprios atores envolvidos no programa. Ao questionar aos gestores municipais sobre os prazos de conclusão dos processos para demonstração definitiva das informações, o gestor 8, do Departamento de Convênio e Prestação de Contas, apresentou a documentação disponível no sistema interno, SIGPC (Anexo 3), onde consta que os lançamentos estão em fase de análise pelo FNDE desde o ano de 2012.

*a prestação de contas desde 2012 ainda esta sob análise... no SIGPC na contas online, que é o site de prestação de contas da alimentação escolar; ou seja, dos programas do FNDE (Gestora 08)*

Diante dessa problemática, foi feito contato por e-mail com FNDE, solicitando esclarecimentos sobre a situação, bem como uma previsão de prazo para a conclusão. As respostas não foram esclarecedoras. O FNDE respondeu que deveríamos encaminhar nossa dúvida para Equipe de Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do PNAE - DIDAF/PNAE. Esta, por sua vez, afirmou que não tinha essa informação e orientou que o questionamento fosse encaminhado para a Ouvidoria do FNDE ou para o setor de contas pelo e-mail [contasonline@fnde.gov.br](mailto:contasonline@fnde.gov.br). O setor de contas informou que tal dúvida deveria ser direcionada à Coordenação de Contas. Essa nos direcionou para a CGPAE - Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e a mesma, até o encerramento deste estudo, não manifestou uma resposta resolutiva para a situação. A ouvidoria registrou a ocorrência no protocolo 235467.041281/2018-26 e apresentou apenas as informações de operacionalização que estão disponíveis no site do FNDE, não esclarecendo à dúvida quanto à finalização da análise da prestação de contas. Os documentos relativos aos contatos com o FNDE podem ser observados no anexo 4.

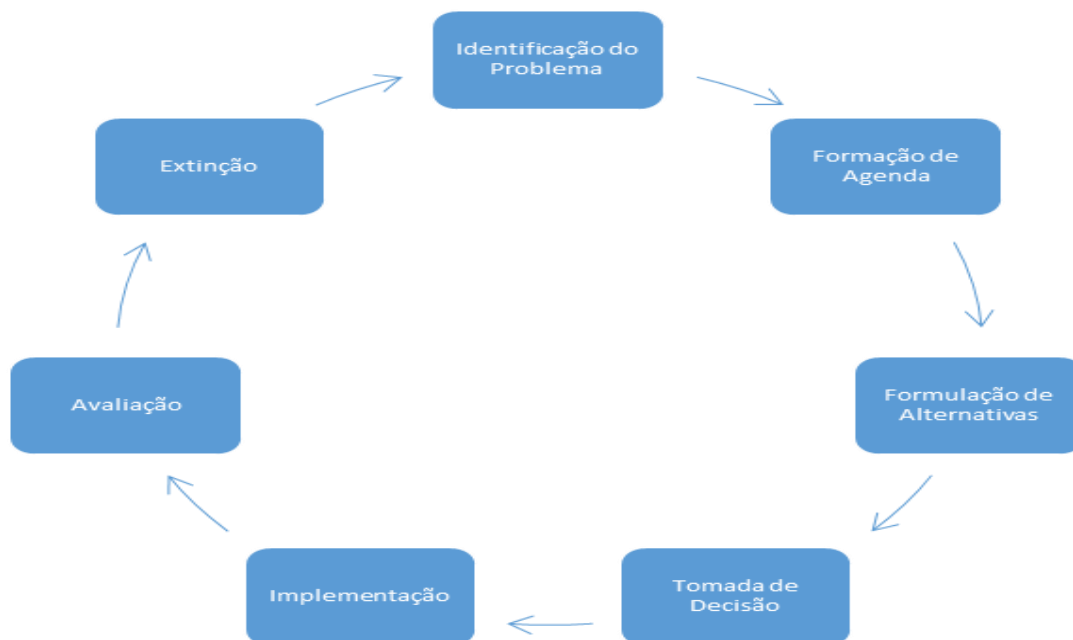
Buscando mecanismos que auxiliassem na verificação dos valores reais empenhados, de maneira a compreender o real percentual de aquisição da agricultura familiar do município, a partir do ingresso no PNAE, solicitou-se à Gestora 8, responsável pela prestação de contas, que apresentasse os relatórios anuais de prestação de conta, a fim de comparar as informações locais, com as disponíveis no site do FNDE. A gestora nos informou que não dispunha dessas informações de uma maneira tabulada e que, para isso, seria necessária uma análise de todas as notas fiscais, uma a uma, ano a ano, para cada compra realizada da agricultura familiar.

#### 4.1.2 O PNAE no contexto do Ciclo da Política Pública

Em decorrência das dificuldades de gerenciamento das informações, seria importante que os gestores adotassem estratégias de avaliação do programa. Tais estratégias podem ser pautadas na compreensão dos processos de elaboração das políticas públicas, também conhecido como Ciclo de Políticas Públicas. Secchi (2010) alega que o Ciclo das Políticas Públicas é uma concepção de processo político que, mesmo não refletindo exatamente a realidade prática, contribui como ferramenta de análise das políticas públicas. Com isso, sua importância decorre do fato de suas etapas corresponderem a uma sequência de processos político-administrativos, que possibilitam analisar seu funcionamento fase a fase.

Ainda segundo Secchi (2010), o Ciclo de Políticas Públicas é uma forma estabelecida de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. O referido autor aborda o modelo de Ciclo de Políticas Públicas em sete fases principais: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e extinção, como demonstrado na figura 2.

**Figura 2: Sete fases do Ciclo de Políticas Públicas.**



Fonte: Secchi, 2010 (Adaptado).

Souza (2006), aponta que, a formação da agenda inicia-se a partir de um esforço coletivo que objetiva conscientizar a respeito de um problema, buscando evidenciar sua relevância, ou seja, a simples identificação do problema não garante sua participação na formação de agenda, mas faz-se necessário um conjunto de articulações de determinados grupos que, por convencimento ideológico, barganha ou persuasão, consigam a atenção necessária à participação na agenda.

Conquistado este objetivo, são formuladas alternativas de desenvolvimento e execução dessa política, propondo diferentes formas de solucionar tais problemas, obtendo assim, um leque de opções para que seja tomada a decisão correta. Definida a forma de abordar o problema, bem como sua estrutura de aplicação, é então levada à implementação, onde se busca aplicar tudo o que foi proposto anteriormente.

Após implementada e em execução, a política pública deve ser avaliada, mensurando seus resultados, visando compreender os limites e as potencialidades dos processos da implementação colocados em prática. Essa avaliação permite adequações e correções quando possível, ou até mesmo, quando concluídos ou não alcançados os seus objetivos, a própria extinção da política.

Em relação ao PNAE, a problemática se apresenta não só no aspecto nutricional dos alimentos fornecidos aos alunos, mas também, na necessidade de inserção dos agricultores familiares em mercados capazes de absorver sua produção. Condições que se mostraram suficientes para a entrada do programa na agenda política.

Com isso, o Artigo 14, da Lei Federal 11.947/09 (BRASIL, 2009), vem como alternativa formulada, tomando como decisão a proposta de uma cota mínima a ser adquirida preferencialmente dos agricultores familiares. Além de pagar um preço justo pelos produtos, gerando um aumento de renda para essas famílias, também fomenta a diversidade produtiva, respeitando os alimentos locais e uma produção de base mais limpa e até mesmo orgânica, contribuindo para a permanência no campo, a sucessão familiar nas atividades agrícolas e consequentemente na melhoria da qualidade de vida.

Neste estudo, de maneira especial, destaca-se a fase de implementação, pois é nesse marco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública. Essa fase é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções para ações, conforme proposto por O'Toole Jr. (2003) apud Secchi (2010).

Sabatier (1986) aponta que a fase de implementação de políticas públicas pode ser pautada em dois modelos: *top-down* e *bottom-up*. No *top-down* há uma rígida separação entre as fases de tomada de decisão, por parte dos políticos, e de implementação, por parte dos administradores, baseando-se em uma abordagem funcionalista e tecnicista, entendendo que a política deve ser formulada na esfera pública e que a implementação trata-se apenas de um esforço administrativo. Já no modelo *bottom-up* há uma maior atuação dos envolvidos, tanto na concepção como na execução das políticas, possibilitando maior liberdade por parte daqueles que a implementam para realizar os ajustes necessários a fim de alcançar as metas delineadas.

No caso do PNAE, pode-se afirmar que a fase de implementação apresenta-se na perspectiva *top-down*, visto que, mesmo o CAE sendo contemplado na política, formado por membros da comunidade com função social e fiscalizadora, característica *bottom-up*, as estruturas da política ao desprezar suas características e suas demandas operacionais, como verificado em Viçosa-MG, a falta de um veículo para locomoção até as escolas, um escritório com computadores, para reuniões, elaboração dos relatórios e arquivos, acabam por limitar sua atuação, de modo manter a condição hierárquica de cima para baixo.

Também Lopes (2017), ao analisar a implementação do PNAE em nível nacional, apontou que o aspecto mais deficitário encontrado pela Controladoria Geral da União foi justamente relacionado à atuação do CAE. O autor atribui tal deficiência ao fato de os formuladores da política desconsiderarem as particularidades regionais dos diversos municípios brasileiros.

Assim, examinar a fase de implementação permite visualizar os obstáculos e as falhas que comumente ocorrem nessa etapa do processo, além de identificar possíveis erros e desvios do que já foi planejado. Para isso, devem ser analisadas as pessoas e as organizações, seus interesses, competências (técnicas, humanas, de gestão) e comportamentos variados, que, segundo Secchi (2010), são os elementos básicos de qualquer análise sobre o processo de implementação.

Diante do exposto, observou-se em Viçosa, Minas Gerais, que a fase de implementação deveria estar focada na adequação do fluxo de informação em relação ao cumprimento das diretrizes do Artigo 14, da Lei Federal 11.947/09 (BRASIL, 2009), o que possibilitaria identificar as necessidades para se atingir as metas dessa política. Permitindo

compreender como certas políticas são bem-sucedidas e outras não, uma vez que a implementação é um processo em que as ações são dirigidas ao cumprimento dos objetivos definidos anteriormente. Devido à sua complexidade, a implementação se constitui em um momento crucial no ciclo da política, por trazer importantes contribuições para a análise dessas políticas. E é no aprofundamento desta fase que alguns estudos começam a indicar a necessidade de se buscar entender o processo político de forma mais dinâmica e interativa.

Neste contexto, acredita-se que a gestão municipal deveria investir esforços na interação e sistematização de processos, tornando as informações confiáveis e em tempo hábil de intervenção quando necessário, evitando assim o retrabalho, ocasionando atrasos e impactos negativos nos cumprimentos das determinações do programa, condições essas que a Gestora 8 afirma estarem sendo desenvolvidas desde 2015, e que terão seus reflexos apresentados no futuro.

O foco na problemática supracitada se faz de suma importância, visto que o próprio FNDE tem a prerrogativa de interrupção dos repasses financeiros pela não aprovação das contas, bem como pelo descumprimento das metas. Corroborando com tal preocupação, quando entrevistada, a presidente em exercício do CAE do município de Viçosa-MG, a Gestora 5, destacou algumas dificuldades no exercício demandado pelo conselho, como a falta de transporte para as visitas escolares, conforme o seguinte relato:

*acho que é mais pra gente tá fazendo as visitas mesmo né? Porque a gente não tem veículo, a gente tem que tá indo com nosso transporte próprio e muitos conselheiros eles não têm condições de tá arcando, fazem, mas com muita dificuldade (Gestora 5).*

Ainda sobre as atividades desempenhadas pelo CAE, quando questionada sobre o processo de aprovação das contas, a gestora teceu os seguintes comentários:

*Então, porque nas reuniões que a gente tem com os agricultores na verdade a gente que devia que tá fiscalizando isso aí né? Mas a gente faz reuniões e, no final do ano, pelo que eles mandam pra gente das notas, a gente calcula e tá cumprindo (Gestora 5).*

*É que a gente tem o recurso enviado, né? Que no site tem que o recurso foi enviado pro município. A gente calcula o que foi gasto com os 30% dos recursos que foi enviado (Gestora 5).*

*Inclusive na prestação de contas. No final do ano fui eu que fiz. Eu só fiz uma né? Aí a gente colocamos lá que eles perguntaram se a prefeitura tá cumprindo essa meta. A gente colocou que esta. De acordo com as notas que a gente vê tava né? (Gestora 5).*

Diante do apresentado pela Gestora 5, constatou-se que a falta de estrutura do CAE municipal limita o exercício das atividades, seja pela falta de transporte específico para o acompanhamento, seja pela forma instituída de análise das contas na elaboração do relatório anual, visto que, como relatado anteriormente, para uma maior precisão e confiabilidade dessa análise, seria necessário apurar nota a nota.

A problemática encontrada no estudo em questão, foi coincidente com os achados de De Camargo et al. (2013, s/p), ao investigarem, por meio de entrevistas realizadas com 93 famílias assentadas e com 186 participantes do Seminário: “Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: a Aplicação da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo”, realizado em junho de 2011, na cidade de Jaboticabal-SP, o papel do PAA e do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção da segurança alimentar, concluíram que os programas têm uma inegável relevância em associar a produção familiar com o desenvolvimento local e a segurança alimentar. Porém, destacaram que o acesso a eles ainda está limitado a um pequeno número de produtores, e que tal restrição pode ser atribuída aos aspectos da gestão dos programas. Com base em sua configuração, os autores destacaram que a descentralização dos recursos e a transferência direta para os estados e municípios necessita que a sociedade assuma as responsabilidades sobre essas políticas como um bem público, e que elas não podem ficar restritas “às ingerências políticas dos que estão no comando da administração pública” (s/p).

Os autores destacaram ainda que a falta de conhecimento em gestão e em políticas públicas das diferentes esferas de representação e participação social, como os Conselhos Municipais e as cooperativas ou as associações de agricultores familiares, impedem uma atuação efetiva dessas representações, o que implica em dificuldades na avaliação da eficiência dos programas e, conseqüentemente, no estabelecimento de uma agenda assertiva, com foco em projetos para o desenvolvimento local. Para os pesquisadores, há uma incoerência na gestão participativa dessas políticas, pois a descentralização dos recursos delega responsabilidades às instâncias locais, mas o poder decisório fica centralizado em

processos políticos burocráticos que irão determinar todos os procedimentos envolvidos. Para eles, sem uma participação social efetiva e consciente, a democratização e a descentralização das políticas e dos recursos públicos “apenas evidenciam as assimetrias de poder entre seus representantes, legitimando por outras vias as velhas estruturas hierárquicas” (s/p).

A partir do exposto, entende-se que a operacionalização do PNAE vem evoluindo ao longo de seu início em 2011, contudo, vale ressaltar que os problemas ainda existentes são de grande relevância, como a sistematização das informações referentes às aquisições da agricultura familiar, com processos que possibilitem um acesso rápido e preciso tanto para os gestores, quanto para a comunidade. Ainda, apontam-se dificuldades enfrentadas pelo CAE, como a falta de estrutura, que dificulta o correto acompanhamento das atividades relativas à merenda escolar, o que, conseqüentemente, limita um relatório de aprovação de contas mais assertivo.

No tópico a seguir, procurou-se apresentar as informações relativas aos agricultores entrevistados. Buscou-se conhecer como eles se definem enquanto categoria social, com base nas terminologias “camponês” ou “agricultor familiar”; e analisou-se qual o papel do PNAE no fomento ou na preservação das características do campesinato, na percepção desses atores.

#### **4.1.3 As potencialidades e os limites do PNAE em Viçosa-MG**

As potencialidades apontadas pelos entrevistados dizem respeito principalmente aos aspectos agroecológicos, o que contemplam a sustentabilidade ecológica, cultural, econômica e política, e social; enquanto os limites apresentados se referem às questões de logísticas, atrasos nos pagamentos e transparências nos processos, conforme apresentado a seguir.

##### **4.1.3.1 Potencialidades apontadas pelos entrevistados**

Em relação às potencialidades do programa, as informações obtidas junto aos agricultores nos permitem inferir que as características positivas do PNAE referem-se ao incentivo às práticas agroecológicas que, como apontado por Caporal e Costabeber (2002), trata-se de uma forma de cultivo que busca a inclusão social, a melhoria da renda, e que, principalmente, procura promover a redução dos impactos negativos ao meio ambiente, tendo

como um de seus frutos uma produção mais limpa, livre de agroquímicos. Neste contexto, Lopes e Lopes (2011) corrobora ao defender que uma produção com princípios agroecológicos:

[...] se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os preceitos da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas nos agroecossistemas), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito e valorização das culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) [...] (LOPES, 2011, p. 20)

Diante do exposto, conforme a definição proposta pelo autor, as práticas agroecológicas envolvem aspectos referentes aos potenciais de sustentabilidade ecológica, cultural, econômica, política e social, que buscaremos abordar nos tópicos seguintes.

#### **4.1.3.1.1 Sustentabilidade Ecológica**

Lima e Pozzobon (2005) definem sustentabilidade ecológica, como a capacidade de ocupação de uma área, em que ao explorar seus recursos naturais, não ameace a integridade do meio ambiente.

Nesse sentido, a sustentabilidade ecológica diz respeito ao uso dos recursos naturais disponíveis com o menor impacto ambiental possível, ou seja, respeitando o meio ambiente sem tornar a questão econômica como, o principal princípio norteador. Para Altieri (2000), os sistemas de produção devem buscar a sustentabilidade ecológica através de técnicas de reciclagem que diminuam a degradação do solo, incentivando cultivos diversificados, respeitando a cultura e costumes locais e que possibilitem o melhor aproveitamento dos nutrientes do solo.

Nesse sentido, observou-se que a gestão do PNAE em Viçosa-MG estimula a diversidade de produção, por meio dos treinamentos técnicos ofertados pela Emater e pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, bem como promove o uso consciente dos recursos hídricos, através das reuniões com técnicos do SAAE, visando atender ao conceito de sustentabilidade ecológica. Para isso, priorizam técnicas de redução dos impactos ambientais, como a diminuição do uso da água; a policultura, como forma de diminuir a degradação do solo; o consórcio de plantio, como feijão e milho, dentre outras técnicas.

Em nosso trabalho foi constatado que a gestão do PNAE no município incentiva o cultivo de práticas ecológicas, principalmente, no que se refere à policultura, como exemplificado nos relatos dos gestores e dos agricultores do programa:

*um agricultor de monocultura se cadastrou para fornecer apenas banana. Porém, quando tomou conhecimento de que teria que entregar fracionado e não a quantidade total do contrato de uma só vez, o agricultor acabou por desistir temporariamente do programa em função do custo logístico, ou seja, o funcionamento do PNAE estimula o agricultor familiar de policultura (Gestor 6).*

*[...] os produtores jovens, eles próprios insistem na diversificação dos produtos, não querendo entregar apenas um ou dois itens, tanto que nesse semestre, por sugestão deles, nós aumentamos: abobrinha, couve flor, brócolis (Gestora 1).*

*Antes do PNAE eu só plantava um pouco de milho, feijão e arroz. Aí, depois que apareceu primeiro foi o PAA, e depois que foi lançado o PNAE [...] que eu comecei a mexer com variedades, com hortas. Aí hoje eu mexo com mandioca, inhame, couve, salsinha, cebolinha...eu trabalho com 12 produtos (Agricultor 11).*

*Antes eu produzia queijo só, era o sustento da família. Hoje eu trabalho com quitandas e ovos, produção de ovos também para fornecer pro PNAE (Agricultora 12).*

A partir dos relatos supracitados é possível perceber que a dinâmica do programa, com entregas fracionadas, incentiva a policultura uma vez que o custo logístico de se entregar pequenas quantidades de uma monocultura encarece o custo final do produto, acarretando muitas vezes em prejuízo. Também proporciona uma maior segurança alimentar, visto que quanto maior a variedade produzida, menor a necessidade de compra de produtos para o consumo familiar.

A relação do PNAE com a policultura também foi constatada por Silva et al. (2015), ao analisarem as mudanças organizacionais em uma cooperativa da agricultura familiar em Espera Feliz-MG. Os autores apontaram que, para atender ao PNAE, a cooperativa em parceria com outras entidades, como a de extensão rural, buscou nos espaços de troca de experiências a diversificação da produção a partir do manejo agroecológico. Tal feito se mostrou viável apresentando um aumento da renda desses agricultores que vivem em uma região de predominância da monocultura do café.

Por sua vez, no âmbito do campesinato, percebeu-se que a policultura está fortemente associada ao seu sentido como modo de vida, pois, segundo Sanbuichi et al. (2014), a policultura é uma tradição camponesa que tem, entre diversos aspectos, a relevância econômica de diminuir as despesas com alimentos de autoconsumo, bem como diminuir os impactos ambientais gerados pela monocultura.

Ainda quanto aos aspectos Agroecológicos, a Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em conjunto com a Emater, promoveram oficinas e reuniões com os agricultores familiares com o objetivo de orientá-los frequentemente sobre as demandas do município em relação aos tipos e às quantidades de produtos a serem adquiridos. Os efeitos dessas abordagens podem ser observados nos seguintes relatos:

*os efeitos de melhoria na qualidade da produção surgiram justamente após o acompanhamento da equipe da Secretaria da Agricultura, agrônomo da equipe de agroecologia Gestora 1.*

*os produtores jovens, eles próprios insistem na diversificação dos produtos, não querendo entregar apenas um ou dois itens, tanto que nesse semestre por sugestão deles, nós aumentamos: abobrinha, couve flor, brócolis Gestora 1.*

Os agricultores também destacaram que passaram a desenvolver técnicas de cultivo e de manutenção do solo, com base nas orientações da gestão do programa, especialmente da Emater, visando uma melhor produtividade, como mencionado:

*Antes eu produzia pouco[...] agora aumentou [...], aumentou a cenoura, a produção de inhame, de mandioca [...]. A questão também da cenoura, tinha época que eu produzia, tinha época que não. Aí a gente buscou conhecimento [na Emater] porque que dia de chuva, por exemplo, a gente não conseguia produzir? Época de frio a semente não germinava direito. Aí a gente buscou conhecimento e agora eu consigo produzir o ano todo com qualidade (Agricultor 8).*

*[...] por exemplo, igual bananeira mesmo, banana mesmo que a gente colhe aqui eu tô querendo comprar calcário né pra jogar, que antes eu não jogava nada na terra né? E agora eu já fiz até análise de solo pra jogar calcário e vamos vê se faz uma compra de calcário em conjunto né, que a prefeitura vai ajudar a gente. Sempre fazendo análise de solo, análise de água (Agricultor 10).*

Ainda sobre as abordagens técnicas, tais efeitos vão ao encontro do proposto por Turpin (2008), ao apontar a relevância das parcerias entre prefeitura, Emater e agricultores, que, quando pautadas em uma real interação desses atores, promovem o equilíbrio entre as demandas apresentadas e contribuem efetivamente para o desenvolvimento de projetos com resultados positivos.

Ademais, os agricultores relataram que, após o ingresso no programa, foram incentivados a manter uma produção com menor uso de agrotóxicos e, conseqüentemente, com melhor qualidade nutricional.

*[...] a gente não tem aplicação de nenhum agrotóxico, de nenhum fertilizante inclusive (Agricultor 1).*

*Olha, eu já trabalhei muito com veneno [...] hoje veneno direto nas plantas eu não joga nada. Eu tenho minhas... pode olhar são 23 itens que eu produzo, todos direto eu não joga veneno. Eu planto com adubo e com esterco. Mas veneno direto eu não joga (Agricultor 03).*

*[...] a minha produção aqui é uma produção sem nada [sem agrotóxico], você pode pegar e comer aqui que não tem nada. A gente precisa até pegar alguma documentação, tá até no caminho disso, mas não tem nada. A produção aqui você pode pegar que não tem nada. (sic) (Agricultor 11).*

*Porque nossa produção é água limpa. Nós não usamos agrotóxico nenhum. Usamos adubo só na hora do plantio, depois não usamos mais nada. Controle de praga, pulgão a gente tenta fazer uns caldo de cinza, fumo, água e vai intermediando (sic) (Agricultora 5).*

A importância do cultivo de base limpa, sem agrotóxico, é corroborada por Rambow, Panichi e Figueiredo (2014), que manifestaram suas preocupações ao questionar o crescente uso de agrotóxicos, alertando para os prejuízos advindo dessas práticas, como a contaminação dos solos, das águas, dos alimentos e da saúde dos agricultores e dos que se alimentam desses produtos. No âmbito políticas públicas, um estudo feito por Constanty e Zonin (2016) analisaram o PNAE, a partir de uma perspectiva sustentável do desenvolvimento, no município de Marechal Cândido Rondon-PR. Por meio de um estudo de base quantitativa, baseada na análise estatística, o trabalho investigou a autonomia dos participantes do PNAE, produtores rurais e gestores locais, por meio de um indicador de sustentabilidade, baseado no

modelo camponês de fazer a agricultura. Os pesquisadores verificaram que o PNAE assumiu no município um importante papel no apoio à sustentabilidade, pois os dados obtidos revelaram que o programa corresponde em média por 13% das rendas dos participantes e favorece a produção agroecológica, já que conta com a participação de 50% dos produtores orgânicos. Ainda no sentido agroecológico, proporciona que a alimentação escolar seja elaborada com base nos alimentos locais que também são consumidos pelos próprios produtores.

Ainda em relação aos aspectos Agroecológicos, também foi constatado que, após o ingresso no PNAE, os participantes mudaram suas técnicas, buscando um manejo da produção de maneira mais natural, e evitando agressões ao meio ambiente, como exemplificado na fala do Agricultor 3:

*O jeito de trabalhar antes [mudou]. Meu pai não podia ver uma folha que punha fogo. Hoje, se você for acender um fogo eu fico com raiva. Porque eu peguei uma terra em 2005, era terra limpa, seca. Foi uns meninos da UFV fazer trabalho sábado passado lá e eu tava mostrando para eles. Hoje se eles querem, eles cavaram 20 cm de terra produtiva, você entendeu! De 2005 até [agora] demorou porque a gente não faz de um dia pro outro, mas pela terra. Não ponho fogo, não deixo correr enxurrada, eu procuro [...] fazer curva de nível pra não correr água no meu terreno, toda água que bate fica ali. (sic) (Agricultor 3).*

A conduta relatada pelo agricultor 3 está fortemente relacionada com o modelo de campesinato, corroborando Sabourin (2009), ao afirmar que o camponês se diferencia do empresário rural por manter relações de reciprocidade com a natureza e com o mercado. Nesse âmbito, os camponeses priorizam a proteção dos recursos naturais, dada a sua escassez, como observado em nosso estudo.

#### **4.1.3.1.2 Sustentabilidade Cultural**

Nesta pesquisa, considerou-se, como uma forma de sustentabilidade cultural, a preservação das tradições de cultivo passadas de geração em geração. Enquanto política pública de fomento à agricultura familiar, tal sustentabilidade pode ser observada quando respeitada a capacidade produtiva dos agricultores participantes desses programas, uma vez

que forçar a mudança, seja no modo de cultivo, seja no produto a ser cultivado, implicaria no abandono dessas tradições unicamente para atender às demandas do mercado.

Nesse sentido, o PNAE em Viçosa-MG fomenta a manutenção da sustentabilidade cultural, conforme relatos do Gestora 01, ao apontar que a aquisição dos alimentos para o programa busca se adequar às produções regionais. Para isso, tanto a Emater quanto o agrônomo da Secretaria de Agricultura vão ao encontro dos agricultores familiares cadastrados para coletar informações sobre os alimentos que estão sendo produzidos, bem como sobre a capacidade de fornecimento de cada agricultor, como demonstrado na fala do agricultor 15:

*[...] é o seguinte, o primeiro semestre que a gente entrega é lógico que eles não vão te colocar com a cota muito grande porque não sabe como é que é a nossa produção, não sabe nossa capacidade. Depois vai aumentando. Já tem produtor que tá aí há seis, sete anos no programa [...]. No caso quanto a isso para mim foi bom que eu comecei com pouco. Foi aumentando, com certeza o próximo mês vai ser um pouco melhor (Agricultor 15).*

Com base nas informações de capacidade produtiva dos agricultores e considerando os hábitos alimentares e as necessidades nutricionais dos estudantes, as nutricionistas da prefeitura escolas elaboram o cardápio da alimentação escolar, que vai ser preparada pelas merendeiras, buscando a qualidade desse alimento, conforme relato da Gestora 01:

*o papel da merendeira é preparar aquele cardápio que a gente encaminha pra escola, então toda escola tem o cardápio na cozinha e elas vão preparando. Tem treinamento, todo ano tem treinamento pra orientar a preparação, acompanha a questão sanitária da preparação, a questão do uso do óleo e do sal, dos alimentos que não são saudáveis, orienta o preparo das saladas, pra tá ofertando os nutrientes completos que o FNDE recomenda. Aí a participação delas é nesse sentido, preparar o cardápio e receber o alimento que o produtor entrega, o produtor deixa lá a alface, a couve e elas vão olhar a qualidade. Se não tiver na qualidade, elas têm autonomia de devolver aquela alface, aquela couve, aquela hortaliça que não está adequada, esse é o papel delas (Gestora 1)*

A fala da gestora 1, nutricionista do PNAE, revela a preocupação com a qualidade dos alimentos ofertados aos estudantes. Os procedimentos adotados, com a possibilidade de um

contato direto entre os produtores dos alimentos e as pessoas encarregadas de realizar o seu preparo, incentivam o estabelecimento de um senso de responsabilidade e de compromisso entre os envolvidos, gestores e agricultores, na busca pela promoção de uma alimentação saudável aos estudantes, ainda que isso possa gerar a devolução dos produtos que não atendam ao padrão de qualidade esperado. A relação das merendeiras com os alimentos advindos diretamente dos produtores locais parece ser muito diferente das práticas que eram desenvolvidas quando os produtos eram adquiridos dos mercados, como demonstrado na fala da extensionista da Emater sobre as condições iniciais do PNAE em Viçosa:

*[...] tivemos muitas dificuldades. Tivemos épocas, no início do programa a 10 anos atrás da própria direção de escolas. As cantineiras pediam ao produtor [que] em vez de entregar mandioca entregar batata. E ela assinava como tivesse recebido mandioca. Teve uma resistência muito grande, então foi preciso fazer um trabalho da importância social do projeto [...]* (Gestora 4)

O exemplo acima ilustra como um único produto pode demandar uma ação coletiva entre os diversos setores e atores envolvidos com o programa. No caso da mandioca, a solução encontrada para aumentar a inserção do alimento na merenda foi a de comprá-la descascada para diminuir o tempo dedicado ao preparo. Porém, descascada, a mandioca passa a ser um produto processado, cuja comercialização demanda que o produtor tenha uma agroindústria adequada, com alvará sanitário, que ateste o atendimento às normas de segurança alimentar, o que, por sua vez, também agrega valor ao produto.

Essas constatações são coincidentes com os achados de De Paula et al. (2014), ao realizarem um estudo no Município de Mineiros, estado de Goiás, para identificar os principais desafios enfrentados pelos participantes do PAA e do PNAE. Os autores destacaram que os programas têm relevância social, nutricional e econômica, especialmente, na promoção de melhorias na qualidade do consumo, uma vez que permitem uma relação direta entre produtores e consumidores. Porém, também observaram que existem muitas dificuldades para que os produtores acessem os mercados institucionais, entre elas: a falta de produtos; dificuldade de padronização; falta de organização da produção; dificuldades na diversificação de uma produção, que atenda tanto às demandas da alimentação escolar, quanto o respeito pela cultura dos agricultores; falta de adequação às normas sanitárias; e problemas com a

logística. Para minimizar estes entraves, a Emater local elaborou projetos voltados para agricultores familiares tradicionais, assentados e quilombolas visando ampliar a participação dos mesmos no PAA e no PNAE. Os projetos envolveram ainda o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, prefeitura, câmara municipal, organizações não governamentais, instituições de ensino superior, de crédito rural, Sebrae, Senar e empresas da iniciativa privada. Os autores concluíram que, para o acessar os mercados institucionais, a agricultura familiar precisa de uma assistência técnica que primeiramente respeite sua cultura local, pois, só assim, conseguirá alcançar melhorias quanto à diversificação, ao uso de tecnologias apropriadas, à adequação das normas sanitárias, e à organização da logística da produção.

#### **4.1.3.1.3 Sustentabilidade econômica e política**

Sobre o aspecto da sustentabilidade econômica e política, o PNAE mostra-se como um importante mercado institucional para os agricultores familiares locais, uma vez que o programa garante a continuidade das aquisições, já que o Artigo 14 da Lei n. 11.947, de 2009, dispõe que:

do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. (BRASIL,2009).

Também define as cotas de fornecimento para cada produtor, estabelecendo o valor limite de R\$20.000,00 anuais, possibilitando uma melhor programação produtiva e financeira pelo agricultor, promovendo a geração de renda, sem deixar de respeitar sua capacidade produtiva. Ainda, no município, a gestão incentiva a participação ativa dos agricultores na tomada de preços, conforme mencionado pelo Gestor 06:

*Para estabelecer o valor a ser pago pelos produtos, um funcionário da prefeitura e um dos agricultores familiares realizam conjuntamente a pesquisa do valor cobrado para cada alimento em dois supermercados e em uma feira livre do município. O valor definido é a média dos três valores obtidos (Gestor 6).*

*Tem, ata [de preços] e geralmente o máximo de produtor possível vai né. A gente comunica todos eles né? Se eu não me engano, agora neste semestre foram seis com a nutricionista e vai algum*

*representante do departamento de agricultura pra tá fazendo essa pesquisa de preço (Gestor 06).*

A partir dessas informações é realizada a abertura da chamada pública, que contém a relação dos alimentos, suas características, os preços e as quantidades, por meio da qual os agricultores realizam suas candidaturas de fornecimento. Esse processo colabora para a transparência das informações, principalmente por estabelecer um preço justo a ser pago aos agricultores familiares conforme os seguintes relatos:

*paga um preço que eu até considero justo. Um preço maior que o preço da feira, maior que de vários mercados. Então é um preço que a gente consegue custear os nossos gastos e ainda sobra alguma coisa (Agricultor 01).*

*[...] antes minha renda não ultrapassava um salário mínimo, era raríssimo. Hoje não. Hoje eu consigo produzir hoje mesmo uns 3 salários mínimos, 4. Depende da época (Agricultor 8).*

*melhorou muito, só de eu sair do atravessador e ter como entregar isso foi uma coisa muito boa (Agricultor 06).*

Também em relação às potencialidades econômicas, um importante aspecto do programa relatado pelos agricultores diz respeito à garantia de um mercado institucional para comercialização dos produtos, como pode ser observado nos seguintes comentários:

*[...] eu acho que o melhor [...] é que planta e a gente sabe onde vai entregar (Agricultor 13).*

*O PNAE foi uma coisa muito boa [...] antes disso nós não tinha mercado. Você pegava lá, eu colhia feijão e tinha que vender pra atravessador que não dava valor né? Quando tinha eles, nem empresa [eu] tinha e hoje nós temos essa garantia de preço no PNAE né? (Agricultor 6).*

*O único ponto que a gente tinha pra comercializar era a feira, não existia nem mercado e a gente não tinha e não tem estrutura pra ser um grande produtor e abastecer grandes mercados. Mas a gente começou nisso e a política pública a gente conseguiu aumentar a*

*produção e aumentar a produção você consegue ganhar uma estrutura e consegue vender mais também (Agricultor 1).*

*[...] o bom do PNAE é que você planta com certeza que ele vai pra lá [...] se eu coloquei lá a cota, é de tantos quilos, eu sei que eu posso plantar e produzir aqueles quilos que vai ser entregue né? O bom dele é isso (Agricultora 5).*

Esse fato também coincidente com os achados de Cunha et al (2017), ao observarem as limitações vivenciadas pelos agricultores de Espera Feliz, estado de Minas Gerais, em acessar mercados tradicionais, seja por falta de uma padronagem da produção, seja pelas exigências estruturais, fiscais, entre outras. Segundo os autores, essas limitações foram superadas justamente pelos programas de compra institucional, como o PAA e o PNAE, que abriram um novo leque de opções de comércio, que antes ficava restrito às feiras locais. Para os autores, essa abertura de mercado institucional pelos programas estimulou práticas sustentáveis, diversidade produtiva, e a organização desses agricultores familiares, com o envolvimento das mulheres e dos jovens, gerando um desenvolvimento do capital social.

Também Salgado et al. (2016), ao analisarem as contribuições do PAA e do PNAE para a estabilização dos preços em Minas Gerais, apontam que a importância da compra institucional está na promoção da diminuição da instabilidade dos preços dos produtos ofertados, com destaque ao PNAE. Os autores destacam que, apesar de algumas limitações, ambos os programas impactam positivamente sobre a renda do produtor.

Também nesse sentido, Rocha e dos Anjos (2016), ao analisarem a operacionalização do PAA em Boa Vista - RR, também destacaram a relevância dos mercados institucionais para a possibilidade de o agricultor transformar o excedente produzido em renda, incentivando e valorizando a continuidade da produção dos alimentos tradicionais da região. Os autores atribuem ao programa o papel de amenizar o problema de sucessão no campo, possibilitando a permanência dos jovens no campo através das novas oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, da renda gerada.

Ainda sobre os mercados institucionais, concorda-se com Dahrendorf (1992) ao tratar a manutenção da cidadania como “Prerrogativas (direito) e Provimentos (condicionantes para materialização do direito)”. O autor aponta que o papel do Estado é o de fornecer “Provimentos” através de políticas públicas, onde os contemplados por esta política, por meio

do direito legitimado, “prerrogativas”, optam por exercer ou não seus direitos. Contudo, os que optam por exercer seus direitos devem cumprir as obrigações definidas pela política. Nesse caso, o Estado oferece os mecanismos de acesso aos mercados institucionais, garantindo a compra e o pagamento dos produtos adquiridos, ficando a cargo dos agricultores participantes atenderem às normas pré-determinadas.

Nesse sentido, é possível retratar a importância do papel do agricultor, como protagonista de sua história, resgatando ou consolidando sua dignidade enquanto cidadão ativo de sua comunidade, não sendo mais visto como atrasado e dependente de assistencialismo governamental e sim como categoria fundamental para a manutenção e desenvolvimento social, pelo seu papel no fornecimento de alimentos que chegam à mesa de todos.

No estudo em questão, a garantia de mercado institucional também proporcionou segurança na realização de investimentos na infraestrutura da propriedade, visando melhorias e ampliações dos processos produtivos.

*Antes eu não tinha trator, não trator grande, micro trator. Hoje eu tenho dois. Não tinha irrigação adequada, hoje eu tenho. Tem reservatório de água pra juntar água, tem estufa. Então investi bem (Agricultor 8).*

*Depois que eu entrei no PNAE, antes quando eu mexia com milho e feijão não tinha irrigação, não tinha nada. Aí depois eu tive que montar conjunto de irrigação. Depois do programa eu tive que comprar um carro pra trabalhar porque não tinha como trabalhar sem carro [...] eu tive que fazer uma agroindústria porque eu trabalho com mandioca e tem que beneficiar [...]. A gente vai fazendo [...] um pouquinho de investimento pra manter no programa (Agricultor 11).*

*[...] eu tive que aumentar, aumentei outra área, tinha uma área plantada, aí eu aumentei outra área e aumentei a irrigação nessa área plantada porque é só nós dois. O que pude facilitar pra adiantar. Aí aumentamos depois do PNAE, aumentamos essa irrigação (Agricultora 5).*

*A gente antes tinha só dois cômodos, que era uma cozinha e uma área de produção. Ficava tudo ali. Aí depois essa parte aqui não era laje. Aí nós batemos laje em volta da casa toda, fizemos mais um, dois, três, mais quatro cômodos fora essa varanda aqui. Financiaram o*

*telhado, o forno. E tudo por causa do PNAE. Porque se fosse só a feira, nem garantia pra fazer um projeto né! (Agricultora 9).*

A relação que os agricultores estabelecem com o mercado institucional, a partir do PNAE, também corrobora com as características anteriormente citadas por Van der Plog (2008) sobre as relações de reciprocidade, que ocorrem entre os camponeses e os mercados, com vistas à manutenção do seu modo de vida, e como uma medida de resistência e de reinvenção diante do capitalismo. Também para Silveira (2009), o agricultor atual se reinventa a partir de estratégias de sobrevivência, que se contrapõem às imposições do mercado, como um ator capaz de desenvolver mecanismos de luta por sua autonomia. Uma das estratégias observada pelo autor é a inserção desses agricultores em mercados de produtos diferenciados, voltados para consumidores, que prezam por alimentos de alta qualidade, cuja produção é permeada por valores sociais, agroecológicos ou culturais, bem como por produtos artesanais, como também foi constatado durante as observações participantes de nossa pesquisa.

De maneira unânime, esse aumento na renda proporcionado pelo PNAE, que, em alguns casos, passou a se constituir como a renda principal da família, além de possibilitar os investimentos supracitados na produção e na propriedade, também permitiu investimento nos estudos dos filhos, a aquisição de bens e a realização de reformas e ampliações nas moradias das famílias. Esse aumento na renda familiar foi atribuído pelos agricultores como melhoria na qualidade de vida:

*Ah melhorou algumas coisas, é questão de estrutura de moradia, locomoção. Porque podemos adquirir carro pra se locomover e também qualidade de vida né? Melhorou bastante (Agricultora 12).*

*[...] antes do PNAE, antes de a gente começar a mexer com a feira, a gente [...] colhia muito, tinha muito mantimento, muita coisa pra comer, mas na hora de comprar um chinelo, você não tinha dinheiro, na hora de comprar uma roupa, e o jovem quer isso, quer um conforto a mais né! (Agricultora 2).*

*Olha, a mudança foi em qualidade de vida e até financeira. Eu trabalhava pra fazendeiro até começar esses programa. Pra mim sobreviver eu tinha que panhar café, trabalhar dia a dia. Depois que surgiu esses programa eu fiz uma organização. A gente trabalha pra*

*gente mesmo. Os meus filhos estudam, um já concluiu, e a gente consegue sobreviver com o nosso trabalho com os programas, as feiras. (sic) (Agricultor 11).*

*[...] eu não tinha nem bicicleta pra andar, hoje eu tenho carro, eu tenho moto, [...] eu consegui um carro pro filho, um carro pra filha, tudo depois que a gente tá trabalhando, de 2011 pra cá (Agricultor 3).*

Importa mencionar que a qualidade de vida não é avaliada somente em relação à renda, mas não se pode negar que a renda gerada pela produção e consumo é um dos pilares do desenvolvimento da qualidade de vida, como apontam Herculano et al. (2000), ao definir qualidade de vida como a junção das condições econômicas, ambientais, culturais e políticas disponíveis aos indivíduos que possibilitam o exercício de suas competências,

Do ponto de vista político, os agricultores demonstraram que o programa se constitui em uma política voltada a eles, uma conquista que deve ser mantida, como descrito a seguir:

*[...] teve um avanço muito grande com o PNAE [...] e é um direito que a gente não pode perder. Então acho que esse é um desafio que a gente tem, se a gente perder a gente perde com ele junto a nossa terra (Agricultora 5).*

Essa conquista política também é defendida por Fernandes e Ramalho (2001), no âmbito do respeito ao desenvolvimento rural. Os pesquisadores afirmam que existe uma distinção entre as políticas de desenvolvimento rural elaboradas pelos interesses ruralistas, das construídas pelos que lutam por acesso e permanência no campo, neste caso com o intuito de buscar seus direitos e dignidade, fazendo parte dos processos produtivos.

No caso do PNAE em Viçosa-MG, as interações entre os atores possibilitaram uma maior transparência nos processos, desde a abertura da chamada pública, a formação dos preços e o contato in loco dos agrônomos e extensionistas. Tal feito se mostrou de extrema importância para os agricultores ao permitir sua participação nos processos, bem como a apresentação e o acolhimento de suas demandas.

#### 4.1.3.1.4 Sustentabilidade Social

A sustentabilidade social é outro aspecto de potencialidade do programa. Isso porque, envolve o processo de inclusão, mesmo em face às limitações impostas pela própria lógica capitalista a qual está intimamente ligada. Foladori et al. (2002), ao discutirem os caminhos da sustentabilidade social, aponta que essa sustentabilidade é um mecanismo de fomento às potencialidades do indivíduo, o que contribui para a melhoria na sua qualidade de vida. Nesse sentido, observou-se que, em Viçosa-MG, o PNAE proporciona a sustentabilidade social, uma vez que o programa busca uma inclusão através de preços justos, eliminando os atravessadores que retiram para si a maior parte dos lucros, diminuindo assim a concorrência desleal e proporcionando um aumento de renda e qualidade de vida.

Com base nos relatos dos entrevistados, foi constatada a importância do programa para o fomento à permanência no campo, visto que alguns agricultores mantiveram sua moradia no campo, tendo os filhos retornando da cidade para se firmar nas atividades agrícolas, principalmente naquelas voltadas ao PNAE. Muitos deles também comercializam seus produtos nas feiras locais, mas a renda de segurança é a proveniente do programa:

*[...] de verdade, foi muito bom, melhorou muito para mim, porque tava na roça aqui sem jeito até pra comer. Inclusive até minha família foi tudo embora pra rua porque não teve como. Aí surgiu esse PNAE e eu entrei nele e hoje eu tô achando muito bom pra falar a verdade pra você, muito bom mesmo (Agricultor 7).*

*[...] porque eu trabalhava mais na cidade né! Depois que surgiu esse programa aí, que eu voltei pra cá e comecei a desenvolver mais. Antes era mais o meu pai que focava aqui, mexendo com boi [...], mas aí depois que eu resolvi vir aí eu comecei a mexer com banana, hortifrúti né!. (Agricultor 13).*

*se não fosse o PNAE a gente não tinha ficado no Brasil (Agricultora 09)*

Outro aspecto referente à sustentabilidade social está relacionado ao autoconsumo e à segurança alimentar dos agricultores participantes. Isso porque, com o incentivo à policultura para o fornecimento ao programa, as famílias também passaram a incrementar tais gêneros

alimentícios ao cardápio cotidiano, aumentando a variedade de alimentos consumidos a partir do que é plantado e produzido no próprio estabelecimento, como exemplificado pelos entrevistados:

*Consumimos tudo o que produzimos, tudo. Essa produção aumentou também. A abobrinha brasileira, não plantava dela e passei a plantar pelo PNAE. [...] as vezes a gente não comprava, vamos supor, a abobrinha. Eu não ia em lugar nenhum comprar uma abobrinha. Agora que eu cultivo, eu consumo. Entendeu! Então o que melhorou, além da questão financeira, do conhecimento de diversificação assim do plantio, foi nesse sentido também, na alimentação (Agricultora 5).*

*Consumo, a minha despesa hoje eu compro o arroz, o óleo e é muito pouco. Eu costumo engordar um capadinho ainda pra gordura. A carne e o ovo é meu mesmo. Eu tenho quase tudo [...] eu tenho inhame, eu tenho mandioca, eu tenho ovo, eu tenho frango (Agricultor 3).*

*A gente começou a produzir um alimento de mais variedade. Antes a gente produzia na horta [...] couve, cebolinha, esses negócios assim pra despesa mesmo. Agora a gente tem mais muitas outras variedades, cenourinha, beterraba, couve-flor, brócolis [...] consome muito, muito. Porque a gente produzir produto bom pros outros só não tem graça né? (Agricultora 2).*

*A pessoa que mora na roça ela tende a alimentar só de produtos mais naturais, enfim, da horta que ela mesmo planta (Agricultor 1).*

A produção voltada para o autoconsumo também é outra característica marcante no campesinato, como defendido por Grisa, Gazola e Schneider (2010), citando Ellis (2000) e Van der Ploeg (2006), ao ressaltarem que os agricultores familiares contemporâneos desenvolvem diferentes estratégias de luta e de resistência para manter seus meios de vida e a autonomia sobre os seus recursos mediante situações que ameaçam ou restringem sua reprodução. Para os autores, no contexto atual, os agricultores não se encontram isolados, mas inseridos aos mercados, e a sua reprodução social depende da maneira como eles estabelecem as relações com esses mercados. Entre as diversas estratégias de autonomia destaca-se o autoconsumo, dado o acesso direto aos alimentos. Nesse sentido, as famílias atuam na escolha dos alimentos a serem produzidos segundo suas preferências, conhecimentos sobre o modo de cultivo, bem como de acordo com as condições climáticas e regionais. Para eles, além da segurança alimentar, o autoconsumo também é uma fonte de renda não-monetária, já que

diminui a necessidade de compra nos mercados tradicionais, contribuindo para a sua reprodução social e para maior estabilidade econômica. Frente às questões apontadas, os autores realizaram um estudo sobre o autoconsumo da agricultura familiar em quatro regiões da geografia gaúcha e, embora não utilizem o termo camponês, encontraram entre tais agricultores uma produção baseada no modelo de recampesinato, defendido por Van der Ploeg (2008). Tal produção era permeada por significados, valores e importâncias que compreendiam a autonomia das famílias frente à diversificação da produção, dos modos de vida, da segurança alimentar e nutricional e da consequente geração de renda, assim como observado em nosso estudo. No trabalho de Grisa, Gazola e Schneider (2010), dada a região pesquisada, a interface dos agricultores com as políticas públicas em alguns momentos implicou na redução da produção para o consumo em detrimento dos cultivos comerciais, inclusive de *commodities* voltadas aos mercados externos, o que não foi observado em nossos achados,

Alguns produtores ainda citaram que o principal objetivo da produção é para o consumo próprio familiar, e que comercializam o excedente:

*[...] a gente trabalha pro nosso consumo e é o excedente que a gente vende (Agricultor 11).*

*[...] inicialmente eu produzia pra família né! Aí eu vi a possibilidade de tá melhorando a renda da família com os produtos que eu produzia pra família. [...] a gente produz pro consumo e o que sobra a gente vende (Agricultora 12).*

Tal condição vai ao encontro do que foi apontado por Freitas et al. (2018) ao apresentar os resultados referentes à segurança alimentar no assentamento São Francisco em Buritizeiro/MG, demonstrando que técnicas de manejo, como o rodízio de produção, eram usadas para garantir a alimentação durante todo o ano, uma vez que permitia o aumento das variedades de produtos, gerava renda e também garantia a diversidade na alimentação de autoconsumo.

No sentido camponês, para Redin e da Silveira (2009), o resgate da noção de camponês não significa a transposição dos modelos clássicos para a realidade atual brasileira, mas implica em compreender as mudanças que ocorreram na vida do homem do

campo que vivia isolado, em uma condição de subsistência precária, para um contexto de autonomia e auto sustento. Tais mudanças são decorrentes das novas relações entre trabalho e consumo, a partir da possibilidade de maior inserção nos mercados, de geração de renda com a venda dos excedentes, e ainda da perspectiva de um consumo que compreende o acesso a produtos que não são cultivados e/ou produzidos no próprio estabelecimento rural.

#### **4.1.3.2 Limitações apresentadas pelos entrevistados**

Quando questionados sobre as limitações relacionadas ao PNAE, em Viçosa-MG, além de questões operacionais diretamente ligadas ao programa, como logística, atraso nos pagamentos e transparência nos processos, também foi possível observar limites em questões estruturais, como as condições das estradas rurais e a falta de mão de obra no campo. Todas essas questões serão abordadas a seguir:

##### **4.1.3.2.1 Logística**

Quanto às limitações do programa, a logística de distribuição foi apontada por unanimidade entre os agricultores como o maior problema que eles enfrentam, uma vez que a produção tem que ser entregue de maneira fracionada, diretamente nas escolas, pois não há uma central de armazenamento dada a perenidade dos produtos.

*é uma logística muito grande a que você faz. Talvez você ande 10 Km pra você entregar um produto que não paga nem a gasolina que você vai. Então são pontos que ainda podem melhorar, mas que a gente não sabe como (Agricultor 01)*

*Se pudesse deixar em um lugar só, ao invés de ficar entregando fracionado nas escolas né?(Agricultor 10)*

Apesar dessa fragilidade, os agricultores reconhecem os esforços por parte dos gestores responsáveis, especialmente aos diretamente ligados ao Setor de Merenda Escolar, em articular as entregas de maneira a otimizar a logística, como exemplificado pela Agricultora 9:

*A prefeitura tem um funcionário [...] ele é muito bom no que faz, muito bom. Então ele faz um cronograma, e ele tem uma relação muito boa com a gente, os produtores. Já aconteceu que eu tinha que fazer 150 pães e eu fiz 600. Errei, me enganei. E o que eu ia fazer com aquele pão todo? [...] aí ele entrou em contato com a nutricionista e eles arranjaram um jeito, suspenderam o bolo que ia pra escola e pegaram o pão no lugar. [...] acontece com os produtores da horta também. Aconteceu mês passado que a mãe de uma colega nossa ficou doente e ela não podia fazer as entregas. Ele entrou em contato: — Oh gente, vocês poderiam entregar no lugar dela pra escola não ficar sem? (Agricultora 9).*

Os problemas com a logística são reconhecidos pelos gestores, que admitem que as entregas fracionadas representam uma fragilidade do programa, bem como tentam encontrar medidas para amenizar essa dificuldade:

*alguns apresenta que não tem condições de tá levando o produto até o local né? Porque as vezes é pouca quantidade né? Aí a gente, pra tá ajudando eles, esses produtos, eles entrega até aqui, diretamente aqui no setor, onde os meninos que sai com a alimentação já sai levando junto os alimento. O que a gente faz, a gente combina com eles o dia que os meninos vai estar indo em cada escola pra eles tá deixando aqui até mesmo para estar facilitando para ele, que as vez poucos itens que eles leva não compensa tá levando até o local, porque é muito longe. A gente já combina com eles que dia os menino tão indo naquela escola, já deixa aqui. Os menino já tem que estar indo lá mesmo levar os alimentos, já leva o produto deles que aí nessa parte a gente já tá ajudando eles (Gestor 06).*

Por outro lado, a dificuldade de entrega também é reconhecida como um estímulo indireto à policultura entre os participantes:

*Então, nesse sentido, a pessoa que planta uma coisa só acaba ficando inviável entregar, porque ela entrega muito fracionado e o custo logístico acaba não compensando (Gestor 06)*

A condição de entrega fracionada e a distância entre as escolas e os produtores, acabam por encarecer o custo da operação, diminuindo as margens de lucro do produtor. Silva et al (2013) ao estudarem o PNAE, em Rio Claro-SP, apontam a logística como um dos principais gargalos do programa, pois nem todo município tem conta com estrutura de armazenamento e distribuição. Ainda para os agricultores participantes do programa, o custo

de aquisição de um veículo muitas vezes é alto diante da renda familiar e terceirizar as entregas inviabilizaria a produção, pois reduziria significativamente a renda dessa família.

Contudo, ações empenhadas pelos atores desse programa, mostram que, em Viçosa-MG, essas limitações vão sendo minimizadas conforme o relato a seguir:

*alguns apresenta que não tem condições de ta levando o produto até o local né porque as vezes é pouca quantidade né, ai a gente pra ta ajudando eles, esses produtos eles entrega até aqui, diretamente aqui no setor aonde os meninos que sai com a alimentação já sai levando junto com os alimentos, o que a gente faz, a gente combina com eles o dia que os meninos vai estar indo em cada escola pra eles tá deixando aqui até mesmo para estar facilitando para ele, que as vez poucos itens que eles leva não compensa ta levando até o local, porque 'muito longe, a gente já combina com eles que dia os menino tão indo naquela escola, ja deixa aqui os menino ja tem que estar indo lá mesmo levar os alimentos já leva o produto deles que ai nessa parte a gente já ta ajudando eles entendeu? (Gestora 8).*

Assim, é possível perceber a importância da interação entre os atores envolvidos, visando compreender as demandas particulares que, quando não atendidas, impactam negativamente nos resultados desse programa. Nesse sentido, a falta de recursos não pode ser vista como barreira impenetrável, pois, com a correta articulação entre os atores, é possível, mesmo com limitações, como relatado anteriormente, superar muitas dificuldades tornando o programa mais assertivo.

#### **4.1.3.2.2 Atrasos nos pagamentos**

Outro aspecto apontado pelos entrevistados como limitação do programa diz respeito à demora no repasse dos recursos oriundos das vendas dos produtos ao município. Segundo as informações coletadas, o menor tempo de pagamento aconteceu, no segundo semestre de 2018, com aproximadamente 90 dias. Para os agricultores, o atraso dificulta a manutenção da produção, devido à necessidade de reposição de insumos e da própria manutenção dos custos familiares, já que para a maioria dos entrevistados a comercialização com o município por meio do PNAE se constitui a principal fonte de renda da família.

*o que fica assim a desejar um pouco é a parte do repasse do dinheiro pro município [...]. Tem semestre que atrasa o pagamento dos produtores devido... a gente corre atrás pra saber, eles falam que o repasse do dinheiro não foi feito ainda; ou quando vem costuma que faz também, mas faz pela metade. Ai atrasa muito o pagamento e dificulta a produção no campo. E na hora que atrasa os pagamento voce não dá o suporte adequado pras planta lá. Aí ao longo do tempo que você vai colher não tá da forma que eles deseja e eles reclama, mas eles não consegue assimilar que devido que você não cuidou adequadamente daquela plantação vai trazer transtorno depois. Aí depois você fica com a reclamação assim que você tem que manter a sua produção em dia, mas não importa se você vai estar ta pago em dia ou não (sic). (Agricultor 08)*

*a prefeitura demora a pagar e a gente fica pensando em voltar de novo [para a cidade], mas assim, é bem melhor trabalhar na terra do que lá na cidade (Agricultor 13)*

*90% dos pagamentos atrasam ou já atrasaram muito [...]. É um dinheiro certo, mas que não tem dia pra receber. Esse pagamento em dia não existe (Agricultor 1).*

Esses atrasos não são características exclusivas do município de Viçosa-Mg. Brito et al. (2018), ao estudarem o PNAE, em municípios atingidos pela mineração, apontam o relato de uma agricultora entrevistada que informou ter entregue os produtos durante 02 (dois) anos em uma escola estadual no município de Dom Joaquim-MG e que, até o momento da entrevista não havia recebido nada. Para os autores, tais condições acabam por minar as estratégias de manutenção desses agricultores, uma vez que dependem desse recurso para a compra de insumos, ferramentas e aquisição de bens de consumo para a própria família.

#### **4.1.3.2.3 Dificuldades no cumprimento dos contratos**

Após a realização das chamadas públicas e das candidaturas dos agricultores, a prefeitura faz uma estimativa das quantidades que serão necessárias a cada produtor, e os contratos são fechados. Caso os agricultores descumpram os contratos (não entreguem), eles podem ser penalizados. Para não sofrerem penalizações eles devem justificar o não cumprimento das entregas, apresentando as causas que afetaram a produção. Para isso, eles entram em contato com a gestão que envia um técnico até a propriedade para atestar e dar um

laudo sobre a situação adversa. A principal causa dessas problemáticas costuma ser de ordem climática, como exemplificado pelo agricultor 13.

*Teve um [contrato] que eu não consegui cumprir por causa do clima, excesso de chuva. A chuva castigou bastante a minha horta aqui. [...] Teve que vir um rapaz, o técnico da prefeitura, que veio e fez um laudo. Tudo direitinho [...] para não ser penalizado (Agricultor 13).*

Em contrapartida, nas situações em que a prefeitura não compra toda a quantidade estabelecida em contrato não há penalização, pois, para o programa, as alterações na produtividade são compreendidas, como parte da dinâmica de abastecimento dos alimentos. Isso porque, cientes das possíveis variações na produção, a gestão estabelece um volume de aquisição com uma margem um pouco acima da necessária, visando evitar a falta de algum produto. Entretanto, em caso de não necessidade de toda essa quantidade inicialmente prevista, fica a cargo do produtor escoar a produção não comercializada para não a perder, o que, geralmente, é direcionado para as feiras que acontecem no município. Além disso, em caso de greves e paralisações não previstas no calendário escolar, as entregas também são suspensas, o que não permite uma total assertividade na aquisição de todo o volume inicialmente estabelecido nos contratos. Para os produtores isso se constitui em uma limitação do programa:

*O que costuma acontecer [e que em paralisação, greve, eles costumam não querer o total [...]] (Agricultor 13).*

*Então, quase [cumprir todo o contrato] porque as vezes tem, igual o ano passado, no segundo semestre, chaga outubro aí eles param uma semana né? A semana do saco cheio. Aí agora esse semestre aconteceu alguns feriados né? Aí como não consegue entregar naquela semana, e como o hortifrúti a gente não consegue forçar, [...] não tem aula aquela semana (Agricultora 5).*

Quando questionado um dos gestores sobre o cumprimento dos contratos por parte dos agricultores, foi justificado que, quando há problemas nas entregas relacionadas à produção, para que o agricultor não seja penalizado, o mesmo deve apresentar um laudo, sendo feito pela Emater ou pela Secretaria de Agricultura. Contudo, quando perguntado sobre outras possíveis causas do não cumprimento, o gestor diz:

*ano por exemplo de greve nas escolas né? Então as vezes eles deixa de cumprir o contrato né? Porque como não tá tendo aula eles não entregam né aí acaba sobrando no final do semestre mas todos eles consegue cumprir o contrato normalmente (Gestor 6)*

Nesses casos, o agricultor não é penalizado, contudo, pelo fato de ter se programado com o volume determinado em contrato, ao não entregar sua mercadoria ao PNAE, se vê obrigado a traçar estratégias de escoamento, evitando assim prejuízo maior.

Problemas no cumprimento dos contratos também foram observado por Pedon e Silva (2015), ao investigaram a dinâmica do PNAE, em Ourinhos-SP, com foco na gestão do programa. Os autores perceberam que os projetos de venda, nome por eles dado ao contrato com a previsão de compra dos alimentos da agricultura familiar, não eram cumpridos como previsto, e que os valores dos relatórios de aquisição não coincidiam com os valores inicialmente estabelecidos, demonstrando que o contrato nem sempre era cumprido. Eles relataram que as justificativas dadas para tal incoerência pelo Gerente de Compras e Licitação do município e pelo Chefe de Abastecimento e Produção Rural foram atribuídas às mudanças no cardápios ou à redução da demanda alimentar pelo calendário escolar e frequência dos alunos. Por considerarem os valores muito discrepantes, os autores teceram sérias críticas ao não cumprimento da previsão de compra. Eles alegaram que as alterações realizadas no calendário escolar poderiam ser previstas no início do ano letivo, por meio do planejamento realizado pela Secretaria de Educação, e que a variação na frequência dos alunos, embora mais difícil de se prevenir, também poderia ser melhor considerada com base na análise dos anos anteriores, haja vista que são situações corriqueiras ao cotidiano escolar.

#### **4.1.3.2.4 Transparência nos processos**

Outra questão observada nas entrevistas foi referente aos primeiros anos do programa, em Viçosa-MG. Segundo os entrevistados, ocorreram situações em que alguns agricultores, devidamente cadastrados, se candidatavam na chamada pública para fornecer determinados produtos, mas não os produziam. Quando os alimentos eram entregues nas escolas, constataavam-se divergências quanto às características dos produtos, ou até mesmo que eles

não eram produzidos na região, o que caracterizava concorrência desleal. Tal situação foi denunciada para a Secretaria de Agricultura pelos agricultores que se sentiram prejudicados, o que ocasionou uma intensificação na fiscalização das propriedades, para verificar a real condição produtiva dos participantes do programa, trazendo assim maior transparência ao processo.

*A produção estava vindo mais do CEASA e de alguns produtores que eles estavam pegando. Ai o pessoal descobriu e fez a denuncia. Para a prefeitura não ser penalizada ela entrou firme com os técnicos, agora eles tem 2 técnicos da prefeitura, que fiscaliza as hortas 2 a 3 vezes no mês. Assim já teve muito (Agricultor 13)*

*comprava do CEASA, foi provado. Até o pessoal da agricultura teve denúncia. O pessoal da agricultura foi em cima e trouxe. Eles tiveram problema, não é minha área mas parece que pagou. Tanto que, pra ser honesto com você, eu ajudo fiscalizar, sou enjoado e não tenho visto eles comprarem não (Agricultor 03)*

*Ai o alho. Ninguém plantava o alho. Apareceu um, eu não sei o quanto ele era legal ele devia ter a DAP, todo esse processo, não sei. Com certeza ele enquadrrou lá, mas ele não tinha um pé de alho. Ele entregava em todos os colégios, porque ele não tinha nenhum concorrente. Ai depois das reuniões descobriram [...]. Ai cortaram ele. Então, essas coisas têm melhorado por isso né? (sic) (Agricultor 06).*

As dificuldades iniciais do programa em relação à transparência no processo produtivo também foram relatadas pelo gestor 3:

*não tem um órgão específico pra poder fiscalizar o produtor se de fato ele tá produzindo. ele aproveitava a questão dos preços já estabelecidos no início do contrato pra poder avaliar seu plantio. Então ele terceiriza, ele vira intermediário de algumas operações e não tem na questão legal nenhum órgão que vá fazer a fiscalização. Então, a gente teve que fazer uma limpa, acertar todo o programa e quem de fato produzia. Começaram a trabalhar a programação desse produtor, os que não tinham produção eliminaram do programa e isso a gente fez com a grande maioria dos produtores de Viçosa, num primeiro momento. Depois a gente conseguiu trabalhar aquele produtor, trabalhar com outros produtos, trabalhar uma outra é, forma que desse pra tá regulando (Gestor 03)*

Nesse sentido, vale ressaltar a importância da retroalimentação das informações entre os atores envolvidos no programa, uma vez que isso permite a observação de práticas inconsistentes em tempo hábil a correção, contribuindo para a efetividade da política.

#### **4.1.3.2.5 Dificuldades externas ao programa**

Outras dificuldades relacionadas ao campo, não atribuídas diretamente ao PNAE, verificadas durante o estudo, que, mesmo não sendo de responsabilidade direta do programa, afetavam negativamente os seus objetivos, como a falta de mão de obra e as condições das estradas rurais.

Com relação à falta de mão de obra, foram apresentados os seguintes relatos:

*Mão de obra. Porque as vezes a gente tem algum serviço e precisa de mão de obra e não tá tendo porque o pessoal lá tá deixando o meio rural pra ir pra cidade (Agricultora 12).*

*A mão de obra era fácil, hoje a mão de obra tá difícil (Agricultor 6).*

Os relatos acima demonstram a dificuldade de mão de obra no campo, visto que o trabalho é árduo e que, por isso, os jovens acabam por escolher ganhar menos, mas trabalhar na cidade. Também demonstram a importância da cooperação comunitária, pois, muitas vezes, a maneira de garantir o processo produtivo é o trabalho cooperado, no qual os indivíduos de uma mesma comunidade se ajudam nas tarefas do campo, evitando gastos inviáveis, o que implicaria em diminuição da renda ou até mesmo em prejuízo.

Tais relatos coincidem com as proposições de Sabourin (2009), ao mencionar que os camponeses estabelecem trocas de trabalho baseadas em ação coletivas, que não são pautadas apenas em remunerações financeiras. Entre seus membros não há competitividade individual, mas uma ótica de valorização dos alimentos que são produzidos no âmbito do trabalho familiar. São essas características de reciprocidade que lhes possibilitam a sobrevivência no capitalismo e o relacionamento equilibrado com os mercados institucionais.

Ainda sobre as limitações apresentadas, a falta de segurança, mesmo que não seja de responsabilidade do programa aqui analisado, aparece como limitante da permanência no

campo e, conseqüentemente, no atendimento ao PNAE, como observado nos seguintes relatos:

*[questão de violência] é um problema sim, já fui afetada, meu marido foi assaltado a pouco tempo. Mas aqui até que tá tranquilo. A polícia militar tem um trabalho bacana, ajuda bastante (Agricultor 3).*

*Segurança nós estamos com problema, sempre tem roubo infelizmente (Agricultor 10)*

*A segurança é o desafio violento, a gente tem problema seríssimo. Hoje o roubo tá sendo uma coisa geral, tem um problema seríssimo. A gente precisa investir alto na segurança pública hoje (Agricultor 11)*

Outra questão apresentada como limitante foi a precariedade das estradas rurais, conforme apontado no relato a seguir:

*A prefeitura, principalmente ela, precisa de ter incentivo maior pro meio rural e tá mais presente e ajudar com as coisas que é necessária como estrada, que é uma das principais coisa pra nós. A gente consegue locomover, mas é muito ruim nossas estradas. E mais incentivo no meio rural (Agricultor 11).*

Ainda sobre as condições das estradas rurais do município, a Gestora 2 confirma os relatos dos agricultores na seguinte informação:

*Então, a nossa questão é mais a de logística e entra também a secretaria de agricultura, melhorando as estradas que leva até o produtor para ele poder escoar essa produção dele, que não haja esses impedimentos. Aqui é uma região que chove muito e essas estradas rurais que ficam bastante comprometidas nessas épocas. Então hoje o esforço maior é facilitar a logística com relação ao escoamento da produção dele (Gestora 2).*

Diante do exposto, constata-se que as limitações apresentadas requerem a participação intensiva do poder público, visto que nem todas são da alçada do PNAE, mas que impacta negativamente nos resultados do referido programa.

#### **4.2 Os Agricultores participantes do PNAE em Viçosa-MG**

Quanto aos agricultores familiares, participaram desse estudo 15 (quinze) agricultores, sendo 11 homens e 4 mulheres, com idade entre 24 e 73 anos, conforme ilustrado na tabela 2:

**Tabela 2: Perfil dos agricultores entrevistados, Viçosa-MG, 2018.**

<b>Identificação no estudo</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Início no PNAE</b>	<b>Quantos membros familiares trabalham na propriedade</b>	<b>Quantos membros externos trabalham na propriedade</b>
<b>Agricultor 1</b>	Homem	24	2018	4	0
<b>Agricultora 2</b>	Mulher	54	2011	4	0
<b>Agricultor 3</b>	Homem	62	2011	1	0
<b>Agricultor 4</b>	Homem	56	2015	3	0
<b>Agricultora 5</b>	Mulher	32	2017	2	0
<b>Agricultor 6</b>	Homem	73	2011	1	1
<b>Agricultor 7</b>	Homem	53	2014	1	0
<b>Agricultor 8</b>	Homem	37	2011	4	0
<b>Agricultora 9</b>	Mulher	46	2011	2	2
<b>Agricultor 10</b>	Homem	55	2011	5	0
<b>Agricultor 11</b>	Homem	51	2011	4	1
<b>Agricultora 12</b>	Mulher	34	2012	3	0
<b>Agricultor 13</b>	Homem	34	2016	2	0
<b>Agricultor 14</b>	Homem	32	2017	1	0
<b>Agricultor 15</b>	Homem	34	2018	1	0

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

Durante as entrevistas com os agricultores, foi possível constatar um certo constrangimento quando questionados sobre a escolaridade e renda familiar, com isso, optou-se por preservá-los de tais situações em função de um maior estreitamento e confiança, visando privilegiar as respostas mais abrangentes em aspectos mais relevantes para este estudo.

#### **4.2.1 Tipos de alimentos e valores negociados pelo PNAE em Viçosa-MG**

Quanto aos alimentos adquiridos para a merenda escolar, no primeiro semestre de 2017 foram contratados R\$ 221.656,71 (duzentos e vinte e um mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e um centavos), sendo a lista de produtos fornecidos pelos agricultores familiares composta por 24 (vinte e quatro) itens. No segundo semestre de 2017, os valores contratados foram de R\$154.685,91 (cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos), e 20 (vinte) tipos de produtos fornecidos. Em 2018, no primeiro semestre os valores contratados foram de R\$245.390,83 (duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e noventa reais e oitenta e três centavos) e 25 (vinte e cinco) variedades de produtos. E, no segundo semestre de 2018, os valores foram de R\$230.733,86 (duzentos e trinta mil setecentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos) e 25 (vinte e cinco) variedades também. Observa-se que, com exceção do segundo semestre de 2017, os valores contratados foram semelhantes, assim como as variedades de produtos ofertados. Entretanto, nota-se que a variedade dos produtos oscilou quanto aos seguintes gêneros alimentícios: o alho/tempero, batata e laranja, justamente os de pouca tradição de cultivo no município, outros produtos, como abobrinha, brócolis e couve-flor, foram implementados diante dos incentivos de diversificação de alimentos fomentados pela Emater, Secretaria de Agricultura e por pedido dos próprios agricultores, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 - Variedades de Produtos adquiridos da Agricultura Familiar por semestre nos anos de 2017 e 2018, Viçosa-MG.**

2017/1	2017/2	2018/1	2018/2
X	X	Abobrinha	Abobrinha
Alface	Alface	Alface	Alface
Alho descascado	X	X	Alho
Banana prata	Banana Prata	Banana Prata	Banana Prata
X	X	Batata	X
Beterraba	Beterraba	Beterraba	Beterraba
Bolo	Bolo	Bolo	Bolo
X	X	Brócolis	Brócolis
Cebola	Cebola	Cebola	Cebola
Cebolinha	Cebolinha	Cebolinha	Cebolinha
Cenoura	Cenoura	Cenoura	Cenoura
Chuchu	Chuchu	Chuchu	Chuchu
Couve	Couve	Couve	Couve
X	X	Couve – flor	Couve – flor
Feijão vermelho	Feijão vermelho	Feijão Vermelho	Feijão Vermelho
Fuba	Fubá	Fubá	Fubá
Inhame	Inhame	Inhame	Inhame
Iogurte	Iogurte	Iogurte	Iogurte
Laranja	X	X	X
Mandioca	Mandioca	Mandioca	Mandioca
Moranga	Moranga	Moranga	Moranga
Ovos	Ovos	Ovos	Ovos
Pão doce	X	Pão doce liso	Pão doce liso
Polpas de frutas	Polpas de Frutas	Polpas de Frutas	Polpas de Frutas
Repolho	Repolho	Repolho	Repolho
Salsa	Salsa	Salsa	Salsa
Tempero completo	X	X	X
Tomate	Tomate	Tomate	Tomate
<b>24 variedades</b>	<b>20 variedades</b>	<b>25 variedades</b>	<b>25 variedades</b>

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

Nesse sentido, observou-se que os hábitos alimentares regionais além de serem respeitados, são também estimulados quanto à variedade produtiva, indo não só para as escolas, mas também para a mesa dos próprios agricultores, como será discutido ao longo deste estudo.

#### 4.2.2 Aquisições da agricultura familiar

Quanto ao cumprimento das diretrizes do Artigo 14 da Lei nº 11.947, que determina que, no mínimo 30% dos gêneros alimentícios sejam provenientes da agricultura familiar, de acordo com os dados disponíveis no site do FNDE referentes aos anos de 2011 a 2016, de participação do município de Viçosa-MG no PNAE, constatou-se que o município não atingiu a meta nos anos de 2011, 2014 e 2015, como demonstrado na tabela 4:

**Tabela 4: Informações do FNDE sobre aquisições da Agricultura Familiar em Viçosa-MG, 2018.**

<b>Ano</b>	<b>Entidade Executora</b>	<b>UF</b>	<b>Valor repassado (R\$)</b>	<b>Valor aquisição agricultura familiar (R\$)</b>	<b>Percentual de aquisição agricultura familiar (%)</b>
<b>2011</b>	VIÇOSA	MG	417.240,00	80.197,23	19,2
<b>2012</b>	VIÇOSA	MG	441.732,00	208.378,88	47,2
<b>2013</b>	VIÇOSA	MG	530.960,00	319.891,32	60
<b>2014</b>	VIÇOSA	MG	521.310,00	3.805,62	1
<b>2015</b>	VIÇOSA	MG	737.520,00	193.339,84	26
<b>2016</b>	VIÇOSA	MG	R\$1.001.300,16	R\$453.608,84	45,3

Fonte: <https://www.fn-de.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em 02/02/2019, elaborado pelo autor.

Quando questionados sobre esses resultados, os gestores municipais foram unânimes em discordar dos valores apresentados pelo FNDE, relatando com convicção que o município cumpriu com as metas em todos os anos, conforme os seguintes relatos:

*eu discordo porque a prestação de contas desde 2012 ainda está sobre análise, então não tem como falar isso se eles não analisaram a prestação de contas (Gestora 8).*

*tá aguardando análise, então não tem como né, neles falarem isso, uma vez que tá ali sobre análise ainda, aguardando análise. Eu creio que vai mudar isso, que quando eles analisarem isso vai mudar. Vai poder verificar lá que foi atingido lá (Gestora 8).*

Ainda, a Gestora 8, responsável pelo Departamento de Prestação de Contas, informou que existe um sistema interno denominado SIGPC, onde são lançadas as prestações de contas ao FNDE. Nesse sistema, cujo acesso não é público, consta os resultados das prestações de contas de todos os municípios, e nele os pareceres desde 2012 ainda estão em análise, o que impossibilita o real acompanhamento dessas metas pelo acesso público ao site do FNDE, justificando assim a incompatibilidade das informações.

Outra justificava quanto à possível dificuldade em cumprir a meta seria a de que o item arroz, por exemplo, por fazer parte do cardápio diário, mas, não é produzido localmente e, portanto, comprado de empresas. Esse item não é contabilizado na meta, conforme relatado pelo Gestor 3:

*Já houve momentos que a própria administração pública não teve condições de comprar. Mas com relação a questão climática, nós sofremos um período aqui de estiagem, de seca, e muitos produtores não tinham o sistema de irrigação e isso dificultou, é, se eu não me engano em 2013, 2012. De lá pra cá o município tem comprado rigorosamente até volumes acima, 60,65% do volume de compras com relação ao valor pelo FNDE. O que limita a gente um pouco hoje na questão da compra, efetivamente de valores superiores, 80 ou 90%, menos 100% seria o próprio cardápio elaborado. Os produtos que estão no cardápio nem todos serem produzidos aqui e produtos como arroz mesmo, tá no cardápio da merenda escolar e que a gente não tem produção na nossa região. Então esses produtos vão ter que ser comprados via processo licitatório mesmo (Gestor 3).*

Os relatos acima apontam que as informações disponíveis sobre as aquisições da agricultura familiar no site do FNDE nem sempre são compatíveis com o apresentado pela gestão do programa no município de Viçosa-MG, indicando uma possível falha no fluxo de informação em tempo adequado para apuração. Além disso, a própria característica do programa ao fomentar uma alimentação regional e diversificada esbarra na limitação dos agricultores familiares locais em fornecer todos os alimentos necessários para uma refeição balanceada de acordo com as exigências nutricionais do FNDE, como no caso do arroz que faz parte da alimentação brasileira e não é produzido na região.

### **4.3 Como os agricultores entrevistados se identificam**

Neste tópico abordou-se como os agricultores entrevistados se reconhecem quanto às terminologias “Camponês” e “Agricultor Familiar”. Na perspectiva camponesa, foram examinadas características, como participação em movimentos sociais de luta pelo acesso à terra, manutenção de tradições de cultivos e beneficiamento, tamanho da propriedade e sua forma de aquisição, bem como a forma de mão de obra empregada.

#### **4.3.1 Camponeses ou agricultores familiares?**

O uso do termo camponês tem sido retomado nos estudos sobre o campo, especialmente pautado nas considerações de Van der Ploeg (2008, 2009).

Em uma publicação emblemática, Van Der Ploeg (2009) afirmou que a atual agricultura mundial apresenta três formas de produção: capitalista; empresarial e camponesa. A agricultura camponesa defendida pelo pesquisador está baseada no capital ecológico e expressa uma condição de luta por autonomia na reprodução de um meio de vida rural, para conseguir sobreviver em meio ao sistema capitalista e empresarial, causadores de relações de dependência, marginalização, privação e insegurança.

O autor denomina como “processo de recampesinação”, um modelo de agricultura que envolve não somente a luta pelo acesso à terra, mas a “luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (2008, p. 23). Para Van der Ploeg (2008), nos últimos anos, a exigência de uma produção tecnicizada de larga escala, altamente dependente

de insumos industriais, tem ocasionado sérios impactos ambientais, que influenciam de maneira negativa na qualidade dos recursos naturais disponíveis aos agricultores e suas famílias. Tal situação demandou desses agricultores a criação de estratégias de resistência que os diferenciam do modelo camponês clássico, por vezes, entendido como isolado do mercado e atrelado à subsistência, passando a abarcar relações produtivas atreladas aos processos de tecnificação, sem, contudo, perder as características políticas, sociais e culturais campesinas que os distinguem do modelo empresarial pautado no lucro.

Nesse entendimento, Van der Ploeg (2008) chama a atenção para a diferenciação entre subsistência e produção para o consumo, reforçando que, na condição camponesa, a alocação do trabalho em atividades voltadas ao atendimento das demandas do mercado decorre da necessidade de garantir a renda para a reprodução da família. Para o pesquisador, isso é considerado como uma autonomia de decisão e como uma ação para a manutenção do viver da terra e na terra. Tal alocação envolve estratégias que viabilizam os escassos recursos disponíveis, sejam naturais, estruturais ou humanos.

Ainda, Van der Ploeg (2008) alerta que a agricultura familiar camponesa se diferencia da agricultura familiar empresarial por manter menor grau de integração aos mercados, maior autonomia no trabalho, e melhor utilização dos recursos, especialmente os naturais. Para o autor, esses dois modelos não são fixos e estanques, pois os agricultores familiares empresariais podem se afastar temporariamente dos mercados com propósitos de assegurar as características de reprodução familiar; por outro lado, também podem estreitar as relações com o mercado em situações que levem à valorização de seus produtos.

Nesse contexto, Van Der Ploeg (2009) reitera que a luta por autonomia se dá por meio da auto-gestão dos recursos, sendo a terra a base desses recursos. É na terra que, da relação entre o humano e a natureza, surgem os produtos que são consumidos e que também podem interagir com o mercado. Destaca-se que tal comercialização não é baseada em uma relação de exploração comercial da natureza, mas em uma mobilização dos recursos. Na condição camponesa, essa mobilização não ocupa papel central como na agricultura empresarial ou capitalista, mas é usada para retroalimentar a terra, melhorando a coprodução e fortalecendo a autonomia, o que não significa que ela também não possa ser fortalecida por meio da pluriatividade, ainda que com ocupações não relacionadas à situações agrícolas. A agricultura

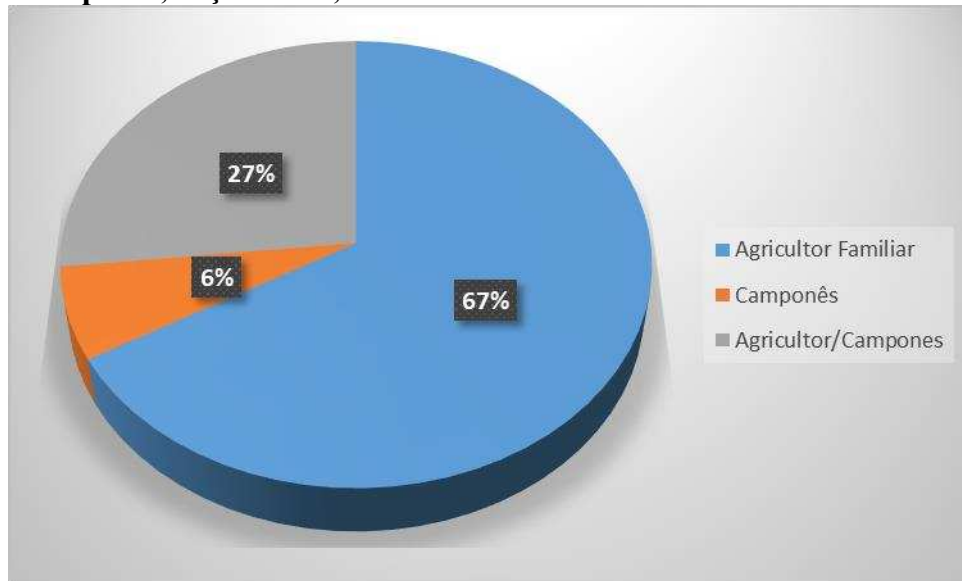
camponesa não é dependente dos mercados nem mesmo para insumos e meios de produção, pois eles também são parte do capital ecológico disponível, sendo autossuficiente.

Na concepção de Van der Ploeg (2009), a agricultura camponesa apresenta seis características principais: a primeira é que ela está voltada para aumentar o valor agregado na unidade produtiva, cujos progressos também são revertidos para a comunidade e para a região; a segunda é que os recursos disponíveis nos estabelecimentos rurais são limitados e sofrem pressões internas à estrutura familiar, como heranças e partilha da terra, e externas, como intempéries climáticas, necessitando de uma otimização que não comprometa a sua qualidade; a terceira característica se refere aos aspectos quantitativos dos recursos, sendo a força de trabalho geralmente abundante, enquanto os meios de trabalho são limitados e, por isso, seu desenvolvimento está pautado na intensificação do trabalho; a quarta diz respeito à indissociabilidade entre trabalho e capital, pois os recursos se articulam numa unidade orgânica que é gerenciada pela própria família envolvida no processo do trabalho; a quinta característica repousa no papel central que a força de trabalho ocupa, o que inclui ações que favoreçam ao trabalho, como irrigação e emprego de algumas tecnologia; finalmente, a sexta característica diz respeito às relações com os mercados.

Com base nessas características, o autor defende que a resistência da agricultura camponesa está diretamente relacionada com a Agroecologia no que tange aos aspectos de sustentabilidade. Por ser menos dependente de aportes externos, a resistência da agricultura camponesa a torna mais resistente aos momentos de crise. Em meio às dificuldades, eles buscam estratégias para resistir aumentando a produção, a quantidade e a qualidade trabalho familiar, reduzindo os custos, alcançando mercados que lhes proporcionem melhores preços e, buscando na pluriatividade, a saída para continuar a viver na terra, medidas que são entendidas como luta para a manutenção da condição camponesa.

Diante desse entendimento, procurou-se investigar em quais terminologias os agricultores participantes do PNAE em Viçosa-MG se identificavam como trabalhadores do campo, especialmente, em relação aos termos *camponês* e *agricultor familiar*; isto é, como se reconheciam diante desses termos. A figura 3 representa as respostas apresentadas pelos entrevistados de acordo com a identificação das terminologias:

**Figura 3: Como os entrevistados se identificam em relação às terminologias agricultor familiar e camponês, Viçosa-MG, 2018.**



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

Apenas dois agricultores demonstraram alguma identificação com o termo *camponês* e somente um deles apresentou uma definição diferenciada entre as terminologias, como constatado nos excertos abaixo:

*[...] camponês ele é algo que se identifica com a terra historicamente, já traz uma história no campo de vida e trabalho, então a gente consegue diferenciar isso, essas lacunas na própria agricultura familiar. Onde a gente caracteriza até um produtor maior dentro da própria agricultura familiar e no caso do camponês não se enquadra nesse ponto. [...] Eu costumo falar que eu me caracterizo como agricultor familiar, mas entendo também que existem essas lacunas [...] então eu acredito que ser camponês eu até me enquadro nesse ponto, mas eu me caracterizo como pequeno produtor dentro das normas teóricas da agricultura familiar. (Agricultor 1).*

*Eu sei que o pequeno agricultor familiar é o pequeno agricultor né, trabalha com a família na roça né [...] e produz e agrega aí nesses projetos PNAE, PAA né? [...] pra mim o camponês é o pequeno produtor mesmo né Toda a vida me entendi como camponês e antigamente falava...hoje eles falam agricultor [...] (Agricultor 6).*

É interessante notar que o Agricultor 1, que apresentou alguns conhecimentos sobre as diferenças terminológicas, possui o perfil de ser jovem, o único com idade abaixo de 30 anos, e com formação educacional em nível superior. Sabe-se que, no contexto acadêmico, há uma discussão e um embate sobre a adequação no uso dessas terminologias, especialmente no que diz respeito aos caminhos que o campesinato tradicional tem tomado, como a adaptação desse modelo de agricultura às atuais demandas sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, também são usadas terminologias, como (re) criação do campesinato (ALMEIDA, 2006), novo camponês (VERGÉS, 2011).

Para Almeida (2006), o universo do campesinato envolve a indissociabilidade da tríade família-trabalho-terra e a luta pela terra, amparada por movimentos sociais. Para a autora, é o significado da luta contra a concentração de terra e contra as práticas capitalista que levam à expulsão do homem do campo que constitui o camponês como um sujeito ambíguo, conservador e radial. Tal ambiguidade se revela por sua “dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador” (p. 356). Nesse sentido, para Almeida, a recriação camponesa não se baseia na subtração da lógica do capital, mas na resistência e na busca por estratégias que não sujeitem a terra exclusivamente aos interesses mercadológicos capitalistas, visto que o objetivo é a permanência no campo adaptada às demandas contemporâneas, com a preservação dos valores e das condições de vida que lhes são inerentes.

Por sua vez, Vergés (2011), ao estudar os camponeses mexicanos, discute sobre o uso do termo novo camponês com base em uma noção de classe social camponesa, que se constitui a partir das lutas de classes, que permeiam o modelo capitalista de produção. Para o autor, o conceito de novo camponês diz respeito à maneira como essa classe camponesa lida com as mudanças na sociedade capitalista atual, respondendo à modernização da agricultura, com a preservação de valores sociais, ambientais e ecológicos, em um processo de resistência à economia que prioriza o lucro.

Ainda, quatro agricultores se declararam como agricultores familiares, com base no envolvimento da família no trabalho do campo; ou seja, restringindo o termo Agricultura Familiar ao conceito de Agricultura de Base Familiar, como observado nos trechos abaixo:

*Agricultor familiar [...] é que nós adquire a nossa renda tudo junto com a família né, tudo o que nós produz lá nós vende (sic) (Agricultor 8).*

*Eu penso que a gente é mais da agricultura familiar, porque a gente produz [...] para nós e vendemos também. Eu penso que o camponês ele só produz para comer né eu imagino que seja isso (Agricultora 9).*

*Ah, Agricultura Familiar...eu acho que agricultura familiar é a família que trabalha ali, que vive da terra né, produz para sobreviver...(Agricultora 12).*

*Olha eu entendo agricultura familiar, a gente trabalha mais ou menos só a gente da família, mexe, trabalha...Eu trabalho com os programas que atende a Agricultura Familiar, que é PAA, PNAE, as feira de Agricultura Familiar que a gente trabalha aqui em Viçosa (sic) (Agricultor 11).*

Por sua vez, outros entrevistados se declararam como agricultores familiares, afirmando que é assim que a legislação os define, como exemplificado na fala do Agricultor 13:

*O camponês é o pessoal que vive da terra, e a Agricultura Familiar é esse nome que eles colocaram agora para o pessoal identificar né como agricultor familiar [...] hoje em dia tem a DAP, trabalham como esse negócio [...] registrado né, que antes os camponeses não tinham registro nenhum, trabalhava informalmente, e hoje em dia já é um serviço mais formal (sic) (Agricultor 13).*

Entre os que se declararam agricultores familiares, alguns relataram desconhecimento da diferença entre os termos “agricultor familiar” e “camponês”, e outros de que eram sinônimos, como exemplificado a seguir:

*Ah, realmente eu não sei bem a diferença, eu sou agricultor familiar (Agricultor 15).*

*Eu não sei muito separar essa questão de um para ou outro não (Agricultora 2).*

*[...] o agricultor familiar, o camponês acho que é a mesma coisa. Então eu acho que mudou só [...] nomenclatura só, mas é o mesmo (Agricultor 6).*

A importância de se buscar compreender como os agricultores do PNAE de Viçosa se autodenominavam, como categoria identitária foi pautada na representação que os conceitos

de Agricultura Familiar e Campesinato assumem no contexto social e político relativo ao meio rural. Como já foi abordado no referencial teórico deste estudo, é de amplo conhecimento que, a partir da década de 1990, o termo Agricultura Familiar passou a ser usado na elaboração de políticas agrícolas, que atendessem aos pequenos agricultores. Por sua vez, no mesmo período, o termo campesinato emerge no espaço acadêmico e nos movimentos sociais associados à Via Campesina, definindo como camponeses:

aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural - extrativista, agrícola e não-agrícola - desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas. (VIA CAMPESINA, 2009, p. 1 apud REDIN; DA SILVEIRA, 2009)

Diante do estabelecimento das políticas públicas voltada para os agricultores de base familiar, como, por exemplo, o PNAE, Boni e Bosetti (2014) defendem que surgiu um novo conceito de campesinato como categoria política, cuja produção abarca concepções agroecológicas e uma importante relação entre a natureza e o mercado, com vistas à manutenção do equilíbrio socioambiental. Para os autores, muitas vezes o termo Camponês e Agricultor familiar se confundem. Isso pode ser constatado entre os entrevistados deste estudo.

Ainda, Passos (2008), ao escrever sobre o modo de ser camponês, com base em três narrativas goianas – Veranico de Janeiro, de Bernardo Elis; Sertão Sem Fim, de Barini Ortêncio e Jurubatuba, de Carmo Bernardes –, observou que muitas vezes o “camponês não se denomina como tal” (p. 67), mas, citando Ianni (1988, p. 102), “reconhece como trabalhador rural, lavrador, sitiante, posseiro, colono, arrendatário, meeiro, parceiro, etc.”. O fato é corroborado por Boni e Bosetti (2014), ao afirmarem, no Brasil, diferenças denominações são utilizadas em cada região. Assim, por exemplo, no sul, é comum o termo colono, no nordeste lavrador e no sudeste, de sitiante. Ainda para Passos (2008), o não uso do termo camponês também pode ser atribuído a atual conotação que essa denominação tem representado no cenário brasileiro, com um forte significado político de luta pela terra.

De fato, os entrevistados desta pesquisa afirmaram não ter participado de movimentos de lutas pela terra, com exceção da Agricultora 9, que participou do MST, foi acampada, mas sua propriedade atual foi adquirida com recursos de um trabalho desenvolvido fora do país, como será discutido no tópico seguinte. Entretanto, essa mesma agricultora, apesar de se equivocar quanto às definições, se denomina como Agricultora Familiar:

*Eu penso que a gente é mais da Agricultura Familiar, porque a gente produz, como que diz... pra nós e vendemos também. Eu penso que o camponês só produz pra comer né? Eu imagino que seja isso (Agricultora 9).*

A partir das observações participantes foi possível notar que os entrevistados atribuíam ao termo camponês um sinônimo de atraso, de subsistência, ao passo que o termo Agricultor Familiar, conforme assegurado pela legislação, lhes parecia remeter a um significado de uma categoria profissional legitimamente reconhecida. Essa observação encontra respaldo nas palavras de Wanderley (2003), ao referir que ao camponês tradicional não é atribuída uma profissão definida, e sim um modo de vida, pois, em seu cotidiano ele exerce todas as atividades envolvidas com propriedade rural. Ainda, a autora aponta que a modernização transforma o camponês em agricultor, essa sim uma profissão reconhecida. Por motivo desse reconhecimento profissional, os entrevistados pareceram melhor se identificar com a denominação de agricultor familiar. A fala do agricultor também pode estar expressando uma possível alienação ao mercado e ao capital.

#### **4.4 Caracterização do Modo de Vida dos beneficiários do PNAE**

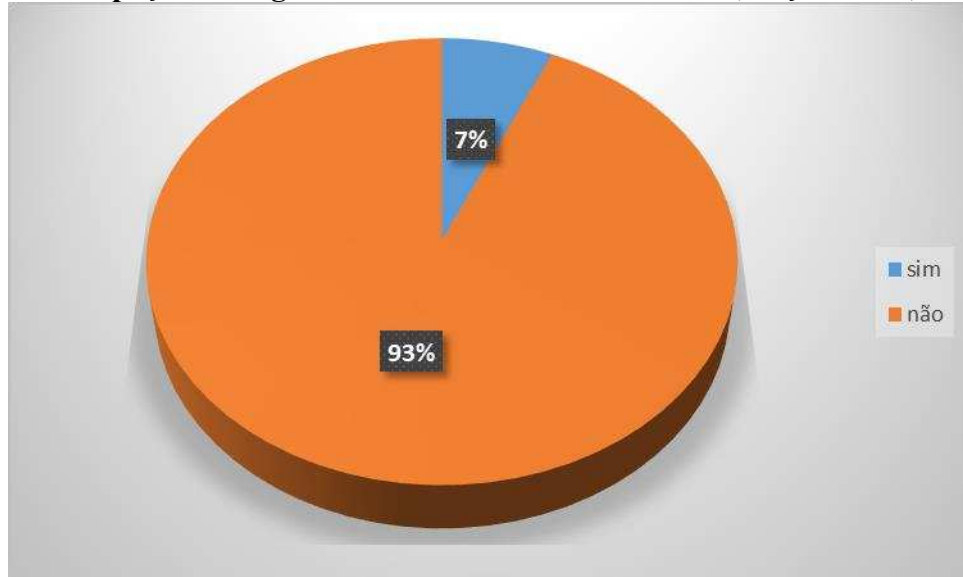
O modo de vida dos beneficiários do PNAE, no município de Viçosa-MG, foi caracterizado pelas seguintes categorias analíticas: a luta por acesso à terra; preservação das tradições de cultivo; condições da terra, meios de aquisição e mão de obra.

##### **4.4.1 A luta por acesso à terra**

Em relação à participação em movimentos sociais de luta pela terra, essa característica de modo de vida se faz importante uma vez que se constitui como ferramenta por busca de

legitimidade, enquanto categoria social historicamente excluída. A figura 4 representa as respostas dos agricultores entrevistados quando questionados sobre a participação em movimentos sociais de luta por acesso à terra.

**Figura 4: Participação dos agricultores em movimentos sociais, Viçosa-MG, 2018.**



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

Como já mencionado, apenas uma agricultora afirmou ter participado do Movimento dos Sem Terra (MST), como relato abaixo:

*“Sim, eu e meu esposo já participamos do MST [...] em São Paulo. Nós ficamos uns três anos lá [...]. Mas depois eu engravidei e a gente já tinha duas filhas, aí eu engravidei de novo e era uma situação muito difícil pra gente continuar lá com três crianças [...] como acampados [...] aí nós resolvemos desistir.” (Agricultora 9).*

O fato dessa agricultora se definir como agricultora familiar e não se reconhecer, apesar de sua trajetória de luta pelo acesso à terra, com o termo camponês pode ser atribuído ao histórico de aquisição da sua propriedade e ao seu distanciamento, por um período de 10 anos, dos movimentos sociais brasileiros de luta pela terra. Isso porque, sua propriedade não é resultado da sua participação no MST, mas decorrente de um trabalho que aconteceu fora do país:

*Na época meu cunhado tinha acabado de ir para Portugal aí abriu caminho [...] fiquei dez anos lá. Aí com o dinheiro que nós fizemos lá, compramos aqui (Agricultora 9).*

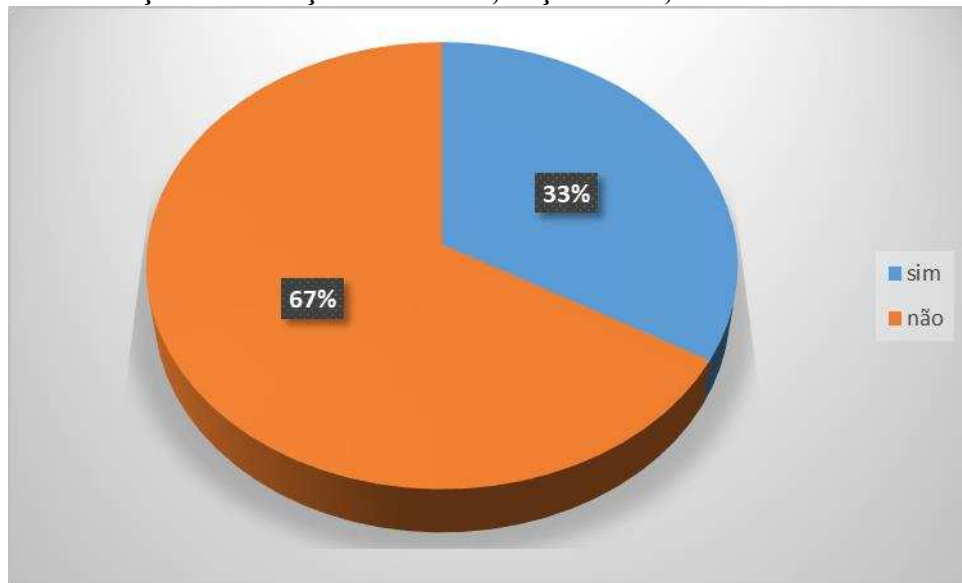
Reconhece-se que, nos últimos anos, o termo camponês assumiu novos significados a partir desses movimentos sociais pela terra. Isso porque, historicamente, segundo Martins (1981), a denominação foi introduzida no cenário brasileiro no período da ditadura militar, por influência da esquerda com base em denominações utilizadas em alguns países socialistas para nomear esses atores do campo. Como já abordado, até então as nomenclaturas mais utilizadas eram caipira, colono, sitiante e outras, de acordo com as diferentes regiões do país. Naquele período, iniciou-se na região nordeste a formação das Ligas Camponesas, que lutavam pela posse da terra em oposição à política coronelista latifundiária. As lutas camponesas se espalharam pelo país, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. Por esse motivo, o termo camponês adquiriu um significado fortemente associado às lutas do campo, o que perdura até os dias atuais.

A partir da década de 1990, a ideia de acesso à mecanização e de desenvolvimento do capitalismo no campo, associada à criação de políticas públicas, especialmente o PRONAF, aos pequenos agricultores, de acesso ao crédito rural e de incentivo às novas técnicas de cultivo, passou-se a usar o termo agricultor familiar para designar tais agricultores. Nesse contexto, campesinato começa a ser usado como sinônimo de subsistência, situação agora pouco presente na realidade do campo brasileiro. Paralelamente, contrapondo-se à ótica capitalista, os movimentos sociais ligados à Via Campesina passam a resgatar sua denominação como camponeses, atribuindo ao termo uma denotação política, como discutido por Porto e Siqueira (1994).

#### **4.4.2 Preservação das tradições de cultivo**

Sobre o modo de cultivo e produção, no que se refere à preservação das tradições, a figura 5 ilustra a percepção dos entrevistados quanto a sua produção agrícola.

**Figura 5: Preservação da tradição de cultivo, Viçosa-MG, 2018.**



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

Dos 15 agricultores entrevistados, 10 afirmaram manter alguma tradição familiar no cultivo dos alimentos, como exemplificado nos excertos abaixo:

*Ah sim, sim. Tipo o plantio da couve, hoje em dia muita gente né mudou um pouco como se planta e eu continuo plantando no método antigo lá que meu avô nos ensinou, entendeu? Eu faço a cova, ponho o esterco, misturo. Tem muita gente hoje em dia que planta sem esterco. [...] e a cebolinha, por exemplo, corta os pezinhos, limpa a raizinha. Então a gente continua. (sic) (Agricultora 5).*

*As minhas produções hoje eu trabalho quase do mesmo [jeito] lá, embora a gente é criticado que a gente tá na agricultura de 50 anos atrás. Mas a minha agricultura é mais ou menos [...] tradicional. Eu planto minha mandioquinha lá tradicional, tudo mais ou menos tradicional. Do jeito que aprendi com meu pai (sic) (Agricultor 11).*

Relatos sobre tradições estiveram presentes nas falas de todas as participantes do gênero feminino, especialmente relacionadas às atividades de agroindústria familiar, como ilustrado a seguir:

*O pai dele era padeiro. Minha mãe toda a vida gostou muito de fazer [...] inclusive o pão de mandioca que a gente faz hoje e vende bastante a minha mãe que ensinou tudo (Agricultora 9).*

*Sim, é o queijo...a minha sogra fazia e eu faço do mesmo jeito até hoje (Agricultora 12).*

No que se refere à agroindústria familiar, essa se constitui em uma atividade de processamento e beneficiamento dos produtos cultivados no meio rural. Para Schneider (2003), os agricultores que atuam com agroindústria familiar não devem ser considerados como de atividade exclusivamente agrícola, mas como famílias pluriativas, pois atuam tanto em atividades primárias, com produção de matéria-prima, como secundárias, envolvendo a industrialização da produção. Tais agricultores desenvolvem uma variada gama de tarefas, procedimentos e operações dos produtos agrícolas cultivados na propriedade. Para o autor, as agroindústrias têm crescido no âmbito da Agricultura Familiar, assumindo importante papel na geração de renda para as famílias, dado o valor agregado.

De acordo com Freitas (2018), no município de Viçosa-MG, o processo de agroindustrialização teve início a mais de trinta anos. Atualmente, as famílias que já realizavam atividade de produção de alimentos, com a criação e investimentos em políticas públicas, ganharam maior reconhecimento, e passaram a desempenhar melhor essas atividades. Entre os principais benefícios das agroindústrias, estão o fomento à agricultura familiar no município; ao abastecimento local de alimentos; à segurança e soberania alimentar das famílias no meio rural; e melhoria na alimentação dos estudantes (redes municipais e estaduais). Além disso, a população do município também se alimenta desses produtos de qualidade, por meio de mercados locais ou feiras livres e agroecológicas. A autora destaca que para o processo de agroindustrialização do município, foi de suma importância o apoio e contribuição de diversas instituições, tais como: EMATER, Prefeitura Municipal de Viçosa, SENAR, UFV, EPAMIG. Em sua pesquisa foi mostrada toda a cadeia produtiva, desde a aquisição da matéria prima até o produto final. Os alimentos foram considerados de qualidade, uma vez que os produtores utilizavam matéria prima de base mais limpa e sustentável. A autora concluiu que as agroindústrias familiares, no município de Viçosa-MG, contribuem para o fomento do desenvolvimento rural, gerando renda de forma sustentável e uma produção diversificada. O trabalho realizado pelas famílias possui grande relevância social, gerando novas oportunidades de inserção econômica e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida.

Preocupado se a agroindústria familiar, enquanto promotora de geração de renda, pudesse trazer uma redução ou extinção da produção agropecuária nas propriedades, Wesz Junior (2009) realizou uma pesquisa com agroindústrias familiares de derivados da cana-de-açúcar do Rio Grande do Sul, buscando investigar se a agroindústria poderia levar a uma especialização nas propriedades de base familiar. Seus resultados demonstraram que os participantes possuíam “um forte vínculo com a terra, com seus meios de produção e com o grupo doméstico” (s/p). Além disso, a diversidade nos cultivos foi maior do que nas propriedades exclusivamente agrícolas, pois as culturas voltadas ao autoconsumo familiar continuaram a ser produzidas, associadas ao processamento. O autor concluiu que as agroindústrias pesquisadas não alteraram a reprodução social da família rural, pois o grupo doméstico manteve as relações com as atividades relacionadas à terra, e com a diversificação da propriedade. O autor não investigou se havia a manutenção de tradições familiares nas atividades de beneficiamento da produção. Nosso estudo corrobora os achados de Wesz (2009), pois as propriedades que mantinham agroindústrias também trabalhavam com a policultura, principalmente para o autoconsumo. Ademais, a fala dos agricultores também demonstrou uma estreita relação com a terra e com os costumes locais, especialmente ao mencionar a preservação das receitas de família.

Por outro lado, cinco entrevistados disseram não haver possibilidades de manter tradições de cultivo em um momento de grande demanda por alimentos, exigindo assim a busca por tecnificação, como pode ser observado, por exemplo, na fala do Agricultor 6.

*Não, não tem como mais. Hoje nós temos que acompanhar a tecnologia mesmo, se não a gente fica para trás. Mesmo assim tá difícil. Não adianta (Agricultor 6).*

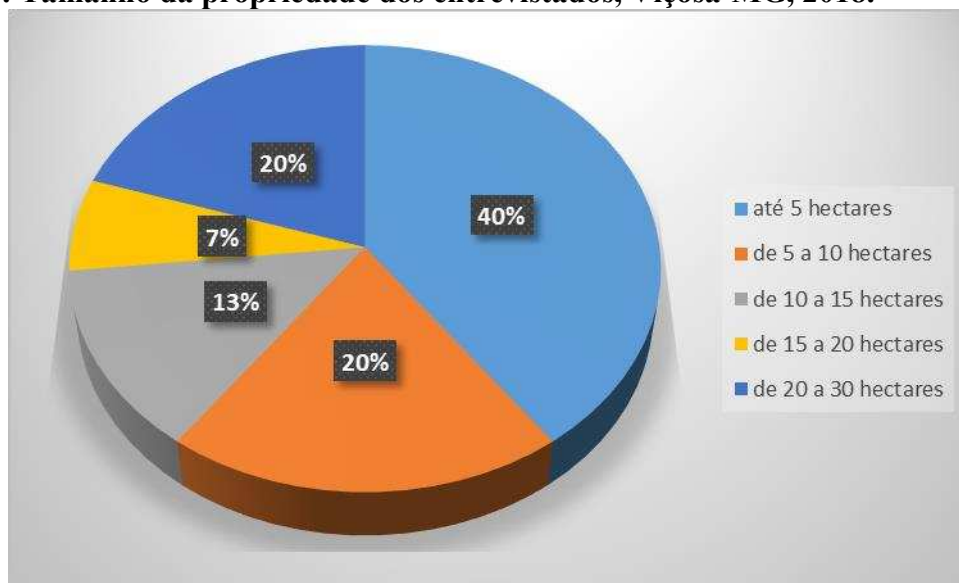
Essa preocupação com a modernização das práticas agrícolas também é discutida por Wanderley (2003), ao afirmar que a tradição no cultivo, passada de geração em geração, não é mais capaz de orientar o comportamento econômico. Contudo, a autora, ao citar Mendras (1984), destaca que os serviços de assistência técnica gerados fora da comunidade local, não rompem com a forma tradicional de produzir, denominando essa prática de modernização tradicional.

A partir dessas observações pode-se inferir que o PNAE em Viçosa-MG, por meio dos trabalhos realizados pelos agrônomos da prefeitura e pelos agentes da Emater, fomenta o desenvolvimento produtivo, sem com isso romper com as técnicas, saberes e costumes dos agricultores envolvidos no referido programa, respeitando suas características e possibilitando um estreitamento de ideias, o que resulta em uma participação mais assertiva, mas que mantém a autonomia na coprodução, o que vai ao encontro das características campesinas.

#### 4.4.3 Condições da terra, meios de aquisição e mão de obra

Sobre o tamanho das propriedades dos entrevistados, constatou-se um predomínio de propriedades com até 5 hectares (40%) conforme pode ser observado na figura 6.

**Figura 6: Tamanho da propriedade dos entrevistados, Viçosa-MG, 2018.**



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

O tamanho da propriedade dos entrevistados está em consonância com os critérios definidos para participação no PNAE, na qual os agricultores familiares são caracterizados, entre outras coisas, como aqueles que possuem até 4 módulos fiscais. Os módulos fiscais se diferenciam entre os diferentes municípios brasileiros. Para o estado de Minas Gerais, município de Viçosa, a dimensão do módulo fiscal é considerada como 22 hectares, como observado na figura 7.

**Figura 7: Representação do módulo fiscal para o município de Viçosa-MG.**

**Módulos Fiscais**

Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.

**Selecione o Estado e o Município para consulta:**

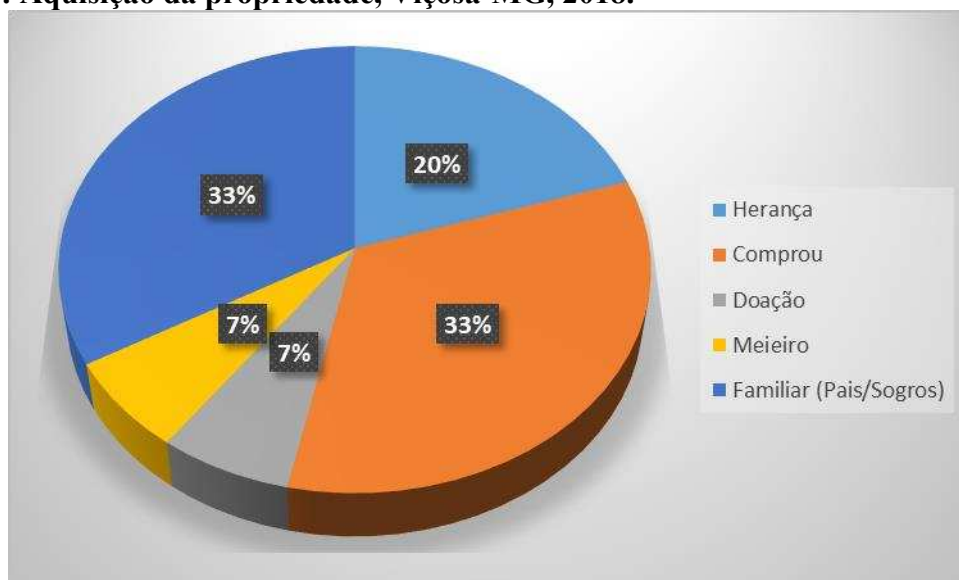
Estado (UF)  Município  Dimensão (ha)

(Fonte: INCRA)

Fonte: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal> acesso em 05/11/2018.

Em relação à condição de aquisição das propriedades, cinco propriedades (33%), foram compradas com recursos próprios, sendo uma comprada de familiares (avós e tios); outras cinco pertenciam aos familiares ascendentes; além disso, foi constatado a aquisição por herança (20%); por doação em vida (7%); e na modalidade de meeiro de propriedade com terceiro (7%). As modalidades de aquisição estão ilustradas na figura 8.

**Figura 8: Aquisição da propriedade, Viçosa-MG, 2018.**



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2018.

As características relativas à aquisição da propriedade apontam que a terra, que hoje pertence a grande parte dos entrevistados, tem envolvimento familiar, revelando como característica desses agricultores o histórico de trabalho com a terra, cuja propriedade foi passada de geração a geração por doação, herança ou mesmo por meio da comercialização de parte da propriedade entre os familiares. Essa característica corrobora as afirmações de Lamarche (1993), ao se referir aos agricultores familiares como detentores de tradição centrada na família pela forma de produzir e viver. Tal condição é também observada nos seguintes relatos:

*É adquirida do meu pai. Meu pai e minha mãe (Agricultor 7).*

*Aqui é meio herança [...] mais é de família (Agricultor 10).*

*Meu pai comprou [...] esta propriedade e tá até hoje (Agricultor 8).*

*A propriedade é da minha sogra. Eu trabalho nela em parceria com ela (Agricultor 11).*

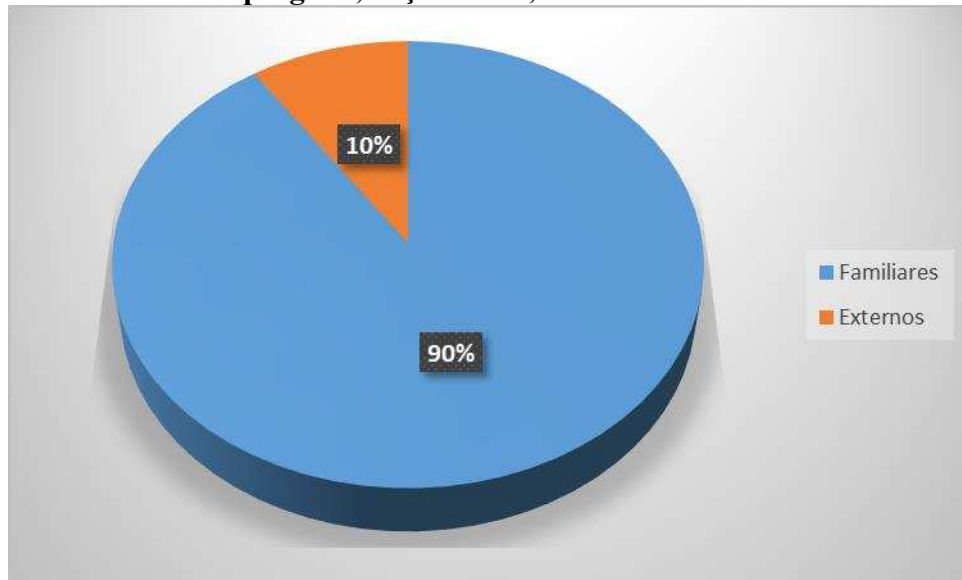
*Minha propriedade foi dos meus avós e meu pai que já residia lá. Essa aí é outra propriedade lá pertinho mesmo onde fui criado né. Fui comprando as partes, hoje consegui ter essa propriedade lá. Sempre vivi da terra, mas teve um período né que eu saí porque fiz meus 20 anos. Saí daqui e fui pra São Paulo fiquei 12 anos lá e quando eu voltei [...] tive que comprar as partes [...]. Fui comprando aos poucos e consegui fazer. Meu pai tinha uma propriedade, dispôs dela [...] fui comprando os pedaços (Agricultor 6).*

Tal relação familiar também é coincidente com as informações referentes à mão de obra empregada na propriedade. Entre os 15 agricultores entrevistados constatou-se o envolvimento de um total de 42 pessoas que atuam nas atividades agrícolas junto a eles, sendo 39 do grupo familiar e apenas 3 pessoas externas, sem vínculo familiar. Destaca-se que entre as pessoas externas, uma delas pertence à comunidade rural na qual um dos agricultores convive, que também é proprietária de terra, atuando somente para auxiliar em situações de maiores demandas, como uma troca de mão de obra, e outras duas que residem na propriedade, como mencionado pelo agricultor 8:

*Sou eu, meu pai e mais dois rapaz que mora com nós (sic) (Agricultor 8).*

A figura 9 ilustra a distribuição da mão de obra empregada nas propriedades.

**Figura 9: Mão de obra empregada, Viçosa-MG, 2018.**



Fonte: Dados da pesquisa, adaptado pelo autor, 2018.

Nesse sentido, a ampla participação dos membros da família nos processos produtivos dos entrevistados se relaciona tanto com o conceito de agricultor familiar quanto de camponês, não havendo diferenciação entre os dois. O emprego de mão de obra predominantemente familiar, como o próprio nome diz, faz parte da caracterização legal da Agricultura Familiar, embora o produtor possa ter empregados, por exemplo, para períodos de colheita, desde que a eventualidade seja caracterizada. Segundo a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326/2006, Art. 3º), que considera as exigências de que o produtor:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Por sua vez, também se relaciona ao modelo camponês defendido, por Wanderley (2014), ao apresentar que a essência do campesinato está no caráter familiar de organização da

atividade produtiva, que prioriza as necessidades familiares; e no modo de organização do trabalho, que envolve a intrínseca participação entre os seus membros, sendo, portanto, “uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura” (p. S026).

Por outro lado, alguns agricultores referiram que nem todos os membros da família atuavam na propriedade, especialmente os filhos, que saíram do campo para estudar. Sobre esse aspecto, Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) afirmam que a força de trabalho no campo tende a diminuir. Para eles, nas propriedades familiares mais desenvolvidas, essa diminuição é decorrente das melhores oportunidades apresentadas aos filhos, como a busca por estudo na cidade; já nas propriedades com menor desenvolvimento, a diminuição está relacionada à condição de expulsão.

Em nosso estudo, foi relatada por um entrevistado uma situação coincidente quanto ao aspecto de desenvolvimento da propriedade, pois o agricultor conseguiu dar oportunidades de estudos aos filhos, especialmente no âmbito da formação superior, mas eles não retornaram ao campo:

*os filhos já não tão na roça não [...] Já formou na UFV, já tão trabalhando. [...] Eu tenho um casal de filhos, todos os dois trabalhou na horta a vida inteira comigo produzindo, mas hoje nenhum dos dois [trabalha no campo]. Estão empregados. [...] A menina mais velha é funcionária do Banco do Brasil, passou fez concurso e passou. O menino fez o concurso e hoje ele tá lá em Machado [IFET] dando aula [...] (Agricultor 3).*

Por sua vez, o agricultor 13 narra uma situação oposta. Refere que vivia com os pais no campo, mas em dado momento foi para a cidade, trabalhar na cidade. Após o PNAE retornou as atividades na propriedade em parceria com o pai:

*Depois que surgiu esse programa aí, que eu voltei pra cá e comecei a desenvolver mais. Antes era mais o meu pai que focava aqui, mexendo com boi...Mais ai depois que eu resolvi vir aí e comecei a mexer com banana, hortifrut né?[...] Eu trabalhava na cidade e voltei pelo PNAE (Agricultor 13).*

Costa e Ralisch (2013) realizaram um estudo com jovens de um assentamento, no município de Florestópolis-PR, buscando compreender a opinião desses jovens no que diz respeito a permanência no campo. Os resultados demonstraram que a maioria dos

entrevistados deseja, como seus pais, continuar a trabalhar na terra, mas muitas vezes são levados a buscar outras formas de trabalho dada a baixa remuneração advinda do trabalho rural. Os autores apontam que a sucessão da agricultura familiar é uma problemática que pode implicar na extinção do assentamento, bem como comprometer a reforma agrária.

Por sua vez, para Wanderley (2003) é comum a observação de condições de pluriatividade, nas quais os agricultores buscam outras atividades fora da propriedade. Para a autora, essa condição se dá justamente como estratégia familiar para a permanência no campo. Nesse contexto, o PNAE em Viçosa-MG mostrou-se como uma oportunidade de regresso desses trabalhadores, que, por falta de renda, buscaram outras atividades fora da propriedade, mas voltaram ao trabalho familiar no campo, resgatando suas raízes.

Em vista do exposto, pode-se inferir, diante das variáveis apresentadas que, os beneficiários do PNAE possuem um modo de vida que os caracterizam como camponeses, mesmo que, a maioria não se reconheça como tal. Isso porque, dentre as características camponesas estão, as pequenas áreas para produção, o autoconsumo dos alimentos produzidos, as tradições de cultivo, a renda principal proveniente da produção; condições que se assemelham às apresentadas pelos entrevistados.

## **CAPÍTULO V**

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada permite inferir sobre a importância do programa para o município de Viçosa-MG no que tange à fixação do homem no campo, bem como na melhoria da sua qualidade de vida, nos aspectos econômicos (aumento de renda), nutricional (maior variedade de produção e autoconsumo) e social (inclusão nos mercados institucionais e acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar), tirando esses agricultores da sombra dos atravessadores, e tornando-os protagonistas de sua história. A realidade apresentada evidencia a vontade dos agricultores em permanecerem no campo, tendo como limitante não só a remuneração, mas também a segurança no campo, o que nos abre um campo significativo de discussão.

No que se refere a operacionalização do programa, essa se mostrou em desenvolvimento constante nos quatro semestres analisados, enfatizando aqui a importância do correto uso do fluxo de informação, bem como do conhecimento técnico, fatores que possibilitaram uma melhor fiscalização quanto à origem dos produtos oferecidos e uma maior transparência nas chamadas públicas. Contudo, para o desenvolvimento pleno, é necessário que as informações sejam passadas de maneira clara e em tempo hábil. Nesse sentido, cabe ao FNDE concluir os processos de prestação de contas mais rapidamente, possibilitando a todos os interessados acompanhar a evolução do programa com informações confiáveis e atualizadas. Ao município, cabe incentivar a aquisição de cada vez mais variedades de gêneros alimentícios da agricultura familiar, a fim de proporcionar não só aos alunos, mas também aos próprios agricultores uma condição nutricional mais adequada. Por sua vez, cabe à Emater desenvolver assistência com técnicas produtivas, que respeitem as características não só do município, mas principalmente da família do campo, valorizando suas tradições e culturas, potencializando sua produção. Ao CAE, é preciso que seus integrantes busquem relatar ao município e ao próprio FNDE suas dificuldades – financeira, logística, estrutural – em acompanhar corretamente os processos que lhe cabe.

Por fim, com respeito à questão do campesinato em Viçosa-MG, objetivo desse estudo e que apresentou uma vertente interessante, pois, enquanto a academia se desdobra em debater sobre “campesinato” no Brasil, os agricultores, quando questionados, apresentaram total desinteresse sobre a nomenclatura “camponês”, se auto declarando Agricultores Familiares pois, conforme os relatos dos mesmos, é assim que a lei os trata, e, ainda para alguns, a terminologia camponesa se apresenta de forma pejorativa. Nesse contexto, fica claro que o interesse por parte dos atendidos pelo PNAE, neste caso os agricultores, está na efetividade do programa e nos fatos que o cercam, e não no significado teórico que a nomenclatura carrega.

Contudo, observa-se que, mesmo o auto reconhecimento como agricultor familiar e a falta de atuação em movimentos sociais de reivindicação por terra, não descaracterizam as condições de campesinato, uma vez que, como apontado durante o estudo, o campesinato é mais do que uma simples luta por acesso à terra, é a busca por autonomia e estratégias de permanência no campo, seja pela comercialização do excedente produzido, seja pela pluriatividade que os movem a trabalhar fora da propriedade em busca de renda, condições estas, presentes nos agricultores de Viçosa-MG.

Portanto, esse estudo permite afirmar que o PNAE em Viçosa-MG fomenta a preservação das características camponesas, pois o que caracteriza o camponato é justamente a condição desses agricultores em não medir esforços para permanecer na terra.

Sobre essas reflexões, destaca-se a importância dos programas sociais, principalmente nos que buscam a inclusão pelo trabalho, pelo resgate à dignidade humana, respeitando as características regionais e tradições culturais, como forma de preservação das características camponesas. Importa também que, como observado neste estudo, a descentralização dos recursos nem sempre permite aos gestores municipais a autonomia necessária, seja por falta de entendimento dos processos, seja pela própria estrutura dos requisitos determinados pela política pública.

Devendo então focar na fase de implementação, pois foi nessa fase que se constatou as dificuldades da estrutura *top-down*, derivando em divergências de informações e a consequente falta de autonomia dos gestores envolvidos. Para isso, é necessário o treinamento técnico dos gestores dessas políticas públicas, permitindo o correto entendimento dos processos, possibilitando uma maior interação e, conseqüentemente, resultados mais positivos. Para tal, deve-se buscar continuamente por definir processos transparentes, com informações confiáveis e em tempo hábil para averiguação e correção quando necessárias.

Ainda, acredita-se na conscientização desses agricultores, de que essas políticas surgiram diante de uma demanda de luta pela terra e que, independentemente das terminologias utilizadas, eles não podem jamais esquecer ou abandonar suas características de cultivo e costumes, ainda que, por alguns, caracterizadas como retrogradadas, mas que nortearam essas políticas ao patamar que hoje se encontram, tornando o acesso a elas um direito de uma categoria legitimada.

Sobre esse aspecto, não se concorda com as previsões de Abramovay (1998), ao considerar que o camponês caminha para sua extinção, com o surgimento de um novo ator modernizado e integrado ao mercado, cujos propósitos seriam voltados para uma produção totalmente lucrativa, que passará a ser denominado apenas de agricultor familiar. Isso porque, na perspectiva de Abramovay (1998), o termo camponês se restringe ao atraso, não sendo suportado pelo capitalismo, levando o homem do campo atual a se transformar em agricultor familiar, esse sim necessário no paradigma do capitalismo agrário. Mas, é possível corroborar com o apontado por Wanderley (2009), ao afirmar que a agricultura familiar é uma classe que

abrange o camponês, que se destaca pelo conhecimento herdado, por seu modo de vida e pela sua inserção local, como forma de luta pela permanência e manutenção na terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. Campinas: Hucitec, 1998.

AIRES, C. H. L.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 41-54, 2013.

ALMEIDA, R. A. de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Qualitativa e Quantitativa. São Paulo: Pioneira Thamsom Loranig, 2002, pg.198.

ANANIAS, P. **A hora e a vez da agricultura familiar**. Portal do Agronegócio. Publicado em 04 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/a-hora-e-a-vez-da-agricultura-familiar-3644>>. Acesso em 03 de Nov. 2017.

BASALDI, O. V. Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste. **Revista de Política Agrícola**, v. 18, n. 1, p. 98-117, 2009.

BASTOS, R. C. **Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2017. 170f.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2001.

BONI, V.; BOSETTI, C. J. Agricultura familiar e campesinato: qual desenvolvimento rural?. In: **Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y medio ambiental**: II Foro Bienal de Estudios del desarrollo. 2014. p. 265-287.

BRAGA, G. B. et al. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017.

BRASIL. **Lei nº 8913, de 12 de julho de 1994**, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Publicada no Diário Oficial da União em 12 de julho de 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 16 de junho de 2009.

BRITO, T. P. et al. Os limites, desafios e potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 2, p. 192-224, 2018.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar eo novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century. **Institute of development studies**: Discussion Paper nº 296, 1992.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Desenvolvimento rural sustentável. In: I Fórum Contag de Cooperação Técnica, Brasília, **Anais...**, 1999.

CONSTANTY, H. F. P., ZONIN W. J. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade: o caso do município de Marechal Cândido Rondon. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 36, p. 371-392, 2016.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

CUNHA, W. A. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de Alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. Dissertação de Mestrado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2015, 150 p. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6494/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 de Nov. 2017.

CUNHA, W. A. et al. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Edusp, 1992.

DE CAMARGO, R. A. L. et al. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

DE PAULA, M. M., et al. Mercados institucionais na agricultura família: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 1, p.33-43, 2014.

DESLANDES, S. F. et al. (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31º ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FARO, A. L. **Fortalecimento da agricultura familiar**. Entre os principais cultivos estão mandioca, feijão, milho, café, arroz e trigo. Portal do Agronegócio. Publicado em 03 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/fortalecimento-da-agricultura-familiar-3608>>. Acesso em 02 de Nov. 2017.

FELÍCIO, M. J. Os Camponeses, os Agricultores Familiares: Paradigmas em Questão. **Revista Geografia**, v. 15, n. 1, p. 205-219, 2006.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 239-254, 2001.

FREITAS, A. F., et al. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, v. 46, n. 6, p. 1575-97, 2012.

FREITAS, N. L., et al. Soberania e segurança alimentar: um olhar sobre as experiências de mulheres agroextrativistas do assentamento São Francisco em Buritizeiro/MG. In: VI

CONGRESSO LATINO-AMERICANO, X CONGRESSO BRASILEIRO, V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO, 2018, Brasília. **Anais...** Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

FOLADORI, G. et al. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 102, p. 103-113, 2011. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/214/176>> Acesso em 11 Fev. 2019.

FOUCAULT, M. De l'amitié comme mode de vie (entrevista concedida a R. de Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux), **Gai Pied**, n. 25, p. 38-39, 1981. Disponível em <<http://libertaire.free.fr/MFoucault174.html>> Acesso em: 11 Fev. 2019.

GIL, A. C. **Métodos de técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, R. (ed.). **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas: IPES Editorial, 2004, p. 17-27.

GRISA, C. et al. A produção invisível» na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

HERCULANO, S. et al. **Qualidade de Vida & Riscos Ambientais**. Rio de Janeiro: EdUff, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: notas técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 03 de Nov. 2017.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

LOPES, B. J. **Análise da implementação do programa nacional de alimentação escolar – PNAE a partir de instrumentos de avaliação de políticas e fiscalização de programas governamentais**. 2017. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa.

LOPES, P. R.; LOPES, K. C. S. A. Sistemas de produção de base ecológica–a busca por um desenvolvimento rural sustentável. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 1, 2011.

LUNARDI, S. M.; SANTOS, A. C. dos. O programa de gestão agrícola da extensão rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: uma análise na perspectiva dos agricultores familiares. **Revista de Administração da UFLA**, v. 2, n. 2, p. 01-18, 2000.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, p. 49-78, 2008.

\_\_\_\_\_. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, v. 2, 1981.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1986. 231p.

MENDRAS, H. La fin des paysans-suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. **Actes sud**, 1984.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108p.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2010. p.407.

MOURA, M. M. **Camponeses**. Editora Atica, 1986.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FENARNDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular. 2007. p. 211-270.

NEVES, M. C. P. Agricultura orgânica: instrumento para sustentabilidade dos sistemas de produção e agregação de valor aos produtos agropecuários. Rio de Janeiro. **Embrapa Agrobiologia**. 2001. 72p.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das lutas no campo**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de. Prefácio. In: PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PASSOS, C. L. **O modo de ser camponês e a propriedade da terra entre camponeses**. Curitiba: Juruá, 2008. 278p.

PEDON, N. R.; SILVA, A. B. Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP. **Revista Nera**, v.18, n. 26, 2015.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. Supl. 1, p. 63-84, 2014.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de sociologia**, v. 6, p. 76-88, 1994.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, C. et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 p. 57-72.

RAMBOW, C. et al. Risco: a percepção da comunidade ribeirinha do Rio dos Sinos em relação ao uso de defensivos agrícolas. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 2, p. 796-802, 2014.

REDIN, E.; DA SILVEIRA, P. R. C. O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009.

REZENDE, S. M. M. et al. Proposta metodológica para avaliação da efetividade das políticas sociais para agricultores familiares do estado de Goiás. **Embrapa**, s/p, 2012. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/67861/1/Wander.pdf>> Acesso em 02 de Nov. 2017.

RIBEIRO, E. M. **Agricultura familiar**. Lavras-MG: UFLA, 1997. 18p. (Texto básico de leitura – 1ª versão).

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, J. H.; DOS ANJOS, F. S. Agricultura Familiar e os mercados institucionais: Análise do programa de aquisição de alimentos (CRP-Doação), em Boa Vista-RR/Family farming and institutional markets: analysis of Food Acquisition Program (CPR-Donation) in Boa Vista, Roraima. **Revista Nera**, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROSA, W. J. da. O campesinato como modo de vida. **Revista Trilhas da História**, v. 1, n. 2, p. 98-107, 2012.

SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and a suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALGADO, R. J. S. F. et al. Contribuição dos programas de compra institucional (paa e pnae) para a estabilização dos preços agrícolas em minas gerais. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 22-41, 2016.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa, et al. (Orgs.) Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas Brasília: Ipea, 2014. 273 p.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2003.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, Trabalho e Dominação. **Estudos CEBRAP, Petrópolis**: Ed. vozes, v. 26, p. 43-80, 1980.

SILVA, C. S. M. da. **Interfaces do consumo alimentar de crianças atendidas em instituições de educação infantil: um estudo de caso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Familiar; Estudo da família; Teoria econômica e Educação do consumidor) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2012. 146 f.

SILVA, D. B. P. et al. Os Agentes Sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): A percepção dos agricultores familiares. **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando Agendas de Agentes**, 2013.

SILVA, M. G. et al. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, p. 289-304, 2015.

SILVEIRA, P. R. C. Conflitos e Desafios na Comercialização de Produtos Orgânicos nas Redes de Supermercados do Rio Grande do Sul: o caso dos processados orgânicos. In: XLVII Congresso da SOBER, **Anais...** Porto Alegre/RS, Julho de 2009.

SOUSA, J. M. M. de. **Do acampamento ao assentamento**: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. 2009. 393 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. Supl. 1, p. 205-222, 2014.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285816/1/Turpin\\_MariaElena\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285816/1/Turpin_MariaElena_M.pdf)> Acesso em 04 de Nov. de 2017.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In PETERSEN, P. Petersen (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. São Paulo - Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

VÉRGES, A. B. **Os novo camponeses**: leitura a partir do México profundo. Tradução Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VIA CAMPESINA. **Agricultura Familiar ou Agricultura Camponesa?** Material para debate. Apresentação Oral no Curso de Residência Agrária UFSM. Janeiro de 2009.

VIEIRA, M. H. M. **PNAE e agricultura familiar em Santa Maria**: muitos os chamados, poucos os escolhidos. 2014. 155 f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Orgs.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX Encontro

Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT 17 – Processos sociais agrários, Caxambu (MG), 1996.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, n. Oct, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>.

WESZ JUNIOR, V. J. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural?. **Mundo agr.**, v. 9, n. 18, p. 00, jun. 2009 . Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/262470560\\_Agroindustria\\_familiar\\_um\\_mecanismo\\_de\\_estimulo\\_a\\_especializacao\\_das\\_atividades\\_na\\_propriedade\\_rural](https://www.researchgate.net/publication/262470560_Agroindustria_familiar_um_mecanismo_de_estimulo_a_especializacao_das_atividades_na_propriedade_rural)>. Acesso em 31 Jan. 2019.

WITKOWSKI, T. H.; FELÍCIO, M. J. A Expansão Capitalista na Agricultura e as Estratégias de Re (Criação) do Campesinato. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, n. 3, p. 233-245, 2016.

# APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR MUNICIPAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA**  
**GESTOR MUNICIPAL**

**Data:** \_\_\_ / \_\_\_ /2018 N° \_\_\_\_\_

**Entrevistador:**

---

**Nome do Entrevistado:**

---

**Cargo do Entrevistado:**

---

**1. Quais os departamentos envolvidos na operacionalização do PNAE em Viçosa-MG?**

---

---

---

**2. Qual o papel de cada departamento?**

---

---

---

**3. Os gestores e agentes municipais envolvidos no PNAE tiveram treinamento específico para o exercício das atividades?**

---

---

---

**4. Quais as dificuldades para o cumprimento da meta de aquisição de no mínimo 30% da agricultura familiar ?**

---

---

**5. Quais os principais limites e potencialidades observados pela Gestão Municipal em relação ao PNAE?**

---

---

---

**6. Quais sugestões para a melhoria da efetividade do PNAE em Viçosa-MG?**

---

---

---

**7. Qual sua percepção sobre as contribuições do PNAE para a manutenção do campesinato como modo de vida?**

---

---

---

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AGENTE EMATER

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA**  
**AGENTE EMATER**

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/2018 N° \_\_\_\_\_

**Entrevistador:**

---

**Nome do Entrevistado:**

---

**Cargo do Entrevistado:**

---

**1. Qual o entendimento a EMATER tem sobre o campesinato?**

---

---

---

**2. Para a EMATER as políticas públicas agrárias em especial o PNAE, contemplam a inserção e manutenção do campesinato como modo de vida?**

---

---

---

**3. Para a EMATER qual a importância do campesinato como modo de vida?**

---

---

---

**4. Para a EMATER é possível manter o campesinato como modo de vida nos dias atuais?**

---

---

**5. Quais as atividades desenvolvidas pela EMATER que fomentem o campesinato?**

---

---

---

**6. Quais as principais atividades desenvolvidas pela EMATER para o PNAE?**

---

---

---

**7. É desenvolvida atividade de agregação de valor da produção do agricultor familiar? Como?**

---

---

---

**8. Quais as ações da EMATER quanto a comercialização dos produtos da agricultura familiar?**

---

---

---

**9. Quais os principais limites e potencialidades observados pela EMATER em relação ao PNAE?**

---

---

**10. Quais sugestões para a melhoria da efetividade do PNAE em Viçosa-MG?**

---

---

---

**11. A EMATER busca outros canais de comercialização além do PNAE?**

---

---

---

**12. Para a EMATER o fomento tecnológico contribui para a manutenção do campesinato?**

---

---

---

---

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA AGRICULTOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA  
AGRICULTOR

Data: \_\_\_/\_\_\_/2018 N° \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Idade do entrevistado:

\_\_\_\_\_

1. Telefone/ E-mail:

\_\_\_\_\_

2. De onde veio a sua família?

\_\_\_\_\_

3. Como foi adquirida essa propriedade?

\_\_\_\_\_

4. Qual a relação da família com a utilização da terra?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Qual seu conhecimento sobre Agricultor Familiar e Camponês?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**6. Você se considera Agricultor Familiar e/ou Camponês?**

---

---

---

---

**7. Você ou algum membro da família atuou ou atua em movimentos sociais de reivindicação por acesso à terra?**

---

---

---

**8. Quais as principais atividades agrícolas que a família desenvolvia antes do PNAE e após o ingresso no PNAE?**

**Antes:**

---

---

---

**Após:**

---

---

---

**9. Quais os principais desafios que a família vivencia para a permanência na terra?**

---

---

---

**10. Após a participação no PNAE, a família notou mudanças nas condições de vida? Quais?**

---

---

**11. Os filhos consideram a possibilidade de permanecer na atividade agrícola?**

---

---

---

---

**12. Quais instituições estão envolvidas no processo produtivo e comercial? (EMATER; Prefeitura; Associação; ONGs).**

---

---

**13. Existe alguma tradição familiar praticada nas atividades de cultivo?**

---

---

---

---

**14. Como é organizado a produção e a comercialização dos produtos: (Familiar; Associação; Empresa; Cooperativa; Qual?).**

---

---

**15. Quantas pessoas trabalham nas atividades? Quantas dessas pessoas são familiares e quantas são externas?**

---

---

**16. Houve dificuldades para acessar o PNAE?**

---

---

**17. O PNAE atende suas expectativas? Em quais quesitos?**

---

---

---

**18. Houve investimentos em estrutura e equipamentos após o ingresso no PNAE? Quais e para qual finalidade?**

---

---

**19. A propriedade produz para o consumo e comercializa o excedente ou produz para comercializar e consome o que não foi vendido?**

---

---

---

---

**20. Comercializa em outros mercados além do PNAE? Em Quais?**

---

---

**21. Faz parte de outros programas além do PNAE?**

---

---

## APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado Sr (a): \_\_\_\_\_ você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva do campesinato em Viçosa-MG”, que está sendo desenvolvida pelo discente William Barbosa Valadão, do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Nesta pesquisa pretendemos analisar o PNAE em Viçosa-MG, buscando compreender as suas contribuições para a manutenção do campesinato como modo de vida dos agricultores participantes. Para tanto, buscaremos compreender como é realizada a compra dos alimentos da Agricultura Familiar para a merenda escolar em Viçosa; conhecer os tipos de alimentos que são destinados ao PNAE por meio da Agricultura Familiar, e como eles são produzidos e comercializados; descrever o perfil familiar dos agricultores de Viçosa-MG atendidos pelo PNAE, e conhecer suas histórias de vida; saber a opinião dos agricultores sobre as contribuições do PNAE para a manutenção do campesinato como um modo de vida. Esta pesquisa se justifica porque o PNAE representa um importante mercado institucional para a Agricultura Familiar. Contudo, há poucos estudos que se preocupam com as implicações do PNAE para a manutenção do campesinato como modo de vida dos agricultores envolvidos. Portanto, o estudo poderá auxiliar no conhecimento e na compreensão da realidade do agricultor familiar envolvido, contribuindo para o desenvolvimento do programa para atender ao campesinato. .

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: entrevistas, com duração de aproximadamente uma (1) hora, coleta de histórias de vida, com duração de aproximadamente uma (1) hora, observações com registro em diários e análise de documentos. As entrevistas e as histórias de vida serão gravadas em áudio, com a sua permissão. Asseguramos que os áudios serão usados apenas para fins de análise das informações, não sendo divulgadas sua voz, nem sua identidade. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto significa que em nenhum momento do estudo serão divulgadas suas informações pessoais nem o seu nome, em vez disso serão usados nomes fictícios. Durante a pesquisa você terá toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento.

A pesquisa apresenta o risco de lhe constranger, uma vez que a sua participação nas entrevistas e histórias de vida será registrada e analisada e isso poderá acarretar desconforto a você. Caso não queira fazer parte do estudo, você não será penalizado (a) de modo algum; podendo, inclusive, recusar-se a dar qualquer tipo de informação que o constranja ou mesmo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no “Departamento de Economia Doméstica da UFV” e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco anos) após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

Os benefícios esperados para a presente pesquisa é contribuir para que as políticas públicas agrárias possam incentivar e valorizar o modelo de campesinato na Agricultura Familiar, demonstrando a importância da preservação deste modo de vida.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “O Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE) na perspectiva do campesinato em Viçosa-MG” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Junia Marise Matos de Sousa (Professora do Departamento de Economia Doméstica) e William Barbosa Valadão (estudante do mestrando do programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica)

Endereço: Avenida PH Rolfs, s/n, Campus da Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Doméstica, sala 104)

Telefone: (31) 3899-1631, (31) 99169-3242

Email: juma3870@gmail.com; william.valadao@ufv.br.

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492; Email: cep@ufv.br; www.cep.ufv.br

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

# ANEXOS

## ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO EMATER



### DECLARAÇÃO

Eu, **Raphaela P. de Souza**, na qualidade de Gerente Regional da EMATER-MG, declaro que apoiaremos, dentro das ações rotineiras de extensão rural, a pesquisa intitulada "**O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** na perspectiva do campesinato em **Viçosa-MG**" a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Mestrando **William Barbosa Valadão**, sob a orientação da professora Doutora **Júnia Marise Matos de Souza**.

Viçosa, 08 de fevereiro de 2018.


**Raphaela Pinheiro de Souza**  
Gerente da Regional de Viçosa

Raphaela Pinheiro de Souza  
Gerente Regional de Viçosa  
EMATER - MG

[www.emater.mg.gov.br](http://www.emater.mg.gov.br)

Vila Gianetti, Casa 45 – Campus da UFV  
CEP 36.570-000 – Viçosa-MG Tel. (31) 3891-3155  
e-mail: uregi.vicosas@emater.mg.gov.br

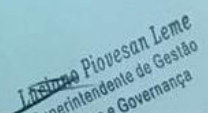
## ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO PREFEITURA DE VIÇOSA-MG

 **PREFEITURA DE  
VIÇOSA**

AUTORIZAÇÃO

Eu, Sr. Luciano Piovesan Leme, na qualidade de responsável pela **Superintendência de Gestão Pública e Governança do município** de Viçosa-MG, autorizo a realização da pesquisa intitulada **“O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva do campesinato em Viçosa-MG”** a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Mestrando **William Barbosa Valadão**, sob a orientação da Professora Doutora **Junia Marise Matos de Sousa**; e declaro, que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Viçosa, 07 de fevereiro de 2018.

  
**Luciano Piovesan Leme**

Assinatura  
(Carimbo)

07/02/2018 15:54  
RECEBIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA-MG  
Mônica Eliane dos Santos  
Chefe do Setor de Protocolo

## ANEXO 3 – SIGPC FNDE/MUNICÍPIO

Resultado da Pesquisa

Tipo de Transferência	Identificação da Transferência	Programa	Situação	Etapas Suspensas	Operações
REPA/SSE	EDUCAÇÃO INFANTIL - APOIO SUPLEMENTAR / 2014	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL TRANSFERÊNCIA DIRETA	Não Enviada		<input type="button" value="Pictor Contar"/>
REPA/SSE	EDUCAÇÃO INFANTIL - APOIO SUPLEMENTAR / 2012	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL TRANSFERÊNCIA DIRETA	Não Enviada		<input type="button" value="Pictor Contar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2017	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Aguardando Análise		<input type="button" value="Visualizar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2016	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Aguardando Análise		<input type="button" value="Visualizar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2015	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Aguardando Análise		<input type="button" value="Visualizar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2014	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Aguardando Análise		<input type="button" value="Visualizar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2013	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Aguardando Análise		<input type="button" value="Visualizar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2012	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Aguardando Análise		<input type="button" value="Visualizar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2011	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Aguardando Análise		<input type="button" value="Visualizar"/>
REPA/SSE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2011	APOIO A RESTRIÇÃO DA REFE. FISICA	Indicada por Omisso		<input type="button" value="Pictor Contar"/>
CONVENIO	2011 / 700092				

## ANEXO 4 – e-mails resposta (FNDE)

### e-mail 1

4. "... quando questionado no município, este, argumenta que os dados do site não estão corretos, e que no sistema interno (FNDE-Município) as contas desde 2012 ainda não foram fechadas por parte do FNDE, situação que dificulta o entendimento de um lançamento público que "aparenta" divergências nesta prestação de contas..."

RESPOSTA:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE disponibiliza, para consulta pública, no seguinte endereço eletrônico: [http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiares\\_dados](http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiares_dados) da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar. Vale lembrar que os dados apresentados são preliminares, extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento a partir de 2011. Os registros do SigPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fins de prestação de contas.

Esperamos ter esclarecido sua dúvida e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Equipe DIDAF/PNAE

Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do PNAE  
Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar  
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE  
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, 4º Andar  
Edifício FNDE – CEP: 70070-929  
Email: [didaf@fnde.gov.br](mailto:didaf@fnde.gov.br)  
[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)

### e-mail 2

 didaf@fnde.gov.br  
Para: wvvaladao@yahoo.com.br 16 de nov de 2018 às 11:30

Bom dia, William.

Infelizmente não temos esta informação. Vc teria que mandar um e-mail solicitando esta informação para [contasonline@fnde.gov.br](mailto:contasonline@fnde.gov.br) ou entrar com uma solicitação na ouvidoria do FNDE: [ouvidoria@fnde.gov.br](mailto:ouvidoria@fnde.gov.br)

Esperamos ter esclarecido sua dúvida e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Equipe DIDAF/PNAE

Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do PNAE  
Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar  
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE  
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, 4º Andar  
Edifício FNDE – CEP: 70070-929  
Email: [didaf@fnde.gov.br](mailto:didaf@fnde.gov.br)  
[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)




BOAS PRÁTICAS  
DE AGRICULTURA  
FAMILIAR PARA A  
ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR

**FNDE**  
Fundo Nacional  
de Desenvolvimento  
da Educação



## e-mail 3

 **Ouvidorias@cgu.gov.br**  
Para: william.valadao@ufv.br

 28 de nov de 2018 às 16:08 

Prezado(a) Sr(a) WILLIAM BARBOSA VALADAO,

Sua manifestação foi registrada com sucesso, conforme as informações abaixo. Para acompanhar o andamento da sua manifestação, acesse o sistema e utilize a opção "Consultar manifestação".

### Dados da manifestação

Protocolo: [23546.041281/2018-26](#)

Órgão ou Entidade: FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Cidadão: WILLIAM BARBOSA VALADAO

Tipo de Manifestação: Solicitação

Prazo para Atendimento: 28/12/2018

## e-mail 4

Manifestação	
<b>Tipo de manifestação</b>	Solicitação
<b>Número</b>	23546.041281/2018-26
<b>Esfera</b>	Federal
<b>Órgão destinatário</b>	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>Serviço</b>	-
<b>Órgão de interesse</b>	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>Assunto</b>	Alimentação Escolar
<b>Subassunto</b>	-
<b>Data de cadastro</b>	28/11/2018
<b>Prazo de atendimento</b>	28/12/2018
<b>Situação</b>	Concluída
<b>Registrado por</b>	Cidadão
<b>Canal de entrada</b>	Não Informado
<b>Responsável pela análise</b>	Elicílicia dos Santos Batista

## **e-mail 5**

Com relação aos questionamentos abaixo, recomendamos entrar em contato com a Coordenação de Prestação de desta Autarquia para maiores esclarecimentos:

"...solicitar esclarecimento referente aos processos de análise da prestação de contas dos municípios - em especial Viçosa-MG..." e " ... gostaria de saber qual o prazo o FNDE tem pra finalizar a análise das prestações de contas apresentadas pelo município."

Atenciosamente,

Ouvidoria/FNDE